SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PARA ALÉM DO QUE OS OLHOS VEEM

— VOLUME I —

Presidente: Senador PAULO PAIM
Vice-Presidente: Senadora ANA RITA

BRASÍLIA – DF

SUMARIO.indd 1 06/11/2012 19:28:55

Coordenação Editorial: *Assessoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e Susi Maria Closs*
Organização: *Mateus Leal*
Revisão de Textos: *Assessoria do Senador Paulo Paim e SEEP – Senado Federal*
Projeto Gráfico: *Mateus Leal*
Capa: *Thomas Gonçalves*
Programação visual: *Erivan Nunes*
Impressão e acabamento: SEEP – Senado Federal

Para além do que os olhos veem. – Brasília : Senado Federal, Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 2012-.
v.

1. Direitos humanos. I. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

CDDir 341.272

SUMARIO.indd 2 06/11/2012 19:28:55

Sumário

Pág.

Breves Palavras 7
Apresentação 9
Educar em direitos humanos: uma busca 11
A liberdade de pedalar 13
Em respeito à verdade 14
O sol ao alcance de todos? 16
Em respeito à verdade II 18
Abraçando as diferenças 20
Saudades 22
E o mundo se colore de azul 25
Quando o automóvel se transforma em arma 27
Um dia de profunda dor 29
Não quero mais sentir medo 31
Quando o céu e a terra se encontram 33
Você também faz parte 35
Como se sente alguém "quase da familia"? 37
Enfrentando ameaças 39
A difícil tarefa de emagrecer 41
Liberdade de ir e vir... liberdade de reportar 43
Aposento ou não aposento? 45

SUMARIO.indd 3 06/11/2012 19:28:55

Pág.

Combatendo o câncer de mama 47
Contando uns com os outros 49
Construindo a reforma política 52
Eles precisam de um estatuto 54
Cultura de paz 56
Esmeralda 59
A cidade de chumbo 61
A cor da pele definindo salários 64
Já fizeram o teste? 66
A difícil tarefa de emagrecer II 68
O fértil vale da sabedoria 70
Viagem poética 72
O setor de combustíveis 74
A terra manchada de sangue 76
O Brasil e seus vizinhos 78
Que trabalho é esse? 80
Vai completar? 82
Eles também têm seus direitos 84
Abrindo mão de conceitos arraigados 86
Todos juntos, perseguindo resultados 88

SUMARIO.indd 4 06/11/2012 19:28:56

Pág.

A linguagem primeira 90
Um homem fiel aos seus princípios 92
Mulheres em busca dos seus direitos 94
A César o que é de César 96
Novos tempos 98
Que doença é essa? 100
Ouvindo os empregadores 102
Uma grande perversidade 104
Há 50 anos 106
As TVs Comunitárias 108
Amor à terra 109
Inclusão responsável 111
Buscando mais qualidade de vida 113
Por onde andará você? 115
Fundo de Participação dos Estados 117
Um Congresso mais paritário 119
Seminário Famílias pela Igualdade 121
Um retrocesso 122
Um novo modelo 124
Respeito aos mestres 126

SUMARIO.indd 5 06/11/2012 19:28:56

Pág.

Em respeito à verdade III 128
Desde logo, logo 130
Duzentos anos de história 132
Vencendo a anemia falciforme 134
Uma faca de dois gumes 136
Vamos com calma no andor 138
Buscando o consenso 141
Nosso quilombo... nossa terra! 143
Sim ao Orçamento Participativo 145
Um marco histórico 147
Sua Majestade, a Amazônia 149
Os quilombos do Sul 151
Noite e dia nas estradas 153
Dizendo não ao *bullying* 155
Em defesa da Legalidade 157
Dia Internacional dos Direitos Humanos 159
Precisamos proteger nossas crianças! 161
Muito obrigado! 163
Imagens 165
Convidados e palestrantes das audiências públicas da CDH em 2011 199
Membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH 229

SUMARIO.indd 6 06/11/2012 19:28:56

Breves Palavras

Olá meu querido amigo e minha querida amiga.

Cá estou novamente a levar-te minhas palavras com sabor de gente, de mel e de esperança.

É essa tríade que me sustenta no caminhar das horas e dos dias. É essa brisa celestial que me beija a face, que acaricia minhas mãos, que navega por minhas veias.

Muitas vezes adentrei tua morada sem pedir licença, e tu me acolheste.

E da janela nós olhávamos o mundo, mirávamos o rio e seus cristais... Uma ponte de pedra com pilares de saudade.

O sol, a chuva... A terra em flor pedindo semente. Um beija-flor, uma andorinha, uma aquarela em serenos de lua e prata.

Não vês que somos assim: montanhas molhadas, mãos calejadas.

Ouçamos os cantares da nossa gente, os falares do nosso povo, o rir, o chorar, o abraçar, os gemidos dos humilhados.

Dá-me a tua mão... Pois o que nos resta nesta sagrada geografia é a amizade em arrebol.

Segue o caminho das estrelas, escuta o som das árvores, acompanha o rumo dos ventos, pinta as cores do arco-íris, bebe o horizonte... Segue o teu coração em coplas de serenata.

Vem comigo nesses oceanos infinitos de homens e mulheres que fazem história, que se embebedam em poesia e que gritam com suas gargantas roucas e enlouquecidas.

Vamos juntos nas asas desses pássaros ameríndios entoar uma canção *Para além do que os olhos veem*.

Senador **Paulo Paim**
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SUMARIO.indd 7 06/11/2012 19:28:56

Apresentação

"Tudo está por fazer,
por inventar e por alegrar, por nascer.
Temos que voltar a começar
e descobrir como nova a explosão primaveril.
(...)
Quando lutamos, criamos, somos realmente quem somos
palpitando rosto para o céu, somos pura atividade,
e ao cantar, cantemos o que cantemos,
cantamos a liberdade."

(Trecho traduzido do poema "Todo está por inventar", de Gabriel Celaya)

A liberdade não como aspiração inefável, mas como realidade materializada no olhar liberto da fome, da miséria, da violência, da falta de saúde ou de educação; a liberdade embalada pelo direito de sonhar e pela possibilidade de sermos unicamente verdadeiros com nós mesmos e com o mundo; essa tal liberdade se faz possível por meio da ação de pessoas capazes de entender a poesia da vida mesmo ante os desafios da realidade.

04075.indd 9 06/11/2012 19:31:56

A crueza presente nas inúmeras violações de direitos humanos com as quais precisamos lidar diuturnamente coloca-nos sob o risco latente de nos tornamos imunes à poesia. Mas, há pessoas de alma robusta que não se deixam abater e retiram das situações mais difíceis o tom rosáceo. Essas são imprescindíveis à construção de um estado de direito verdadeiramente democrático e cidadão, pois sabem equalizar a energia necessária para a luta com a ternura necessária para "cantar a liberdade".

Meu amigo senador Paulo Paim – homem forte, negro, metalúrgico, fruto de uma história pessoal e familiar de luta, superação e tenacidade – é uma dessas pessoas. Esse livro que tenho a honra de apresentar é a prova de seu amor e ousadia no afã diário pela consolidação dos direitos humanos. O senador Paulo Paim apresenta através de um relato poético as audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal no ano de 2011, levando ao conhecimento da população o quão amplo e diversificado são os temas dos direitos humanos tratados nesta Casa.

Educar em direitos humanos, parte essencial do nosso compromisso democrático, tem como premissa a necessidade de desmistificar noções enviesadas e demonstrar o quanto são diversos e plurais os temas tratados. É ainda parte do nosso compromisso a manutenção de instituições abertas à população, capazes de ouvir os seus clamores e lutar por seus direitos. Todos esses objetivos são esmeradamente satisfeitos pelo Senador Paulo Paim em sua ação diária. Ao divulgar as ações da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, ele permite à população conhecer, ainda mais, esse espaço de luta para, assim, utilizá-lo da melhor forma na busca pela realização de seus direitos.

Boa leitura a todas e todos!

Maria do Rosário
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos
da Presidência da República

04075.indd 10 06/11/2012 19:31:56

Educar em direitos humanos: uma busca

"Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade."
Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal tem por missão trabalhar para a promoção dos direitos humanos no Brasil. Para cumprir seu papel é importante ouvir todos os segmentos da sociedade, denunciar as injustiças e propor medidas legislativas para o cumprimento dos direitos humanos previstos na Constituição e nos tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro.

O desconhecimento de parte da população sobre os seus direitos representa um grande obstáculo na promoção da cidadania e da afirmação de direitos humanos básicos, tais como igualdade, não discriminação, liberdade e dignidade humana. Ao trazer para o Senado Federal a fala de setores historicamente excluídos, a CDH pauta importantes temas que não têm merecido a devida atenção da sociedade e das autoridades públicas a exemplo do trabalho escravo, da violência contra mulheres, da violência urbana e rural, dos mortos e desaparecidos políticos, das comunicações, do racismo, do sexismo, da homofobia, dos indígenas, das minorias étnicas, dos direitos da classe trabalhadora, dos aposentados e idosos, da juventude, crianças e adolescentes, das pessoas com deficiência, das trabalhadoras domésticas, dos trabalhadores da saúde, educação e segurança, dentre outros.

04075.indd 11 06/11/2012 19:31:56

O catálogo dos direitos humanos em nossa Constituição não pode ser apenas descritivo, deve ser uma prática cotidiana, permanente e integrada em nossa vida diária. Contribuir para que esses direitos façam parte da vida de cada um e cada uma de nós é a tarefa que esta Comissão busca executar. Este livro representa uma pequena contribuição na construção de um Brasil mais justo, mais democrático, mais plural e diverso.

Parabéns à equipe da CDH pelo trabalho realizado, e também ao presidente desta comissão, Senador Paulo Paim, por conduzir esta empreitada com tanta dedicação e afinco. Sinto-me orgulhosa de fazer parte deste time e espero que possamos avançar cada vez mais na consolidação de um Brasil promotor, cumpridor e afirmador dos direitos humanos.

Ana Rita
Senadora pelo PT/ES, Vice-Presidenta da CDH

04075.indd 12 06/11/2012 19:31:56

A liberdade de pedalar

O vento batendo no rosto ao compasso de pedais ágeis, que se movem pelo impulso daquele ser totalmente tomado pela sensação de liberdade. Pedalar é assim. A energia dá propriedade ao movimento. Árvores, prédios, pessoas vão ficando ao largo e a bicicleta avança, muitas vezes com medo, incerteza, e desconfiança. O ímpeto deseja acompanhar o percurso, mas as lembranças de acidentes infelizes o impedem.

Porto Alegre vivenciou, em 28 de fevereiro, um cenário de violência no trânsito, quando, durante um passeio ciclístico, aconteceu um atropelamento coletivo. A população ficou indignada.

A Comissão de Direitos Humanos foi solidária e, **em 3 de março de 2011**, abriu suas portas para receber uma comissão de ciclistas da Organização Não Governamental Rodas da Paz, que foi expor suas ações em prol de um trânsito seguro para todos, com especial atenção para os usuários da bicicleta.

Eles levaram dados comprobatórios de que, do total de bicicletas circulando no país, 50% são usadas em substituição a veículos poluidores, ou seja, são pessoas que vão ao trabalho, à escola, à faculdade, à igreja, pedalando.

Na ocasião, os ciclistas entregaram um manifesto em que sugeriram ações como a construção de ciclovias, elaboração de ações educativas e de fiscalização, além da punição para quem comete crimes de trânsito.

Não resta dúvida, é construir mais vias próprias para ciclistas transitarem sem medo, mas é preciso, além disso, vias de respeito às escolhas de cada um.

Ah, as escolhas...elas são tão particulares!..E que mundo mágico será esse quando elas finalmente forem acolhidas e se compreenderá, enfim, que há espaço para todos e que ele pode ser compartilhado em perfeita harmonia. Depende só de nós!

04075.indd 13 06/11/2012 19:31:56

Em respeito à verdade

Criar a Comissão da Verdade "a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional".

Coisa singular é essa que chamamos de memória... Esse espaço tão rico de lembranças de momentos, lugares, cheiros, pessoas queridas cujo rosto nos parece, por vezes, tão próximo como se o estivéssemos vendo aqui, agora. Como é gostoso poder lembrar de alguém que fez parte da nossa vida. Lembrar de seu sorriso, de sua gargalhada, de seu modo tão particular de se expressar, de seu abraço afetuoso.

É gostoso, sim, mas... de repente a nossa memória lembra de uma porta que abre abruptamente, de vozes geladas que gritam palavras ameaçadoras, de mãos que agarram o ser amado e o arrastam para fora, levando-o para nunca mais voltar. Ou então a memória nos faz relembrar alguém que se despediu de nós naquela manhã fria, vestiu seu casaco e a última notícia que nos foi dada é de que seus ideais acabaram conduzindo-o à morte.

Os anos passam e a memória fica esperando pelo dia em que poderá repousar na verdade. É só isso que ela quer! É só isso que os familiares dos desaparecidos políticos pedem. Eles querem conhecer a verdade. Será que isso é muito?

Foi justamente por acreditar que não, que a Comissão de Direitos Humanos convidou a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, para uma audiência pública em 17 de março de 2011. Na ocasião ela mencionou o Projeto de Lei no 7376/10, apresentado pelo Executivo em 20 de maio de 2010,

04075.indd 14 06/11/2012 19:31:56

criando a "Comissão da Verdade", cujo objetivo é examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura.

A criação da Comissão da Verdade recebeu apoio incondicional da CDH do Senado Federal, que estará sempre aberta para debater questões que possam contribuir para a construção de um País mais justo, mais transparente e mais amadurecido. Um país cuja memória não teme o enfrentamento de suas dores, de seus momentos mais obscuros; pelo contrário, sua memória fortalece a convicção de que, ao abrirmos nossos corações para a verdade, estamos prontos para construir um novo caminho.

04075.indd 15 06/11/2012 19:31:56

O sol ao alcance de todos?

Quem não deseja lindos dias de sol aquecendo a pele, na certeza de que ao chegar em sua casa terá água fresca e gelada para saciar a sede? Terá também um chuveiro gostoso para refrescar-se e frutas da temporada para saciar a fome e, mais tarde, poderá deitar-se confortavelmente em sua cama, envolto em lençóis macios e um travesseiro perfumado.

Parece tudo tão óbvio e simples, não é mesmo? Coisas corriqueiras do dia a dia, coisas que estão ao nosso alcance parecem, por vezes, tão comuns que as encaramos como direitos naturais. E elas deveriam, de fato, sê-lo.

Viver à margem da vida não deveria ser o destino de um ser humano. No entanto, buscar alento nas calçadas, nos viadutos, nos prédios abandonados, nos becos escuros e fétidos, muitas vezes, é a única opção que resta para alguns. E, para esses, o óbvio pode ser, simplesmente, uma canequinha de café que "gentilmente" alguém cedeu como esmola.

Sob a nossa presidência, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debateu na terça-feira, **22 de março de 2011**, políticas de combate à fome e a miséria no Brasil.

Na audiência, foi assinalada a existência de um bilhão de pessoas no mundo que ainda passam fome e a possibilidade de aumento desse número frente à elevação dos preços dos alimentos. É certo que precisaremos de um esforço mundial para superar o problema. Também foi ressaltada a importância da mobilização nacional para acabar com a miséria no Brasil e a necessidade da criação de uma autoridade pública para promover a inclusão social.

A audiência pública considerou imprescindível a participação da sociedade civil brasileira para incrementar projeto de redistribuição de renda, fator relevante nesse contexto.

04075.indd 16 06/11/2012 19:31:56

Os anseios sociais do Brasil precisam ser ouvidos e a Comissão de Direitos Humanos é o fórum aberto para ressonância desses anseios.

O sol, que brilha igualmente para todos sob o comando do Maestro da vida, talvez possa nos inspirar a repartir, de forma mais universal e acolhedora, aquilo que julgamos tão nosso de direito. Quem sabe o nosso Maestro não esteja esperando, pacienciosamente, tal gesto da nossa parte?

04075.indd 17 06/11/2012 19:31:56

Em respeito à verdade II

Não falávamos sobre a memória ainda outro dia? Não buscávamos a verdade a fim de dar descanso às lembranças sobre aqueles que foram bruscamente arrancados do nosso convívio?

Ações conjuntas em busca dessa verdade podem ser muito positivas para dar andamento aos sonhos que queremos conquistar.

Muitas vezes, ao unirmos esforços, os resultados chegam mais rápido. Quando uma mão se abre para segurar outra e assim sucessivamente, forma-se uma corrente em favor da concretização desses resultados.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa demonstrou sua vontade de realizar trabalhos integrados com a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

A fim de elaborarmos um plano de ação, reunimo-nos, no **dia 23 de março de 2011**, com a Deputada Manuela D'Avila, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara e com a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Foram acordados na reunião os temas a serem debatidos conjuntamente nesses trabalhos: Comissão da Verdade e Projetos de Valorização da Pessoa Humana.

04075.indd 18 06/11/2012 19:31:56

Todos nós queremos um mundo onde a solidariedade, a bondade, o respeito sejam praticados nos mais simples gestos do dia a dia. É tão gratificante ver a CDH como um espaço que se abre para essa discussão, para essa prática.

É tão bom saber que cada um de nós pode ser esse espaço também!!! Basta, para isso, abrir o coração e deixar fluir nossa energia primeira, a verdade do amor!

04075.indd 19 06/11/2012 19:31:56

Abraçando as diferenças

Pelas ruas das grandes cidades passam todos os dias milhares de pessoas únicas. É isso mesmo, únicas! Uma delas tem o passo mais curto, outra balança os braços freneticamente. Existe aquela que cantarola para si mesma, que pinta o cabelo, que usa perfume estrangeiro, que detesta usar relógio, que usa óculos, que prende o cabelo com um bonito laço, que faz questão de raspá-lo completamente, ou ainda, que o usa solto deixando seus cachos balançarem ao vento. Pelas ruas vem também aquela senhora de idade avançada, que escondeu sua pele do sol por ser alva demais, e seu sorriso encontra o da amiga tão bela em sua pele negra que, apesar do tempo, praticamente não tem rugas. E, ambas passam pelo amigo de olhinhos puxados que as cumprimenta fazendo sua costumeira reverência oriental e lhes diz "ojigi".

Esse é o movimento da vida. Cada ser em sua unicidade, vivendo em harmonia com seu próximo. Não... infelizmente não é sempre assim! Nossa história registra momentos em que as diferenças foram, e ainda são, tratadas como marcas que assinalam: "isso é bom, isso é mau", "isso é certo, isso é errado", "isso é melhor, isso é pior".

O dia 21 de março é celebrado como Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial e foi exatamente nesse dia, no ano de 2003, que o Governo Federal criou uma estrutura de Estado chamada Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, destinada a formar, monitorar, avaliar, dialogar acerca das políticas de igualdade racial.

Passados oito anos, mais precisamente no **dia 28 de março de 2011**, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal reuniu-se em audiência pública para celebrar o dia Internacional pela eliminação da discriminação racial e a existência da Seppir, que mesmo em meio a dificuldades, passou a dar, a cada dia, a resposta histórica, política e social que nossa multiculturalidade exige.

04075.indd 20 06/11/2012 19:31:56

Nessa audiência pública foi abordado também o Estatuto da Igualdade Racial, que após dez anos de debate no Congresso Nacional foi aprovado. Algumas de suas reivindicações não foram incluídas, mas todos reafirmaram seu desejo de continuar lutando com a mesma intensidade dos últimos 500 anos, reafirmando as bandeiras de luta e ampliando o diálogo com segmentos igualmente discriminados e trabalhar para que a regulamentação seja um instrumento para concretizar as políticas presentes no Estatuto.

Outro assunto levantado na audiência pública foi a nossa defesa pelo Dia da Consciência Negra e do Feriado Nacional da Consciência Negra, projeto que já havíamos apresentado em 2004 e que, devido ao princípio da anterioridade, foi apensado ao PL no 4434/2004, de autoria da Senadora Serys que instituía o "Dia Nacional do Zumbi e da Consciência Negra". Foi nos dada a relatoria do projeto e argumentamos que a aceitação do Brasil como sociedade plural, do ponto de vista das etnias, é um fato incontestável, sendo necessário avançar nessa questão e fazer com que a data dedicada ao tema "consciência negra" seja equiparada a outras, essenciais para a sociedade brasileira, como o dia 21 de abril, dedicado a Tiradentes e às causas libertárias, o dia 7 de setembro, marco da independência nacional e o dia 15 de novembro, quando é celebrada a proclamação da República.

Não seria maravilhoso podermos celebrar o dia 20 de novembro como a data dedicada à luta por direitos humanos, pela paz e pela solidariedade entre os povos? Será que, ao andarmos pelas ruas das grandes, e também das pequenas cidades, os nossos olhos e nossos corações não estariam mais abertos às apaixonantes diferenças que conferem a cada ser humano seu brilho próprio, sua luz única?

04075.indd 21 06/11/2012 19:31:56

Saudades

Olhar sereno, gentil, sorriso de menino que, em suas orações, certamente pousa o olhar na face de Cristo. Existem pessoas que cultivam a paz e parece que, mesmo em meio às mais sofridas tribulações, seu espírito continua altivo, imperturbável.

Um homem bom...é assim que todos definiam nosso ex-Vice-Presidente, José Alencar, que faleceu no dia 29 de março de 2011.

Ele era um empresário bem sucedido, um marido e pai de família dedicado, um cristão devotado. Surge então um novo momento em sua vida: é escolhido Vice-Presidente do País.

E, como tal, cumpre sua missão de forma exemplar.

O Brasil sempre vai lembrar dele com orgulho.

Em reunião realizada pela Comissão de Direitos Humanos, **dia 31 de março de 2011,** para homenageá-lo, apresentamos vídeo enviado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) em que os candidatos à vice-presidência da República expuseram aos empresários, as propostas de seus pares candidatos à presidência da República.

04075.indd 22 06/11/2012 19:31:56

Na ocasião o pronunciamento de Alencar afastou o temor que alguns empresários tinham em relação ao mandato de Lula.

A clareza de sua fala transformou-se num farol de ideias e os empresários presentes elogiaram sua competência. Alencar pediu que fosse homenageado em vida, ao ler a letra do samba de Nelson Cavaquinho "Quando eu me chamar saudade".

Ao participar da abertura da 53a Legislatura no Congresso Nacional, em janeiro de 2010, ele demonstrou profunda gratidão pelo carinho com que sempre era recebido em cada lugar por onde passava. Disse que podia perceber a solidariedade implícita em cada rosto que o fitava, em cada aperto de mão que recebia. Agradeceu e terminou dizendo:

"Só Deus controla a minha vida".

É possível que José Alencar, em sua carreira e também em sua vida pessoal, tenha se encontrado frente a momentos de profunda introspecção, a dores caladas, mas, olhando para ele, tínhamos sempre a impressão de que a fé supera as dificuldades, a fé se sobrepõe à dor.

Ao final da homenagem feita pela CDH, foi apresentado outro vídeo em que Nelson Gonçalves canta a música que Alencar havia mencionado.

04075.indd 23 06/11/2012 19:31:56

"Quando eu me chamar saudade", de Nelson Cavaquinho:

Sei que amanhã
Quando eu morrer
Os meus amigos vão dizer
Que eu tinha bom coração
Alguns até hão de chorar
E querer me homenagear
Fazendo de ouro um violão
Mas depois que o tempo passar
Sei que ninguém vai se lembrar
Que eu fui embora
Por isso é que eu penso assim
Se alguém quiser fazer por mim
Que faça agora
Me deem as flores em vida
O carinho
A mão amiga
Para aliviar meus ais
Depois que eu me chamar saudade
Não preciso de vaidade
Quero preces e nada mais

04075.indd 24 06/11/2012 19:31:56

E o mundo se colore de azul

Quem é essa criança que tenho a minha frente? Ela me olha de um modo tão amoroso, tão querido! Eu quero abraçá-la e receber o carinho que leio em seus olhos.

Alguns dizem que ela é diferente, especial... É, ela é especial. Especial de um modo que o nosso coração, muitas vezes cegado pela rudeza, pelo egoísmo, não consegue perceber. Ela é uma das tantas que tem o coração azul e que vieram nos convidar para colorir nossas casas, nossas ruas e nossos corações de azul também.

Azul, cor do autismo. O mundo todo colorido de azul! Essa foi a proposta para o dia 2 de abril, dia internacional do autismo. Prédios e monumentos públicos em todo o mundo seriam iluminados de azul para lembrar a necessidade de incluir essas pessoas nas políticas de atendimento médico, educacional e social.

Os autistas convocaram o Brasil a iluminar de azul suas casas e estabelecimentos, por meio da frase: "Se você acender uma luz azul no dia 2 de abril, os autistas certamente sentirão o seu carinho, onde quer que estejam". Não me restaram dúvidas, encaminhei um requerimento à presidência do Senado pedindo que as duas torres do prédio do Congresso Nacional fossem iluminadas também. Cerca de 400 lâmpadas azuis iriam cintilar lindamente naquele dia, em Brasília.

O Cristo Redentor, tão belo e grandioso, também seria iluminado de azul, conclamando a todos para o abraço que acolhe, para a mão que se abre, para o olhar que enxerga aquilo que vai no coração.

Fazia praticamente dois anos que os autistas haviam estado na Comissão de Direitos Humanos, quando eu também a presidia. Lembro-me da emoção que senti em vê-los tão determinados a terem seus direitos respeitados,

04075.indd 25 06/11/2012 19:31:56

ampliados. Recebi das suas mãos uma sugestão de projeto de lei, apresentada pela Associação em Defesa do Autista (Adefa), que instituía o Sistema Nacional Integrado de Atenção à Pessoa Autista. Esse projeto lhes dava direito a uma vida digna, igualdade, saúde, integridade física e moral, livre desenvolvimento de personalidade, educação e trabalho.

O projeto seguiu seu andamento e novamente tive a honra de levá-lo à votação na CDH, agora em minha segunda gestão como Presidente da Comissão. O projeto foi relatado pela Senadora Ana Rita, que apresentou relatório pela aprovação. E assim o foi, na audiência pública da CDH, do **dia 31 de março de 2011**... por unanimidade. A alegria foi geral! Esses momentos fazem toda a diferença em nossas vidas. Na sala da CDH, ouviam-se aplausos e gritos, as pessoas se abraçavam e alguns choravam emocionados. Naquele momento, se você olhasse atentamente com os olhos da alma, poderia ver todo azul que encobria magicamente aquele lugar...

04075.indd 26 06/11/2012 19:31:56

Quando o automóvel se transforma em arma

O ruído é ensurdecedor. Buzinas soam alto. A avenida tem três pistas. Venho trafegando pela última, à direita, e olho para o retrovisor, pois quero entrar para a pista central e assim, sinalizo com a seta. Ao olhar rapidamente para a esquerda vejo um lunático que vem pilotando um avião. Sim, pela velocidade com que se aproxima, só pode ser um avião. Ufa, que sufoco, agora sim dá para entrar. O fluxo segue e alguém atrás de mim começa a dar sinal de luz para que ande mais rápido. Mas, e a velocidade estipulada na pista? O motorista fica furioso por eu não exceder o limite e avança pela direita. Provavelmente ele não sabe, ou não lembra, mas existe uma faixa de pedestres logo adiante. Infelizmente não há tempo prá ele frear...

A arma avança sobre o transeunte e o som é *terrível, amargo, mortal.*

Quantas vidas vão ficar amarguradas a partir daquele estúpido segundo? Quantas situações idênticas ou quase, se passam todos os dias?

Como a Comissão de Direitos Humanos poderia ficar alheia a esse problema social? Não poderia e não ficou, no **dia 4 de abril de 2011**, ela realizou audiência pública para debater a violência no trânsito e as alterações no Estatuto do Motorista, projeto por mim apresentado. Os dados mostrados quanto ao número de vítimas em acidentes de trânsito em todo o País e à soma de feridos, principalmente de jovens, foram alarmantes.

04075.indd 27 06/11/2012 19:31:56

As alterações no Estatuto do Motorista envolvem a sociedade civil de maneira direta ou indireta e também os Poderes Legislativo e Judiciário. Os diversos segmentos envolvidos na área dos transportes foram ouvidos e foi formado um grupo de trabalho para discutir e propor alterações ao Estatuto do Motorista.

A partir das conclusões tiradas ficou claro, para mim, e creio que para todos os participantes, que é necessário um considerável investimento, não apenas no setor de saúde, mas em setores que incluem educação, bem-estar, transporte e justiça para melhorar o acesso à informação e serviços que possam ajudar os jovens a evitar comportamentos arriscados que acabem levando-os à morte.

Toda ação tem suas consequências e um segundo apenas pode fazer toda a diferença. Talvez seja tolice repetir o que todo mundo já sabe, mas quando se trata de preservar vidas, toda repetição é válida: automóvel não é avião. Automóvel não pode ser usado como arma. Uma escolha, feita em um simples segundo, pode tornar alguém escravo da amargura e da infelicidade pelo resto da vida.

04075.indd 28 06/11/2012 19:31:57

Um dia de profunda dor

O **dia 7 de abril de 2011** foi vivido em meio ao assombro, ao desespero, à lágrimas e à dor profunda.

Foi nesse dia que um menino entrou numa escola municipal em Realengo, no Rio de Janeiro e, para espanto geral, começou a disparar uma arma acertando várias meninas e meninos de uma escola pública. Ninguém entendia nada. Foi uma correria sem fim e gritos de pavor. E medo, muito medo.

Morreram mais de 10 alunos e outros 20 ficaram feridos.

Aquele gesto brutal chocou o País. A violência invadia, de uma forma sem precedentes, uma escola brasileira.

Naquele dia, a CDH reuniu-se para debater a questão da assistência social e saúde no Brasil, tendo em vista que se tratava do dia mundial da saúde. No entanto, a crueldade ocorrida em Realengo comparecia na audiência e se deixava perceber pelo olhar triste das pessoas e pelo silêncio carregado de profundo respeito ao lamento das famílias atingidas.

Os debates tiveram início e aos poucos as decisões foram sendo tomadas.

Foram aprovados projetos de lei e, entre eles, o PLC no 189/2010 que trata da organização da assistência social para estabelecer como seu objetivo a proteção social, visando garantir a vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos. Outro objetivo do projeto é a vigilância socioassistencial, a fim de analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidade, de ameaças, de vitimizações e danos. A defesa de direitos para garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais também é premissa do projeto.

04075.indd 29 06/11/2012 19:31:57

Outro fato acontecia naquele dia: a paralisação realizada pelos médicos contra os planos de saúde privados. Os médicos afirmaram que entre 1996 e 2010 os reajustes das mensalidades chegaram a 475%. No mesmo período, a inflação foi de 255% e o repasse aos médicos foi de apenas 110%. Enfatizaram ainda que o objetivo da paralisação era pressionar as operadoras para elevar o valor pago à categoria em todo o País.

Voltei a defender a previdência universal, o fortalecimento do SUS e a prevenção como forma de enfrentar as adversidades da saúde no País.

Ao final da sessão pedi, ao Plenário, um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da tragédia de Realengo, pois mesmo em meio aos debates, aquela amargura cravada no peito das pessoas era perceptível. Pedi também que os membros da Comissão aprovassem requerimento de voto de pesar às famílias das vítimas e anunciei que a CDH faria uma audiência pública para debater sobre a violência nas escolas.

Naquele minuto, o silêncio que rondava cada coração pôde tocar o outro e a compaixão era o único som que reinava na sala.

04075.indd 30 06/11/2012 19:31:57

Não quero mais sentir medo

Binho caminha para a escola como quem se dirige para o abatedouro. Seu medo é imenso e ele sente uma vontade incrível de correr dali, voltar para casa e não ter que explicar nada a ninguém. Mas, ele precisa ir à escola e o portão de entrada está logo ali. Entra e olha disfarçadamente ao seu redor. "Ah, eles não estão por aqui", pensa ele. De repente, quase ao alcançar a sala, alguém o empurra com toda força. Ele cai, e seus livros e cadernos voam para longe.

"E aí gordão, a mamãe mandou sua merendinha hoje?", pergunta cinicamente o colega causador de seu profundo tormento. Mais um chute e vem a pergunta outra vez. Binho não ousa olhar para o colega, ou melhor, para os colegas, pois o grupo que o ameaça diariamente é formado por quatro meninos. De cabeça baixa, responde: "Ela mandou pão com presunto e suco de uva". Os meninos caem na gargalhada, pegam a mochila dele e retiram o pão e o suco. "Gordão, se você quiser comer seu lanche vai ter que catar ele na lixeira" e, dizendo isso, jogam seu lanche na lata do lixo. Saem rindo debochadamente. Binho fica caído ao chão, sentindo-se profundamente sozinho, humilhado e desrespeitado.

Quantos Binhos não existem por aí em nossas escolas? São meninos e meninas que, pelas mais diversas razões, são discriminados e sofrem com o chamado "bulying".

04075.indd 31 06/11/2012 19:31:57

Ah, mas não são só os alunos que padecem do mal da violência nas escolas, os professores também tem sido alvo de ofensas verbais, ameaças e até mesmo surras que, por vezes, acabam levando-os aos hospitais.

De acordo com especialistas que participaram da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na segunda-feira, **18 de abril de 2011**, "a violência existente nas escolas é reflexo da violência na sociedade". Eles acreditam que, por ser o serviço público mais presente no cotidiano da população, a escola é também o local onde fica mais evidente a violência social. Para os professores, combater a violência no ambiente escolar é antes de tudo combater a violência na sociedade. Eles afirmam que não se pode isolar a escola da sociedade; a escola tem que ser literalmente aberta à comunidade. Pesquisas demonstram que nos locais onde a comunidade participa mais ativamente da escola o índice de violência é menor.

Salientei que essa questão há muito me preocupava e para contribuir em seu enfrentamento apresentei dois projetos: o PLS no 178/2009, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) para fortalecer a cultura da paz nas escolas e nas comunidades adjacentes e ainda o PLS no 191/2009, que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas de proteção para os casos de violência contra o professor, oriunda da relação de educação.

A violência é um mal que se alastra rapidamente e que exige de todos nós, muita atenção.

Se a interação escola, pais e sociedade tem a capacidade de auxiliar, então vamos lá. Vamos interagir. Não depende só do outro, depende de nós também. Cada um é responsável pela construção do meio em que deseja viver.

Vamos construir a cultura de paz que queremos para todos!

04075.indd 32 06/11/2012 19:31:57

Quando o céu e a terra se encontram

Quem eram aqueles que andavam nus pela vasta mata que coloria de verde boa parte desta nossa amada Pátria? Eram os mesmos que pescavam em rios de água cristalina e que se utilizavam de folhas e raízes para abrandar dores, sarar feridas, curar doenças. E eram eles também que pintavam seu corpo em ocasiões que, para eles, tinham um significado todo especial, como a guerra, por exemplo.

O chão sob seus pés era a continuidade do céu. Estrelas emitiam sinais e a chuva era resposta aos seus pedidos por fartura e felicidade.

A terra era pisada com respeito e devoção. Tudo que ela produzia tinha um significado especial na ordem da vida. Eram eles também que cantavam e dançavam para saudar a nova criança que chegava para integrar a tribo.

Lua, sol, vento, trovão, água, tudo movimentava-se em sintonia com aqueles seres que, antes de nós, habitaram essa terra, cuidaram dela e a amaram de um jeito que talvez nós não compreendamos.

É sempre bom refletir sobre essa relação intensa entre os índios e a terra. Talvez isso nos ajude a compreender melhor suas atuais dificuldades.

Eles compareceram em grande número à audiência pública que a CDH realizou **dia 19 de abril de 2011**, Dia do Índio. Essa audiência foi destinada a encontrar soluções para suas dificuldades.

Os índios foram muito firmes em suas colocações e pediram o fim da injustiça histórica que sofrem. Protestaram por melhores condições de vida nas aldeias e também foram muito enfáticos em relação a Funai, acusando-a de omissão

04075.indd 33 06/11/2012 19:31:57

em relação aos problemas que eles vivenciam. Apoiaram, inclusive, a sugestão de criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas em substituição a Funai.

Caciques defenderam o combate efetivo ao contrabando de minérios, ao narcotráfico e à negligência na proteção de fronteiras.

Outro ponto que os incomoda profundamente é o fato de suas lideranças não serem procuradas para conversar sobre aspectos que lhes dizem respeito.

Estamos vivos e estamos resistindo, foi assim que eles se posicionaram naquele dia e é assim que eles têm feito em seu cotidiano.

Muitas vezes, para compreender a luta de alguém, precisamos nos colocar em seu lugar. Na verdade, talvez esse seja o lugar mais acertado para se estar quando se forma uma opinião a respeito de alguém.

04075.indd 34 06/11/2012 19:31:57

Você também faz parte

A mãe olha atentamente para o filho que dorme, preocupada com a difícil jornada que ele tem pela frente.

Todos os dias, ele sai bem cedinho para procurar emprego, pois a empresa em que trabalhava demitiu grande parte de seus funcionários por não poder mais pagar seus salários. Inclusive, ele saiu de lá sem receber diversos direitos, como as horas extras que cumpriu sempre, sem reclamar.

A família é pobre e todos trabalham para poder garantir a casa e o alimento. Se ele recebesse o que lhe era devido, pensa a mãe, não estaria tão desesperado com a falta de dinheiro. Além de tudo, era mais do que justo que lhe pagassem pelo trabalho cumprido.

Conversando com uma amiga, a mãe soube que em um lugar chamado "Defensoria Pública" era possível arranjar um advogado que defendesse os direitos do filho. Logo cedo, ele foi até lá e, sendo muito bem atendido, pode descrever o ocorrido e acionar seus direitos.

É tão bom encontrar abrigo para as aflições, descanso para os medos, respostas para a sensação de abandono social.

A Defensoria Pública do Brasil é um local onde a população mais pobre pode encontrar acolhimento às suas reivindicações.

04075.indd 35 06/11/2012 19:31:57

É bem verdade que a Instituição tem enfrentado algumas dificuldades para poder levar a bom termo todas as demandas que passam por ela. Uma dessas dificuldades é o fato de que atualmente sua atuação está concentrada nas capitais. Como seu atendimento é gratuito e voltado para a população de baixo poder aquisitivo, seria importante que ela fosse "interiorizada". Essa avaliação foi feita pela Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do Tribunal de Contas da União (TCU), durante a Audiência Pública que a CDH realizou no **dia 25 de abril de 2011**.

Ela defendeu também a nomeação de mais servidores para suprir a demanda, pois segundº a Defensoria Pública da União, há um deficit de pelo menos 807 defensores no País e ela necessita também de assistentes sociais, psicólogos, peritos contábeis e pessoal de apoio administrativo.

A Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do TCU defendeu a aprovação do PLC no 86/2007, projeto do governo que está no Senado e dá mais rapidez aos processos criminais e aos inquéritos policiais "que contenham programas de proteção aos colaboradores da Justiça", possibilitando a efetiva punição dos culpados e o desbaratamento do crime organizado.

As pessoas mais carentes do nosso País precisam saber que não estão abandonadas a própria sorte, que elas tem a quem recorrer quando buscam seus direitos, quando cooperam com a Justiça e precisam ser protegidas. Elas não podem e não devem ficar à margem, sentindo o gosto amargo da exclusão!

04075.indd 36 06/11/2012 19:31:57

Como se sente alguém “quase da família”?

Dona Maria é mãe de cinco filhos e, abandonada pelo marido, teve que assumir a função de mãe e pai. Ela trabalha como doméstica em uma casa distante do bairro em que reside.

Todos os dias ela acorda às 4h30min para preparar o café matinal de seus filhos e também o almoço que ficará guardado para quando voltarem da escola.

Às 6h, quando tudo está pronto, ela se prepara para sair, mas antes beija os filhos, pede que não se atrasem para a escola e que estudem bastante.

Ela sonha em vê-los formados e com bons empregos.

Chega ao trabalho às 7h15min. Inicia suas atividades: preparar o café da manhã, botar a roupa de molho para depois lavá-la, arrumar as camas, tirar o pó dos móveis, limpar as janelas e... nesse momento ela faz uma pausa. Olha pela janela e vê as pessoas passeando no calçadão e lembra com saudade de sua mãe, que era lavadeira e levava-a pela mão, nas ruas da antiga cidade, para entregar a roupa lavada.

Quanta saudade...

O dia passa e quando chega em casa já são 19h30min. Olha para os filhos com gratidão por tê-los e abraça-os longamente.

04075.indd 37 06/11/2012 19:31:57

Preparando o jantar, pergunta pelas aulas e sobre o que aprenderam. Uma de suas filhas lhe diz que a professora falara que aquele é o Dia da Trabalhadora Doméstica. Falara da luta dessas mulheres ao longo dos anos e que a situação delas no país mostra que direitos básicos têm sido violados. Grande parte delas não tem carteira assinada, por exemplo.

A mãe ouviu tudo com muita atenção e sentiu-se grata por sua profissão ter sido reconhecida na escola.

Quantas Ritas, Anas, Marias, Rutes, Joãos, Pedros estão em nossas casas nesse momento, cuidando dos nossos lares, dos nossos filhos, da nossa alimentação, das nossas roupas? Quantas delas são consideradas "praticamente" da família?

Essa, além de ser uma relação jurídica, constitui uma "complexa relação humana".

Preocupada em chamar a atenção para o fato de que essas profissionais não podem ter seus direitos negados sob a alegação de serem "quase da família", a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, chamou-as para uma audiência pública no **dia 27 de abril de 2011**. É claro que a CDH tinha como intenção primeira homenageá-las pela passagem de seu dia, mas trazer ao debate suas condições de trabalho e a garantia e ampliação de seus direitos, era ponto crucial.

Ao final apresentei uma sugestão de redução do percentual pago à Previdência na contratação do trabalho doméstico, para facilitar a formalização do trabalho das empregadas.

Fica a pergunta: Porque a doméstica, responsável por cuidar da nossa casa e, muitas vezes, dos nossos filhos também, não é respeitada em seu papel de trabalhadora, em sua dignidade e cidadania?

04075.indd 38 06/11/2012 19:31:57

Enfrentando ameaças

Ninguém gosta de sentir medo. A sensação de sufocamento e desespero faz aquele suor frio percorrer a espinha, paralisa o corpo e o coração dispara querendo saltar do peito.

A criminalidade assusta cada vez mais. Muita gente deposita sua confiança no sistema judiciário para reparar males e dores que são, às vezes, impossíveis de cicatrizar.

Por exemplo, uma pessoa é assaltada, gravemente ferida e os pais sofrem vendo a recuperação lenta e sofrida daquele filho. Isso quando eles não têm que enterrar seu corpo, pois não suportou os ferimentos.

O criminoso é pego e vai a julgamento.

O que esses pais devem esperar de um procurador, de um juiz? É claro que eles esperam que seja feita justiça e que o criminoso pague pelo seu gesto.

Pois bem, mas e quando procuradores e juízes são ameaçados pelos bandidos? Quando suas famílias são ameaçadas e correm risco de morte?

É claro que eles também sentem medo. Deve ser terrível! Durante audiência pública na CDH, **em 28 de abril de 2011**, procuradores e juízes demonstraram sua preocupação quanto ao poder do crime organizado e pediram investimentos para combatê-lo.

Eles advertiram que a falta de investimento no combate ao crime organizado pode colocar o Brasil no eixo de ações de grupos terroristas durante a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

04075.indd 39 06/11/2012 19:31:57

Outra questão levantada foi quanto à privacidade de quem está em presídio de segurança máxima. Um monitoramento no local indicou que o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (PCC) tramaram sequestros de filhos de altas autoridades no país. Foi sugerida uma discussão dos limites do direito de privacidade de quem se encontra em presídio federal de segurança máxima.

Foi denunciada, também, a falta de recursos para operações da Polícia Federal na fronteira e reivindicada maior segurança para os juízes, notadamente aqueles que atuam em processos de tráfico de drogas e armas, entre outros.

Esperamos que a justiça possa cumprir seu papel com maior liberdade e independência. Assim, precisamos de ações urgentes para levar isso a termo.

04075.indd 40 06/11/2012 19:31:57

A difícil tarefa de emagrecer

É sempre muito difícil entendermos como alguém se sente em relação a alguma coisa, se não nos colocarmos no lugar dessa pessoa.

Uma criança, acima do peso normal para sua faixa etária, pode sofrer muito na escola com as piadinhas dos colegas. Mil apelidos são encontrados para ela. Provavelmente, ao chegar em casa ela corra para o espelho e, ao se olhar, aqueles adjetivos todos com que foi chamada na escola fiquem passando pela sua cabeça, fazendo com que ela se sinta cada vez mais diminuída e infeliz. Isso afeta sua auto-estima, e recuperá-la poderá ser um trabalho e tanto.

Os adultos, na sua maioria, também não gostam dos olhares preconceituosos que lhes são lançados quando estão acima do peso.

A cultura da magreza virou regra e, qualquer um que fuja desse padrão, paga, além de um preço físico, um preço emocional muito grande.

É fato que todos devem ser respeitados como são e é uma pena que o preconceito elimine essa máxima. Cada ser humano deve ser respeitado em suas escolhas, contanto que elas não prejudiquem seus semelhantes.

Ser obeso, entretanto, nem sempre é uma escolha, afinal, todos nós sabemos que a obesidade atualmente é considerada uma doença. As dietas vieram ao encontro dessa realidade. E, não somente elas, os inibidores de apetite também. Só que existe uma polêmica muito grande a esse respeito. Eles devem ser usados ou não?

04075.indd 41 06/11/2012 19:31:57

Essa pergunta reuniu médicos, representantes do governo e de instituições de defesa do consumidor em uma audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos realizou **dia 2 de maio de 2011**. A possível retirada de certos inibidores de apetite (sibutramina e anorexígenos anfetamínicos) do mercado brasileiro confirmou o caráter polêmico do assunto.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) reiterou a disposição da entidade de banir do mercado os medicamentos à base de anfepramona, femproporex e mazindol (que são anorexígenos anfetamínicos) ou à base de sibutramina. Segundo a Anvisa, além de aumentar a probabilidade de doenças cardiovasculares, a sibutramina não é eficaz na redução de peso nem na manutenção dessa redução a longo prazo. Já os anorexígenos anfepramona, femproporex e mazindol aumentariam gravemente os riscos cardiopulmonares e do sistema nervoso central.

A Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), por sua vez, contestou a proibição da venda de inibidores de apetite. Ela defendeu reforço na fiscalização para coibir a prescrição incorreta, abusiva e antiética dessa medicação. Para ela, a redução de 5% a 10% no peso do paciente teria impacto significativo na diminuição dos fatores de risco para o surgimento de diabetes e doenças cardiovasculares.

A Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) ponderou que, sempre que a eficácia de uma medicação gera dúvidas, é preciso ter cautela na orientação sobre seu uso.

Ficou demonstrado na audiência da CDH que a medida não encontra consenso entre os especialistas e, ao final do evento, achei por bem prosseguir com a discussão em outra audiência pública, que marcamos para o dia 31 de maio de 2011. Ficou deliberado, então, que a reunião seria realizada em conjunto com duas subcomissões vinculadas à Comissão de Assuntos Sociais (CAS): Subcomissão Permanente de Emprego e Previdência Social (CASEMP) e Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE).

04075.indd 42 06/11/2012 19:31:57

Liberdade de ir e vir... liberdade de reportar

Ah, como é bom ser livre! Como é gostoso ter a liberdade de ir e vir! Como é importante poder dizer o que se pensa, poder expressar nossos sentimentos!

Já houve um tempo em nossa história que esses direitos eram negados, mas o Brasil soube reverter essa situação. O sol da liberdade voltou a aquecer nosso País.

A liberdade dá asas à informação. É ela que permite, por exemplo, sermos informados sobre aquilo que se passa em nossa pátria mãe e também em outros lugares que nos cercam nesse vasto mundão.

Não é bom acordar logo cedo e ter notícias daquilo que está acontecendo por aí? Saber como está o clima no mundo, como ele afetará a agricultura, a importação e a exportação? Ou então, saber como estão aquelas pessoas que no dia anterior enfrentaram um terremoto de grande proporção? Ou ainda, partilhar da entrada de um ano novo com pessoas que estão do outro lado do nosso País, ou do mundo?

Pois é, a liberdade, no caso, de imprensa, nos dá isso.

O Brasil vive uma situação de liberdade de imprensa plena, conquistada ao longo das últimas décadas, mas o país precisa manter a vigilância para assegurar tal conquista. Isso foi assinalado pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República em debate realizado **dia 3 de maio de 2011**, na CDH, em comemoração ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

04075.indd 43 06/11/2012 19:31:57

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Empresa Brasileira de Comunicação destacaram a importância de evitar qualquer situação em que o jornalista venha a sofrer restrições. A violência contra os jornalistas, por exemplo, visa dificultar ou impedir a divulgação de matérias com denúncias sobre atividades criminosas.

Na audiência também foi cobrada, do Governo do Distrito Federal, punição dos culpados de agressão sofrida por um jornalista no dia 30 de março de 2011. O repórter relatou ter sido espancado e ameaçado de morte por um advogado e seu filho, quando fazia cobertura jornalística de investigação policial.

Outra demanda, levantada pela coordenação da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial, foi por maior acesso a documentos *oficia*is no Brasil.

E assim foi a audiência, um dia pleno de liberdade! Um dia em que debates, reivindicações, proposições encontraram espaço. Foi também um dia de lembrar. Lembrar do nascimento do Dia Mundial da Imprensa, ou seja, do dia 03 de maio de 1991, quando foi aprovada a Declaração de *Windhoek* para promover uma imprensa africana independente e pluralista, em conferência da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

04075.indd 44 06/11/2012 19:31:57

Aposento ou não aposento?

Para algumas pessoas, pequenas mudanças vão tomando forma a partir dos 40 anos. Para outras, as mudanças são mais profundas, talvez até, dolorosas. Existem aquelas que enfrentam esse processo somente aos 50 anos e, não se sabe bem o porquê, algumas jamais são afetadas pela passagem do tempo.

Fato é, que a maioria das pessoas experimenta certa angústia diante de um momento muito delicado da vida: a aposentadoria. Esse é um período de profunda mudança e é óbvio que a ansiedade assalta alguns, vez ou outra.

É comum ouvir aqueles que estão prestes a se aposentar comentando sobre sua preocupação em continuar sendo útil, em manter a mente ativa, em não se entregar a uma vida ociosa, em envelhecer com dignidade.

Já há algum tempo, outra preocupação tem visitado essas pessoas: "Será que eu posso me aposentar?" ou "Será que o valor que vou receber vai cobrir minhas despesas?".

Essa preocupação tem nome. Ela se chama fator previdenciário e está transformando a vida dos trabalhadores em um verdadeiro pesadelo. Ela foi o principal assunto da audiência pública realizada no **dia 9 de maio de 2011** pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Esse fator é aplicado aos trabalhadores que estão submetidos ao regime geral de previdência social e pretendem se aposentar. Ele confisca até metade do salário no ato da aposentadoria e prejudica principalmente as mulheres. Sempre fui um dos seus principais críticos e defendi ferrenhamente o seu fim. Inclusive aprovei, no Senado, por unanimidade, o PLS 296/2003 que termina com o fator e que está aguardando votação na Câmara dos Deputados.

04075.indd 45 06/11/2012 19:31:57

Apresentei, também, uma alternativa ao fim do fator, a PEC do salário mínimo (10/2008), que estabelece limite de idade para a aposentadoria.

Em relação a algumas críticas feitas ao projeto durante a audiência, frisei que é só ler o texto para perceber a garantia da aposentadoria por tempo de contribuição. Um consultor do Senado esclareceu, com mais detalhes, as mudanças previstas pela PEC 10/2008: ao estabelecer idades mínimas para a concessão de aposentadorias no âmbito do regime geral de previdência social – além de regras de transição para o processo –, a proposta aproxima o regime geral utilizado no setor privado ao regime dos servidores públicos.

Também foi reivindicada na audiência uma lei para que o reajuste de aposentadorias e pensões utilize o mesmo índice aplicado ao salário mínimo.

Afinal, se uma pessoa contribui sobre um nº X de salários não é justo que, após a aposentadoria, vá recebendo menos, a cada ano.

Os trabalhadores sempre tiveram que lutar muito para alcançar direitos. Infelizmente, sua luta tem se estendido aposentadoria adentro, mas não tem nada não. Como dizem: quem é de briga, não foge à luta!

04075.indd 46 06/11/2012 19:31:57

Combatendo o câncer de mama

A saúde é o bem mais precioso que existe. Essa frase é lugar comum, mas nem por isso deixa de ser uma verdade inegável.

O corpo humano foi concebido de forma absolutamente perfeita. Artérias, sangue, músculos, ossos, articulações... tudo encaixando-se harmonicamente por meio das mãos sábias do grande artista da vida.

Por diversas razões, algumas conhecidas, outras não, existem vezes em que esse encaixe sofre uma ruptura e isso pode trazer sérias consequências.

É assim com o câncer de mama, por exemplo. Muitas mulheres são acometidas pela doença e esse foi um dos motivos que levou a Comissão de Direitos Humanos e a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher a realizar uma audiência pública sobre o tema **em 10 de maio de 2011**.

Os especialistas que participaram da audiência ressaltaram que os municípios têm papel estratégico no combate ao câncer de mama, ou seja, o combate deve começar com ações nos municípios, incentivando o controle do peso e atividades físicas regulares, além de acesso a exames para detecção precoce da doença e tratamento no tempo adequado.

O Instituto Nacional de Câncer, por meio do oncologista presente à audiência, também deu ênfase à necessidade de iniciativas das prefeituras, com foco nos fatores predisponentes para evitar o câncer de mama.

04075.indd 47 06/11/2012 19:31:57

Ele reconheceu a necessidade de ampliar o acesso a exames de diagnóstico, mas ressaltou ser importante além da detecção precoce, a oferta de tratamento em tempo hábil para a redução da mortalidade. Segundo ele, mesmo com investimentos na detecção da doença, é preciso um controle de todo o processo: na convocação da população, nos procedimentos diagnósticos de qualidade, como mamografias, punções e biópsia, e no tratamento adequado e em tempo hábil.

A Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde ponderou ser essencial promover ações para eliminar fatores de risco, como o sedentarismo e o tabagismo, pois a epidemia de câncer nos países ricos está relacionada à obesidade e ao sedentarismo.

Uma vida saudável é uma grande dádiva. Se houver o engajamento de todos na busca da conscientização individual e coletiva dessa máxima, os resultados certamente serão muito positivos!

Se as pessoas estiverem conscientes da importância da prevenção das doenças, se a sociedade estiver mobilizada e unida para levar isso a termo e se os municípios criarem ações em favor da vida saudável nas cidades, teremos formado uma grande corrente pelo bem comum.

04075.indd 48 06/11/2012 19:31:57

Contando uns com os outros

O reconhecimento pelo trabalho feito é como uma mola que nos impulsiona a querer fazer sempre o melhor que pudermos do dom que recebemos.

Todo trabalhador merece um salário digno, merece ter seus direitos trabalhistas respeitados, merece ter condições adequadas de trabalho, merece ter qualidade de vida.

No entanto, nem sempre é assim. Existem inúmeros Josés, Pedros, Antonios, Marias, Rutes,... que acordam muito, mas muito cedo. Recebem um pão com manteiga e um pingado (quando recebem) e vão trabalhar nas minas, nos canaviais, nas mais diversas plantações.

As condições de trabalho são as piores possíveis, são inimagináveis. O trabalho é árduo e só cessa muito tarde.

Isso tem nome: trabalho escravo. Parece mentira, mas infelizmente não é!!!

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que o número de pessoas submetidas a esse tipo de trabalho no Brasil pode chegar a 100 mil. A maioria dos casos é registrada na zona rural, na criação de gado, no desmatamento, na lavoura da cana-de-açúcar e na produção de carvão para siderúrgicas. Mas também há registros de trabalhos forçados na indústria têxtil, em plena cidade de São Paulo.

O Brasil tem feito esforços para vencer essa chaga. A Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego é responsável pela organização dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel, que, em suas diligências,

04075.indd 49 06/11/2012 19:31:57

flagram o trabalho escravo onde ele estiver. Esse trabalho já resultou na libertação de mais de 40 mil trabalhadores nos últimos dez anos.

A tarefa cumprida pelos fiscais do trabalho também merece ser reconhecida. E foi para celebrar os 120 anos da inspeção do trabalho no Brasil e debater sobre o assunto que a CDH realizou, no **dia 11 de maio de 2011**, uma audiência pública.

Na audiência foi lembrado um fato muito triste ocorrido em 28 de janeiro de 2004, quando em uma das suas ações, três fiscais do trabalho e um motorista foram assassinados em Unaí (MG). Fato que fez com que, desde 2010, a data passasse a ser lembrada como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e é também o Dia Nacional do Fiscal do Trabalho.

Nosso país tem feito avanços, mas aqueles que exploram trabalhadores raramente são punidos. Para mudar essa situação, parlamentares da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo defendem a aprovação da PEC 438/2001, que prevê a expropriação do imóvel, rural ou urbano, em que for registrado trabalho escravo.

Durante a audiência foram levantadas questões como o baixo número de auditores no Brasil. Existe, hoje, 1 auditor para cada 14.895 trabalhadores, enquanto que em 1970 essa relação era de 1 para 1256. O Ministério do Trabalho e Emprego, presente à audiência, disse que contratará os auditores fiscais aprovados no concurso de 2010 e realizará novo processo seletivo em 2012 para preencher 600 vagas na área.

Eu destaquei que a CDH enviaria ofício ao ministério pedindo a contratação dos aprovados no concurso.

O receio que os trabalhadores sentem de denunciar irregularidades e acabarem desempregados, a falta de aparelhamento da fiscalização, o plano de cargos e salários dos servidores administrativos, as mediações entre empregadores e empregados também foram pautados no debate.

Aproveitei a audiência pública para lançar, juntamente com a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), o oitavo número da revista "Em discussão", que trata do trabalho escravo. O lançamento da revista e o

04075.indd 50 06/11/2012 19:31:57

debate marcaram também a passagem dos 123 anos da abolição da escravatura, com a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

O trabalho escravo é uma vergonha para o nosso país. O assassinato de fiscais do trabalho também é monstruoso e precisa ser rigorosamente punido.

O ministério pontuou que as condições de trabalho dos brasileiros dependem da atuação dos auditores fiscais, cuja atividade é referência mundial. O Brasil é consultado por outros países quanto à inspeção e ao combate ao trabalho escravo, infantil e marítimo.

Nós fazemos parte de um grande todo no qual cada um representa importante papel. Podermos contar uns com os outros em nossa jornada faz toda a diferença para nós e para os outros.

04075.indd 51 06/11/2012 19:31:57

Construindo a reforma política

O mundo se move, se renova e nós vamos sendo levados pelas mudanças, quer apreciemos isso, ou não. Algumas vezes a mudança tem um gosto amargo, em outras ela chega suavemente e nós apenas nos deixamos embalar por ela. Há ocasiões em que ela toma a forma de um chamado e exige de nós participação, envolvimento, escolha.

Nas reformas normalmente acontece isso e se nós queremos, de fato, reformar – dar nova forma – precisamos dizer como nos agradaria essa nova forma. Muitas vezes isso exige um pouco mais de reflexão, de aprofundamento, de debate, enfim.

Assim é em relação à reforma política. Ela é um desejo legítimo da população em ver determinadas coisas reformuladas.

Onze propostas foram aprovadas pela Comissão de Reforma Política e, no momento, tramitam no Senado. Os movimentos sociais e entidades sindicais ainda não definiram como se posicionarão em relação a todas elas, mas são unânimes em querer participar do processo de mudança das regras em curso e também argumentam que a reforma política não pode se restringir a questões eleitorais.

A Comissão de Direitos Humanos trouxe esse debate para uma audiência pública **em 16 de maio de 2011** e, nesse encontro, o movimento sindical e social reconheceu a legitimidade do congresso de fazer a reforma política, mas afirmou que isso deve ser feito ouvindo as organizações da sociedade.

04075.indd 52 06/11/2012 19:31:57

As manifestações durante a audiência indicaram não haver consenso sobre os temas em exame. No entanto, todos os convidados destacaram a importância de uma reforma política para corrigir desvios no processo eleitoral brasileiro, como a influência do poder econômico nas campanhas eleitorais, por exemplo.

O financiamento público de campanha foi apoiado por participantes do debate, como forma de solucionar esse problema.

Alguns condenaram o que chamaram de confisco das campanhas pelo mercado. Foi ponderado que é preciso acabar com o que nominaram de democracia do capitalismo, na qual só *quem tem* dinheiro se elege.

A proposta recebeu meu apoio e dos Senadores Cristovam Buarque e Ataídes de Oliveira. Antes da aprovação de fundos públicos para as disputas eleitorais, no entanto, o Senador Cristovam recomendou medidas para reduzir os custos das campanhas, como o corte de gastos com marketing.

Três temas abordados no debate evidenciaram a diferença de opinião entre os movimentos: o sistema proporcional com lista fechada, voto obrigatório e candidatura avulsa.

De um lado o argumento apresentado foi de que a adoção de lista fechada reduz a possibilidade de renovação do Legislativo e fortalece a manutenção dos "caciques políticos". Em posição oposta, a proposta de lista fechada foi apoiada, especialmente por estar associada à alternância de homens e mulheres na relação de candidatos do partido.

Foi pontuado que o país deve resgatar o direito do voto, pois, se é um direito, deve ser facultativo.

Ao final da audiência os participantes reivindicaram um maior esclarecimento à sociedade sobre as ideias e as propostas no âmbito da reforma política, visando maior participação popular.

A proposta final aprovada pelos participantes foi a realização de uma nova audiência após a conclusão dos trabalhos das Comissões da Reforma Política em andamento nas duas Casas Legislativas.

É muito bom ver que a audiência pública abre esse espaço reivindicado e chama a sociedade para a participação popular.

04075.indd 53 06/11/2012 19:31:57

Eles precisam de um estatuto

Lá vai ele, madrugada ainda, enfrentar a estrada para fazer com que o arroz produzido no Rio Grande do Sul chegue à mesa dos cearenses. Outro sai, logo após o café da manhã, para levar o feijão das Minas Gerais até o Rio de Janeiro. E, um outro mais, despede-se da família no Rio Grande do Norte, logo no início da noite, para entregar sal no Paraná. Existe aquele também que recebe uma chamada, praticamente na hora em que está recolhendo o carro, para levar um passageiro até o aeroporto.

Pois no dia 19 de maio de 2011, foram eles, os motoristas de caminhão, de passageiros, os taxistas autônomos, ou aqueles de táxi 'celetista' e os profissionais da motocicleta, que movimentaram o Congresso Nacional. Houve uma sessão especial naquele dia, no Senado, para homenagear a categoria e lançar a Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, cuja principal bandeira foi a regulamentação da profissão de motorista, com melhores condições de trabalho para a categoria. Mais de 200 motoristas procedentes de vários estados lotaram o auditório. Era bonito de se ver...

No dia seguinte, sexta-feira, **20 de maio de 2011**, eles compareceram a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, da qual, como já mencionei, sou presidente.

A pauta do debate foi o projeto que institui o Estatuto do Motorista (PLS 271/2008), de minha autoria. Vários pontos que se referem à profissão foram abordados:

04075.indd 54 06/11/2012 19:31:57

– *os efeitos do estatuto geram impacto sobre profissionais e empresas transportadoras dos países que se limitam com o Brasil por faixa terrestre, especialmente os do Mercosul;*
– *ganhos para a qualidade de vida dos motoristas profissionais e seus efeitos sobre a segurança nas estradas;*
– *os parceiros do Mercosul estão preocupados que o projeto venha a gerar custos e possa reduzir a competitividade das transportadoras nacionais frente às do Mercosul;*
– *as filas nos postos aduaneiros, por vezes de até três dias (nesse caso foi feita a defesa de regras mais flexíveis para o cálculo da hora de trabalho dos motoristas);*
– *a necessidade de união da categoria e de levar o projeto a debate em audiências por todo o país;*
– *a garantia da aposentadoria aos 25 anos de trabalho, tendo em vista a natureza estressante e prejudicial à saúde da atividade (direito desfrutado no passado e extinto pela reforma previdenciária);*

Decisões muito positivas foram tomadas naquele encontro. Sugeri a realização de audiências públicas em todo Brasil para avaliar e discutir os resultados dos encontros regionais, convidando representantes do empresariado e do governo e também a sociedade para revelar o que é consenso e o que não é, e fazer eventuais mudanças no texto.

Foi aprovado o cronograma dos seminários regionais para apurar a violência no trânsito nas cinco regiões.

04075.indd 55 06/11/2012 19:31:58

Cultura de paz

Violência... uma palavra que assusta a todos, talvez, até, aos mais violentos, pois ninguém gosta de se perceber refém de outra pessoa.

No trânsito, por exemplo, nos tornamos reféns de alguém que nos fecha bruscamente, pois não sabemos mais do que o outro seria capaz se o interpelássemos.

A violência atinge também os idosos, que muitas vezes, são reféns em suas próprias casas. São vítimas de seus parentes.

E o que dizer da violência, física, moral, psicológica à qual as mulheres são submetidas? Reféns de estupradores, reféns de seus próprios maridos.

E quanto às escolas? Não são praticamente diárias as notícias que dão conta dos espancamentos, dos bofetões, das facadas desferidas entre alunos ou contra os educadores?

Também existe outro tipo muito peculiar de violência que diz respeito à discriminação. Muitos dizem que não. Acreditam que discriminar não é um ato violento. Será que não??? Desrespeitar as escolhas de alguém que não está fazendo mal a outrem com essas escolhas não é uma forma de desrespeito, de intimidação? Será que muitas vezes, em nosso desrespeito às escolhas de alguém, não o ridicularizamos, menosprezamos, difamamos? E isso não é um ato de violência contra o ser humano? Os especialistas afirmam que a discriminação é uma forma social de violência.

04075.indd 56 06/11/2012 19:31:58

Em virtude desse contexto violento que se estende pelo mundo, a CDH decidiu colocar a questão em pauta. Sendo assim, na segunda-feira, **23 de março de 2011**, uma audiência pública tomou vez.

O debate foi conduzido com base nos dados do Mapa da Violência 2011, levantamento produzido pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça. Os números da edição foram referentes a 2008, quando o Brasil – o sexto mais violento do mundo – registrou mais de 50 mil assassinatos ou 26,4 assassinatos por 100 mil habitantes. São mais de 120 mortes por dia, sem considerar as outras causas violentas de mortalidade, como os acidentes de trânsito. Em 20 anos, mais de um milhão de pessoas foram vítimas de homicídios, em grande parte, jovens.

Paralelamente temos a impunidade. O Ministério da Justiça informou que somente 4% a 5% dos homicídios têm seu autor preso após o inquérito policial e o processo na justiça. E há ainda a sobrecarga da polícia. Enquanto na Inglaterra – um dos países com mais baixos índices de homicídios – cada equipe de investigação cuida de 14 processos por ano, no Brasil a média é de 140 homicídios por equipe.

As sugestões levantadas para vencer essa chaga foram um pacto nacional para combater a violência, por meio da mobilização de governos estaduais e municipais; a criação de um sistema de dados que possa facilitar a medição da eficácia de iniciativas governamentais como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado em 2007, e orientar ações futuras.

A violência "intersubjetiva", assim chamada pelos especialistas em segurança pública, também foi abordada. Ela foi considerada a mais dramática. São em geral conflitos entre cônjuges, parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho e são responsáveis por grande parte dos 50 mil homicídios que acontecem anualmente no Brasil. O diálogo, na resolução de conflitos, foi substituído pela violência física.

Por fim, o papel individual e coletivo na produção da violência foi colocado para reflexão.

Eu sempre acreditei que fazemos parte de um grande todo e que a violência que acomete a um de nós deveria inquietar o outro a fim de que todos juntos somássemos forças para vencê-la.

04075.indd 57 06/11/2012 19:31:58

O nosso maior mestre, Jesus, disse aos seus seguidores: "Vosso próximo é o Vosso Eu desconhecido tornado visível. Sua face se refletirá em vossas águas tranquilas, e se as contemplardes, vereis vosso próprio semblante...

... Se, à noite, prestardes ouvidos, ouvireis suas falas, e suas palavras serão o pulsar de vosso próprio coração.

Sede para ele aquilo que gostaríeis que ele fosse para vós"

04075.indd 58 06/11/2012 19:31:58

Esmeralda

Lembro-me que nos meus tempos de guri, a chegada de ciganos em uma cidade fazia uma verdadeira revolução. Eu e meus amigos ficávamos assistindo aquele espetáculo das montagens das lonas, aquele desfile de roupas coloridas, aquela gente falando diferente e de um modo muito alegre e extrovertido. Eles gostavam de dançar e isso nos deixava com os olhos arregalados de curiosidade e de encantamento.

Andarilhos, assim eles eram chamados e sua vida era considerada incerta, um dia aqui, outro acolá. Lembro também que eles eram muito criticados pelas pessoas. Alguns diziam para ficarmos afastados deles. Achávamos aquilo estranho, porque eles não nos pareciam perigosos.

Na verdade eles eram, ou melhor, eles são, apenas, de outra etnia e, sendo assim, tem costumes próprios, um modo de vida próprio.

Essa é a razão pela qual acredito fazer-se necessária a criação de um estatuto dos ciganos e expressei a ideia na audiência pública que a CDH realizou **em 25 de maio de 2011**.

A aprovação pelo Congresso de um estatuto dos ciganos, texto legal que consagraria os direitos dessa etnia, garantiria a eles a "cidadania cigana".

Sugeri, assim, a elaboração de uma minuta a ser posteriormente apresentada à comissão por uma entidade nacional representativa dos ciganos, como base para o projeto de lei do estatuto.

04075.indd 59 06/11/2012 19:31:58

Então, em meio à audiência foi contada, pela deputada Erika Kokay, idealizadora da Frente Parlamentar Cigana, a história da pequena Esmeralda.

Afinal, quem é Esmeralda? Uma pequena criaturinha, uma menina cigana analfabeta, que acalenta o sonho de frequentar uma escola, mas em virtude da discriminação contra sua etnia, ela tem sido impedida de fazer isso e realizar seu desejo. Esmeralda, na impossibilidade de ir à escola, realizava seu sonho por meio da imaginação, ou seja, fazia de conta que ia à escola.

Diante desse fato, propus para além do Estatuto do Povo Cigano, a criação da Lei Esmeralda em homenagem a essa pequena cigana.

A audiência pública foi realizada para dar visibilidade aos ciganos e, em particular, à etnia calon.

A verdade é, que muitos ciganos não tem acesso à educação formal ou mesmo à obtenção de documentos e a deputada Erika defendeu a realização de um censo para aferir a população cigana no Brasil.

Os ciganos relataram, na audiência, a dificuldade em serem atendidos tanto na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) do Governo Federal quanto na Coordenação para Assuntos de Igualdade Racial (Copir) do Distrito Federal. Diante disto, ali mesmo foram marcadas reuniões para os próximos dias.

A Copir disse que incluirá, na política de promoção de igualdade racial, consultas públicas nas comunidades dos ciganos.

O Deputado Federal Domingos Dutra e a senadora Ana Rita, Vice-Presidente da CDH, presentes à reunião, colocaram seus mandatos à disposição da defesa da causa dos ciganos.

Acredito que muitas coisas podem ser simplificadas na vida. Basta os seres humanos deixarem falar mais alto o sentimento de respeito e solidariedade ao próximo. Esses sentimentos estão em cada um de nós, basta acessá-los e, como uma luz, eles refletirão os mais belos resultados.

Vamos dar às boas vindas às inúmeras Esmeraldas que acalentam sonhos! Sonhos que, na verdade, nada mais são do que direitos.

04075.indd 60 06/11/2012 19:31:58

A cidade de chumbo

De tempos em tempos o mundo é sacudido por alguma tragédia ambiental. Ficamos estarrecidos e, até mesmo, paralisados diante delas. Quanto sofrimento…

Imaginem, por exemplo, uma cidade em que foram despejadas 490 mil toneladas de rejeitos contaminados por chumbo e outros metais perigosos (cádmio, mercúrio e outros). Essa cidade chama-se Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano. A Companhia Brasileira de Chumbo (Cobrac) fez isso por mais de três décadas e, como resultado, Santo Amaro é considerada a cidade mais poluída por chumbo no mundo, de acordo com estudos da Universidade Federal da Bahia e outras instituições.

A fábrica foi desativada em 1993, mas deixou um histórico de poluição e doença ainda sem o devido enfrentamento. O material contaminou o solo, a água e causou doenças graves nos ex-trabalhadores da mineradora e na população do entorno.

O chumbo é associado ao saturnismo, doença que afina braços, provoca dores agudas por todo o corpo, causa impotência sexual nos homens, e, nas mulheres, abortos. O saturnismo também pode causar malformações severas em bebês.

Essa questão precisava ser trazida para o debate e, assim, propus, junto com os colegas da bancada da Bahia, Lídice da Mata e João Durval, a realização de uma audiência pública na CDH. Isso foi feito **em 26 de maio de 2011**.

04075.indd 61 06/11/2012 19:31:58

O Senador da Bahia, Walter Pinheiro, pontuou, na ocasião que, “nem Santo Amaro, nem o Estado da Bahia têm condições de resolver o problema. É um legado nefasto que só a União tem condições de assumir”.

Assim sendo, nós nos comprometemos em encaminhar à Presidenta Dilma um dossiê sobre a tragédia ambiental que afeta as condições de existência de centenas de moradores da cidade. Esse dossiê inclui vídeo com imagens de pessoas acamadas e de recém-nascidos com graves deformações físicas.

Além da entrega do dossiê, o senador defendeu um debate com o "núcleo central" do governo diante da magnitude dos problemas que precisam ser enfrentados. Sugeriu um "PAC pela vida", numa alusão ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que destaca os investimentos federais em infraestrutura.

Eu defendi veementemente a aposentadoria especial aos que estão contaminados e sem condições de trabalho. Também sugeri que o Ministério das Relações Exteriores seja acionado para examinar possíveis responsabilidades do Governo da França. Isso porque a Cobrac, a empresa contaminadora, pertencia à empresa francesa Peñarroya Oxyde. Hoje, por sucessão, quem responde pela empresa desativada é o grupo Trevo.

O Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde informou que aproximadamente 80% da população de Santo Amaro estão afetados por exposição ao chumbo.

Antigos trabalhadores da Companhia Brasileira de Chumbo e a população em geral tem buscado seus direitos trabalhistas, mas existem processos tramitando na Justiça há mais de 20 anos.

A questão ambiental em Santo Amaro foi equiparada, em danos, ao vazamento na usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia. A contaminação foi definida como um "crime contra a humanidade".

Por fim, naquela mesma tarde, a presidenta Dilma determinou a seus assessores que tomassem providências para resolver os problemas decorrentes da contaminação. Ela ficou extremamente sensibilizada ao receber de mim e do Senador Walter Pinheiro o dossiê que mostrava o quadro dramático vivido pela população de Santo Amaro.

04075.indd 62 06/11/2012 19:31:58

Creio que a canção que Caetano Veloso compôs, há alguns anos, para tratar do desastre ambiental no Rio Subaé, que corta Santo Amaro da Purificação, resume o encontro vivido naquela audiência. Fiz questão de ler a letra da canção, que é um protesto, mas vazado em poesia sutil.

Caetano Veloso
Purificar o Subaé

Purificar o Subaé
Mandar os malditos embora.
Dona d'água doce quem é?
Dourada rainha senhora.
Amparo do Sergimirim
Rosário dos filtros da aquária,
Dos rios que deságuam em mim
Nascente primária.
Os riscos que corre essa gente morena,
O horror de um progresso vazio
Matando os mariscos e os peixes do rio,
Enchendo o meu canto
De raiva e de pena.

04075.indd 63 06/11/2012 19:31:58

A cor da pele definindo salários

Ao entrar em uma agência bancária você poderá ser atendido prontamente, de forma gentil e prestativa, por um funcionário(a) negro(a) ou branco(a). Na verdade o modo como você será atendido dependerá de fatores como profissionalismo, personalidade, humor do(a) atendente, e não propriamente da cor da pele.

Então porque um mapa de diversidade no setor bancário demonstra que ainda há discriminação racial no setor? É, é isso mesmo. O Mapa da Diversidade do Setor Bancário, elaborado em parceria pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e por outras entidades, demonstrou que os funcionários negros recebem cerca de 64,2% do salário dos brancos e apenas 20,6% dos contratados conseguem ser promovidos.

Essa discussão foi conduzida na CDH, no **dia 30 de maio de 2011**, em uma audiência pública.

O debate foi focado nesse mapa, cujo objetivo é promover a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, independente da cor, sexo, idade, tendo ou não qualquer tipo de deficiência.

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro ratificou que os negros bancários recebem salários menores do que os colegas brancos, e que "a cor da pele é um impeditivo de ascensão na empresa". Segundo o sindicato, a partir de 1996 os movimentos organizados iniciaram uma série de negociações com a Febraban, com o objetivo de acabar com todo tipo de discriminação nos bancos, não somente contra negros, mas também contra mulheres e deficientes e também para criar mais oportunidades para os negros no setor financeiro.

04075.indd 64 06/11/2012 19:31:58

A rede de Pré-Vestibulares Comunitários e Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), apontou dados que demonstram que os negros são apenas 19% dos contratados em instituições bancárias.

Segundo a secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Presidência da República, o Mapa da Diversidade serviu como ponto de partida para que no dia 28 de julho de 2010, a secretaria assinasse com a Febraban um protocolo de intenções para estabelecer políticas de igualdade dentro dos bancos. A Secretaria ponderou que pouco foi feito desde então, pois a Febraban ficou de elaborar um plano sobre o protocolo em até 90 dias após a assinatura do documento. O prazo venceu em 28 de outubro e ainda nada havia sido feito.

A ausência da Febraban nos debates foi comentada e, ao final da audiência, li o ofício enviado por ela, colocando-se à disposição para fortalecer "o processo de negociação".

Entre as proposições apontadas na audiência tivemos: atualização do Estatuto da Igualdade Racial pelo Congresso Nacional, mediante abertura de diálogo entre as Entidades Negras e os 81 Senadores; sugestão nacional, abrindo um canal de comunicação entre a Febraban e a Seppir sobre o protocolo que pede aumento de vagas para negros nos bancos e aumento do número de Ouvidoras estaduais para o cidadão fazer denúncias que violam a comunidade.

04075.indd 65 06/11/2012 19:31:58

Já fizeram o teste?

Carlos e Gilda tiveram um lindo bebê. Eles tentaram durante vários anos, mas somente agora tinham recebido o presente pelo qual tanto aguardaram.
Os parentes se aglomeravam em frente ao berçário e o pequeno Frederico dormia como um anjo.

A madrinha chegou mais tarde e, como os demais, ficou encantada. Frederico era lindo. Preocupada com a saúde do menino ela logo perguntou: "Já fizeram o teste do pezinho?" Ninguém respondeu e ela insistiu puxando pela manga a enfermeira que passava por detrás deles. Ela tranquilizou-a dizendo que o hospital nunca deixava de fazer o teste.

"Porque essa preocupação toda?" – perguntou o tio do bebê.

"É um teste muito simples, mas muito importante. Um teste neonatal que faz o diagnóstico para várias doenças. Todo bebê precisa passar por ele para identificar se, por acaso, ele tem alguma das doenças detectadas pelo teste e, se tiver, poder tratar precocemente". – respondeu a madrinha.

"Ah, mas os hospitais sabem disso e, é claro, que fazem o teste" – argumentou o tio.

"Huuuummmm... nem sempre. Em alguns estados o teste não é feito e isso tem gerado a maior polêmica". – afirmou ela.

04075.indd 66 06/11/2012 19:31:58

Isso, infelizmente, é verdade. O teste do pezinho, ou triagem neonatal, nome oficial, foi instituído pelo governo em 6 de junho de 2001. A fase 1 (diagnostica apenas a fenilcetonúria e o hipotireoidismo congênito), já alcançou o Brasil, mas o Ministério da Saúde quer garantir que ele chegue no país inteiro às fases 2 e 3 (diagnosticam doença falciforme ou da fibrose cística), que só foram atingidas em alguns estados.

A senadora Gleisi Hoffmann sugeriu uma reunião com especialistas e representantes do governo para debater essa importante questão e, no **dia 6 de junho de 2011** a CDH foi o palco desse debate.

Foram avaliadas as possibilidades de aumentar a eficácia da triagem neonatal, para identificar precocemente mais moléstias como a deficiência de biotinidase1 e a hiperplasia adrenal congênita2.

A Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde vem discutindo a ampliação do teste realizado há dez anos, gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a Secretaria, cerca de 29,7 milhões de crianças foram examinadas pelo teste do pezinho entre 2001 e 2010.

Apesar dos avanços, foram feitas críticas à atuação governamental, tais como descaso por parte de gestores estaduais de saúde e foi pautada a necessidade de punições nesses casos.

A Universidade Federal de São Paulo acredita que uma opção mais realista é planejar melhor a expansão dos exames feitos pelo governo e estudar os estados que estão mais avançados nessa área.

Nas questões de saúde a prevenção é sempre o melhor caminho e tranquilizar a sociedade com diagnósticos precoces pode mudar completamente uma vida ou várias.

---

1 – Deficiência da biotinidase é uma doença metabólica tratável na qual o organismo não consegue obter da maneira adequada a vitamina biotina, presente nos alimentos, permitindo sua absorção pelo intestino. A biotina é essencial para o metabolismo normal do organismo, sendo indispensável para a atividade de diversas enzimas.

2 – Hiperplasia adrenal congênita (HAC) é o crescimento exagerado do córtex da glândula adrenal, causado por uma mutação genética que provoca no feto produção demasiada do androgênio (hormônio esteroide que estimula ou controla o desenvolvimento e manutenção das características masculinas).

04075.indd 67 06/11/2012 19:31:58

A difícil tarefa de emagrecer II

Voltamos ao tema, conforme havia sido combinado em uma audiência pública anterior. Ou seja, os medicamentos inibidores de apetite foram levados à baila em um segundo debate promovido em conjunto pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), no **dia 7 de junho de 2011**.

As discussões giraram em torno de retirar ou não esses inibidores do mercado; de garantir à sociedade segurança e eficácia no uso de medicamentos para combater a obesidade e de um maior controle na prescrição dessas drogas. Foi explicado na audiência que a própria multinacional Abott, fabricante da sibutramina, retirou dos Estados Unidos o seu produto e aconselhou o Brasil a fazer o mesmo, depois da realização de pesquisas que comprovaram o perigo do medicamento.

Por outro lado, vários especialistas ponderaram que o impacto da obesidade na saúde pública é enorme, pois está entre as principais causas da diabetes, de câncer e de hipertensão arterial, entre outras enfermidades.

Foi sugerido também que a responsabilidade na decisão de se proibir ou não a utilização de inibidores de apetite no Brasil seja dividida entre todos os segmentos envolvidos, na direção de se formular políticas públicas claras que garantam a saúde pública.

A maioria dos convidados para a audiência apontou o controle mais rigoroso na prescrição como a melhor alternativa e foi destacado que o Conselho Federal de Medicina tem ajudado no controle dos inibidores de apetite, punindo os profissionais que os prescrevem exageradamente.

04075.indd 68 06/11/2012 19:31:58

O Senador Cyro Miranda disse, em relação à venda de inibidores de apetite, que: “Precisamos eliminar a fase do poder econômico e ir para o estudo científico”. O Senador Ataídes Oliveira observou que a obesidade no Brasil é um caso grave de saúde pública, mas que a retirada dos inibidores de apetite do mercado "será lamentável", pois muitos doentes dependem do medicamento para controlar o apetite e o peso. A obesidade é uma doença, é um dos problemas mais sérios que a sociedade moderna enfrenta. Eu fui autor dos requerimentos para a realização do debate e presidi a audiência. Meu alerta foi para o grave problema da obesidade no mundo e, em especial, no Brasil, onde mais da metade da população adulta está acima do peso. No caso das crianças o problema já atinge uma em cada três, na faixa etária entre cinco e nove anos.

Estamos diante de uma questão muito delicada que exige toda atenção, pois temos um grande número de obesos em nosso país e somos um dos grandes consumidores de inibidores de apetite já proibidos na Europa. Precisamos observar essa questão muito de perto.

Na audiência foi muito bem lembrado o fato de que o combate à obesidade se faz também com prevenção, atividade física e mudança de hábitos alimentares.

04075.indd 69 06/11/2012 19:31:58

O fértil vale da sabedoria

Quanto é 26 multiplicado por 13? Amizade se escreve com s ou com z? O que é continente? Quem foi o primeiro homem a pisar na Lua? O que são protozoários? Onde fica a Pirâmide de Quéops?

Ah... o maravilhoso mundo do conhecimento; o inesquecível mundo da escola!

Lá estão eles, sentados, tentando aprender coisas novas. Hoje, aula de Português, amanhã, matemática. depois história, gteografia, química, física...

A grade escolar pretende prepará-los para os desafios da vida, mas será que não está faltando alguma coisa na atual grade escolar?

Vejamos: o mundo sofre do mal da violência; a intolerância alcança níveis inimagináveis; a corrupção toma formas assustadoras; a discriminação transita pela cor da pele, pela orientação sexual, pela religião professada, pela origem da família ou pela quantidade de dinheiro que ela possui. Transita até pelo peso que a balança acusa.

A verdade é que o coração humano está ansioso por paz, desejoso de compreensão, amor, solidariedade, conexão verdadeira e saudável com a energia do universo.

E se as escolas de ensino fundamental e superior fossem orientadas a incorporar a educação em direitos humanos em suas diretrizes?

A Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República participou, **em 9 de junho de 2011**, de uma audiência pública convocada pelo líder do PT no Senado Federal, Humberto Costa, na CDH.

04075.indd 70 06/11/2012 19:31:58

Na audiência, foi discutida a implantação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) nas diretrizes de educação fundamental dos municípios brasileiros. A secretaria nacional destacou que iria preparar um parecer a fim de que, em 2012, essa prática fosse desenvolvida em todas as instituições de ensino.

As ponderações feitas indicaram a necessidade de mobilizar e conscientizar os secretários municipais de educação para o tema, pois é no chão das escolas e nos municípios em que tudo acontece. Também foi ponderado o fato de que a educação em direitos humanos deve ser tratada no momento de elaboração das diretrizes curriculares.

O Senador Humberto Costa defendeu a necessidade de formação de jovens – crianças e adolescentes – sobre direitos humanos: "Difundir a educação em direitos humanos é, acima de tudo, contribuir com uma cultura de paz e justiça social. É compartilhar na sociedade valores como liberdade, solidariedade e tolerância".

Nós todos queremos que a paz, por exemplo, seja um direito universal. Creio que se somarmos ao fértil vale da sabedoria o ensino de direitos humanos, estaremos caminhando, a passos seguros, rumo a esse objetivo.

04075.indd 71 06/11/2012 19:31:58

Viagem poética

Há quem diga que Deus fala por meio do coração dos poetas, pela pena dos poetas, por suas poesias, lágrimas, risos, pela alma vagante noturna dos aflitos. Fala também pelo cruzar de palavras e estrofes, nos sonetos, nas licenças poéticas, que mesmo sem rimas pintam a existência do homem, sua realidade, seus caminhos.

Poesia... poema em flor, flor de corticeira, flor de água pé, flor de laranjeira, vitória régia, acácia menina, parede de florais, mulher querência em flor.

Poesia, poema em aurora febril que todas as manhãs como pássaros migratórios voam em direção à cancela dos olhos pedindo passagem para o novo dia.

Poesia que faz sonhar, cantar, amar, que faz da amizade uma escolha, que faz ter sede de vida e acreditar num país em que as crianças e os idosos façam parte das rimas.

A poesia está presente em tudo. Basta termos disposição para olhar ao nosso redor e nos conectarmos com a imensa energia deste universo do qual somos parte.

Esse belo tema chamado poesia também encontrou voz na CDH, em celebração ao Dia Nacional da Poesia – comemorado em 14 de março.

A audiência, requerida por mim, aconteceu no **dia 16 de junho de 2011** e poetas e escritores estavam lá pedindo a regulamentação da profissão de escritor.

04075.indd 72 06/11/2012 19:31:58

Pedi às entidades representativas da categoria que apresentassem à comissão um pré-projeto pela regulação da atividade.

Uma ponderação importante apontou para o fato de que, por não terem regulamentada sua profissão, os escritores desempenham outras atividades para sobreviverem.

O Senador Randolfe Rodrigues sugeriu que o Senado edite um livro com poesias de autoria dos poetas presentes à audiência pública.

Eu disse na audiência que irei apresentar projeto de lei para designar o mês de março como Mês da Poesia, em homenagem ao poeta amazonense Thiago de Mello, que nasceu em 30 de março.

Ao entregar-me um livro de sua autoria, o poeta Thiago de Mello, que participou da audiência, pediu à sociedade brasileira que faça um "pacto de amor com a floresta amazônica". O poeta afirmou discordar do projeto de lei que altera o código florestal, que tramita no Senado, por considerar que o atual texto induz ao desmatamento.

Thiago de Mello também presenteou o Senador Pedro Simon com um exemplar de "Os Estatutos do Homem (Ato Institucional Permanente)" e pediu, de forma simbólica, que o texto fosse aprovado pelo parlamento. Em seu primeiro artigo, a poesia, escrita em forma de norma legislativa, diz: "Fica decretado que agora vale a verdade. Agora vale a vida, e de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira".

04075.indd 73 06/11/2012 19:31:58

O setor de combustíveis

Certos assuntos mobilizam a sociedade de modo bastante intenso. As opiniões, às vezes, divergem, mas é sempre muito bom que a participação popular esteja presente nas questões que lhe afetam direta ou indiretamente.

Assim é em relação ao preço dos combustíveis, uma questão bastante polêmica.

A regulamentação do setor, que inclui o de biocombustíveis, foi discutida no **dia 20 de junho de 2011**, em audiência pública na CDH presidida por mim.

Naquela reunião muitos pontos foram abordados. Alguns dos presentes apontaram a necessidade de criar uma CPI para apurar cartelização e fraudes no setor de combustíveis, em virtude de fatores como preços exorbitantes, adulteração de produtos, fraudes fiscais e bombas desreguladas. Segundo eles, a CPI poderia impedir que a sociedade fique sujeita à vontade dos empresários interessados apenas na obtenção de lucro.

A Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Secretaria de Direito Econômico e o Ministério Público foram considerados inoperantes, na opinião deles, o que prejudica os consumidores e trabalhadores do setor. O alto preço dos combustíveis praticados no Brasil foi muito questionado. O Brasil ocupa o sétimo lugar entre os países com combustível mais caro do mundo. O exemplo citado foi o da Venezuela, que também é um país autosuficiente em petróleo, onde o preço do litro de gasolina é de R$ 0,04.

Outras ponderações foram feitas no sentido de que existem bons empresários que, infelizmente, são prejudicados pela ação dos maus representantes da categoria; de que os problemas do setor surgiram depois que o preço dos

04075.indd 74 06/11/2012 19:31:58

combustíveis e o salário dos frentistas deixaram de ser regulamentados pelo governo; de que a desregulamentação favoreceu o surgimento de empresários "oportunistas", que visam o lucro, sem compromisso com os funcionários.

Na opinião de outros, não seria necessária uma CPI, mas uma fiscalização mais severa.

Na reunião comentei que a minuta de projeto de lei pela regulamentação da atividade, que inclui piso salarial nacional para frentistas, seria aprimorada pela consultoria do Senado e começaria a tramitar como projeto de iniciativa popular. Medidas de segurança no trabalho e cuidado ambiental, com tratamento de resíduos também devem ser incluídas. Disse também que apresentaria requerimento para realização de audiência pública com o Ministério da Justiça, a Petrobras e a ANP para esclarecer as denúncias feitas pelos representantes da categoria.

Os debatedores concluíram que o Senado deveria criar uma CPI para apurar as fraudes no setor de combustíveis no Brasil.

04075.indd 75 06/11/2012 19:31:58

A terra manchada de sangue

Que coisa mais gostosa pegar o carro logo cedo numa manhã de domingo e viajar por aí!

Se prestarmos atenção poderemos ver as diferentes nuances de verdes nos campos e a vastidão do azul celeste nos acompanhando estrada afora.

Como é rico esse País! Quanto espaço, quanta vida pulsando neste imenso pedaço de chão. No entanto, ter espaço neste mundo não é tão simples como parece. A terra, rica em fartura e dimensão, apesar de ser presente divino, nem sempre está ao alcance de todos.

Às vezes ela chora, inundada pelo sangue derramado em brigas incansáveis por seu domínio.

Quantas vezes já vimos, estampadas nos noticiários, histórias de violência no campo?

Essa triste realidade levou a CDH a abrir espaço, **em 22 de junho de 2011**, para um debate franco sobre o assunto.

A impunidade foi apontada como a principal causa da violência no campo. Crimes são cometidos, muito poucos apurados e poucos criminosos são punidos.

Foi mencionado que a ineficiência dos órgãos de segurança pública, a morosidade do Judiciário e a defasagem do Código de Processo Penal contribuem para essa situação.

Outras causas apontadas para a violência no campo, além da impunidade, foram a falta de fiscalização na extração ilegal de madeira, que leva à morte os que se opõem a essa prática, e a falta de infraestrutura dos projetos de

04075.indd 76 06/11/2012 19:31:58

assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em especial, a deficiência na assistência técnica aos assentados.

Conforme dados da Ouvidoria Agrária Nacional, nos últimos 10 anos, no Pará, dos 219 homicídios ocorridos na área rural, houve apenas quatro condenações.

Como exemplo disso foi citado o caso do "massacre de Eldorado dos Carajás", ocorrido há 15 anos e com apenas duas condenações, até agora, pela morte de 19 sem-terras.

Na audiência foram abordadas pela Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela coordenadoria da Comissão Pastoral da Terra, além da violência no campo, as mortes de lideranças de trabalhadores no Pará, Amazonas, Rondônia e Acre.

Algumas resoluções importantes foram tomadas: acelerar a aprovação da PEC do Combate Escravo em tramitação na Câmara dos Deputados; vetar texto do Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados; elaborar uma PEC para limitar a extensão territorial da propriedade rural e realizar audiências públicas regionais para tratar do tema violência no campo.

Foi sugerida também a criação de Defensorias Públicas Rurais e de Polícias Agrárias.

Onde, afinal, vai dar essa estrada de insultos, agressões e mortes? A violência não é uma opção para resolver o que quer que seja nesta vida.

Dialogar pode ser bastante difícil, mas é sempre mais coerente com a nossa condição de seres humanos. Há que se encontrar, por meio do diálogo, um caminho em meio à terra abundante que nos cerca.

04075.indd 77 06/11/2012 19:31:58

O Brasil e seus vizinhos

Nossos vizinhos podem representar um papel muito importante em nossas vidas. Ainda que alguém diga que não conhece os vizinhos de porta do seu apartamento, é possível que um dia, por alguma razão qualquer, o contato aconteça e surja daí uma bela amizade, enriquecedora para ambos.

Nosso Brasil também tem seus vizinhos e criar laços firmes de amizade com eles pode gerar, por exemplo, intercâmbio de conhecimento, de modo de vida, de crescimento em vários setores, inclusive o econômico.

A integração econômica da América do Sul é um desejo de muita gente. Isso ficou bastante evidente na audiência pública realizada **dia 28 de junho de 2011** pela CDH.

Os debatedores que lá estavam sugeriram a criação de leis que estimulem essa integração. Eles acredit[am] que para viabilizar a integração econômica da América do Sul, é preciso uma legislação que não apenas ofereça parâmetros para os investimentos produtivos na região, mas também estimule as parcerias entre as empresas desses países.

Salientei na ocasião que essa preocupação é atendida pelo PLS no 232/2011, projeto de lei que eu havia apresentado no mês anterior. Esse projeto concede incentivos para empreendimentos que favoreçam a integração econômica de, no mínimo, dois países da América do Sul. Também especifica que os empreendimentos em questão deverão ser realizados por meio de sociedade de propósito específico constituída no Brasil.

04075.indd 78 06/11/2012 19:31:58

Entre os possíveis benefícios fiscais previstos no projeto estão isenções da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, do Imposto sobre Produtos Industrializados, relativo aos bens de capital e, em casos específicos, do Imposto de Importação.

Na audiênciA RESSAltei que o texto dessa proposta foi elaborado a partir das sugestões de José Carlos de Assis, do Intersul, e deverá ser modificado conforme as críticas e sugestões que receber durante sua tramitação.

Um dos argumentos apontados em apoio a essa iniciativa foi de que o Mercado Comum do Sul (Mercosul), bloco de quatro países que se restringe a relações comerciais, deve evoluir para uma integração produtiva sob a cobertura da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), formada por 12 países e, para fazer isso, é preciso definir em lei essas atividades, como é o caso dos investimentos conjuntos feitos por empresas de países diferentes.

Outro argumento foi baseado na avaliação de que as empresas da região têm grande resistência em se unirem (quando são de países diferentes), porque se veem como rivais, e não como parceiras. Com um projeto de lei que garanta benefícios e incentivos para os "investimentos cruzados", as empresas podem se sentir estimuladas a fazê-los.

Ao final anunciei o lançamento da Frente Parlamentar pela Integração da América do Sul. Serei o coordenador do movimento no Senado, enquanto a Deputada Jandira Feghali será a coordenadora na Câmara.

04075.indd 79 06/11/2012 19:31:58

Que trabalho é esse?

É terrível pensar em um sistema de trabalho em que a violência, muitas vezes, é uma prática comum, em que as péssimas condições dos alojamentos oferecidos e a retenção das carteiras de trabalho são irregularidades facilmente encontradas.

Vamos tentar imaginar a cena: quartos superlotados, escuros, SEM ARMÁrios ou lençóis e tudo em péssimas condições de higiene. Banheiros sujos, cozinhas improvisadas a céu aberto, comida preparada no chão, em latas que substituem panelas, e marmitas em que, muitas vezes, são encontradas moscas, larvas e até rãs.

Sabem que nome leva esse sistema de trabalho? Escravo. Nesse sistema a liberdade dos trabalhadores é cerceada. Os locais de trabalho são de difícil acesso e com a presença de guardas armados. Os documentos dos trabalhadores são retidos. Um quadro de absoluto desrespeito à dignidade de uma pessoa.

Tudo isso levou a CDH a fazer uma audiência pública no **dia 7 de julho de 2011**.

Na ocasião o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2005, foi alvo de críticas. Segundo alguns, a atuação do Pacto pela Erradicação do Trabalho – comandado pelo Instituto Ethos e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e que, há seis anos, tenta sensibilizar grandes empresas a romper com eventuais fornecedores incluídos na "lista suja" por essa prática, não vai levar ao desmonte da fiscalização DOS AUDItores públicos.

As opiniões foram diversas. A Comissão Pastoral da Terra discordou que entidades não governamentais concedam alguma certificação ou organizem uma "lista limpa" de empresas que não compactuariam com o trabalho escravo.

04075.indd 80 06/11/2012 19:31:58

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) defendeu a manutenção da "lista suja" realizada pelo Ministério do Trabalho e considerou arriscado delegar a entidades não governamentais a montagem de uma lista de bons empregadores.

A OIT reforçou, na sequência, que o pacto não é selo ou lista de bons empregadores. É uma lista de empresas que têm um compromisso de responsabilidade empresarial e social de tentar limpar sua cadeia produtiva.

A recomposição da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo foi anunciada e assumiu como prioridade a votação em segundo turno, na Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição (PEC no 438/2001) que impõe o confisco de propriedades envolvidas com trabalho escravo. A matéria já foi aprovada pelo Senado e aguarda votação na Câmara desde agosto de 2004.

O presidente da frente, Deputado Domingos Dutra, apresentou projeto para oficializar a data de 28 de janeiro como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

O ex-Senador José Nery sugeriu a reivindicação de uma pesquisa nacional – exata e profunda – sobre a extensão do trabalho escravo no País e um levantamento das ações penais em curso na Justiça Federal desde 2003– ano em que o Código Penal foi alterado para agravar as penas por esse delito.

A vice-presidente da CDH, Senadora Ana Rita, sugeriu à frente parlamentar levantar as propostas ligadas à erradicação do trabalho escravo em tramitação na Câmara e no Senado e, a exemplo do que faz em relação à PEC no 438/2001, negociar prioridade para a votação dessas matérias.

Ao finalizar a audiência informei a todos que a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo seria reinstalada em reunião da CDH no próximo dia 14.

04075.indd 81 06/11/2012 19:31:59

Vai completar?

É tão bom quando a gente chega em um posto de gasolina para abastecer o carro, calibrar os pneus, ou qualquer outro serviço e é bem atendido.

Normalmente os frentistas fazem um sinal para indicar o melhor ponto para abastecer, recebem a gente com um sorriso acolhedor e perguntam de forma gentil: "o senhor quer que dê uma olhadinha no óleo?" ou "quer que jogue uma água no vidro?"

Eu sou um defensor dessa categoria, porque considero justo que ela tenha um piso salarial. E foi isso que defendi novamente em outra audiência pública sobre o tema, promovida pela CDH, **em 11 de julho de 2011**.

Defendi não somente isso, mas também um estatuto para postos de combustíveis e frentistas. Com um estatuto serão regulamentadas tanto as atividades dos postos quanto a profissão de frentista.

Reiterei na audiência que o estatuto é necessário para reforçar a fiscalização dos postos – combatendo, assim, problemas como a sonegação de tributos e a adulteração de combustíveis – e viabilizar a criação de um piso salarial para os trabalhadores do setor.

Durante a audiência os representantes dos frentistas reafirmaram que a fiscalização atual é insuficiente e que há uma disparidade regional entre os salários dos frentistas. Eles disseram que os vencimentos podem variar entre um salário mínimo e R$1.500,00 e estimaram que existe no Brasil cerca de 500 mil trabalhadores que atuam em postos de combustíveis.

04075.indd 82 06/11/2012 19:31:59

Segundo eles, muitos postos têm lucros "exorbitantes", ampliados inclusive pelas lojas de conveniência, mas não repassam esses ganhos a seus funcionários. Vários postos, inclusive, dividem os prejuízos resultantes de assaltos, cheques sem fundos ou cartões clonados entre seus funcionários.

O Senador Cristovam Buarque também defendeu a regulamentação da profissão de frentista e a criação de um piso para a categoria. Já o Senador Ataídes de Oliveira criticou a ausência de representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na audiência e essa crítICA FOI REPETIda por vários outros participantes do debate.

Na conclusão da audiência decidimos colocar em prática a elaboração do estatuto, com minuta do projeto de lei elaborada por entidades como a Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepospetro). Feito isso ela será encaminhada à CDH. Acolhida a proposta pela comissão, eu, como presidente da CDH, indicarei um relator para a matéria, para então iniciar as discussões que resultarão na redação final do projeto. Salientei a importância de envolver nessas discussões, o Ministério Público, a Agência Nacional do Petróleo, a Petrobras e o Procon, entre outras entidades.

Os frentistas são trabalhadores e, como tal, precisam ser defendidos em seus direitos. Regulamentar o setor, através da aprovação do Estatuto dos Trabalhadores em Combustíveis, é uma proposta mais do que justa, assim como criar uma comissão permanente para aprovação do piso salarial nacional.

04075.indd 83 06/11/2012 19:31:59

Eles também têm seus direitos

Ah, brincar!... Não há um único adulto que não lembre de suas peripécias infantis: jogar bola, dominó, brincar de esconde-esconde ou então de adivinha que bicho eu sou, cair na gargalhada ao pular nas poças d'água formadas pela chuva, ouvir uma boa estória infantil contada, de preferência, por alguém que saiba fazer caretas e dar o tom de voz certo para cada personagem. Tudo isso tem um valor inestimável!

Mas, para além disso, o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA – Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990) diz que todas as crianças e adolescentes devem ser tratados com dignidade e que elas tem direito a viver uma relação de respeito e compreensão com a família. Elas têm direito, também, a ensino e saúde de qualidade, além de acesso ao lazer, esporte e cultura.

Pois bem, na CDH, fizemos uma audiência pública, **dia 13 de julho de 2011**, para celebrar os 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Ministra Maria do Rosário, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, participou do debate e explicou que essa lei nasceu da interação da sociedade com o Parlamento, para afirmar a cidadania de crianças e adolescentes.

Questões muito graves e importantes que envolvem o mundo da criança e do adolescente foram apontadas no encontro, como os casos recorrentes de exploração sexual de menores no País. Neste sentido a ministra disse que, ao se destacar no cenário mundial, seja pelo dinamismo de sua economia ou por sediar grandes eventos esportivos, o Brasil deve se apresentar como um País livre de exploração sexual de crianças e adolescentes.

04075.indd 84 06/11/2012 19:31:59

Outra questão apontada foi a violência contra os jovens. A Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente apontou um dado alarmante: 15 ADOlescentes são assassinados diariamente no País.

O uso de drogas e a necessidade de garantias de direitos de crianças e adolescentes na paridade entre resultados do Brasil nos esportes e nas políticas para os menores, também foram pautados.

O Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi), apresentou na audiência o projeto "ViraVida", que oferece formação profissional para adolescentes vítimas de exploração e violência, dentro dos serviços sociais dos trabalhadores do comércio, da indústria e dos transportes (Sistema S) incluindo ainda atendimento psicossocial, atendimento à família e ajuda de custo.

A educação foi apontada, por mim e por vários senadores, como possibilidade real de mudar a vida dos nossos jovens, assim como a implementação de políticas, nos municípios, voltadas para essa camada da população.

A Ministra Maria do Rosário salientou que o paíS JÁ COnta com conselhos tutelares em atividade em 98% dos municípios e com conselhos de direitos das crianças e adolescentes em 91% das cidades, todos aptos a definirem prioridades para os prefeitos em termos de atendimento a esse segmento da sociedade.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), no Brasil, ponderou que a adolescência é uma transição positiva para a maioria da população.

Que bom que é assim! Vamos, então, unir esforços para estender essa realidade para toda nossa gente.

04075.indd 85 06/11/2012 19:31:59

Abrindo mão de conceitos arraigados

– O domingo vai acabando e o movimento na casa diminui de intensidade.
– Filho, é hora do banho – diz a mãe enquanto prepara o jantar.
– Que chato, já vai ser segunda-feira de novo– responde o pequeno.
– E o que tem de chato nisso? – pergunta o pai. – Você não gosta de ir à escola, de aprender coisas novas e de ver seus colegas?
– Não é isso, pai. É que eu não vejo o senhor o dia inteirinho. Não dá pro senhor trabalhar menos?

É provável que muitos de nós já tenhamos enfrentado uma carinha triste na nossa frente, nos fazendo a mesma pergunta. Será mesmo que não podemos trabalhar menos?

A CDH comandou, **em 1º de agosto de 2011**, o debate sobre a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento. Eu havia apresentado requerimento para isso e a reunião foi realizada em conjunto com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta de emenda à Constituição (PEC nº 231/1995), que trata da redução da jornada de 44 para 40 horas semanais e que foi apresentada por mim e pelo então deputado e agora Senador Inácio Arruda, tramita no Congresso Nacional há mais de 15 anos. Segundo as centrais sindicais, a medida pode ajudar a criar 2 milhões de empregos, além de reduzir o número de acidentes de trabalho e aumentar a produtividade das empresas.

04075.indd 86 06/11/2012 19:31:59

Na ocasião eu lembrei a todos que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicou a redução da carga semanal para 40 horas desde 1995.

Na audiência o Senador Cristovam Buarque argumentou que a redução da jornada exige uma maior escolarização dos novos trabalhadores a serem contratados, para que não haja queda de produtividade. Na opinião dele, um critério importante para avaliar a riqueza de uma nação seria a redução da jornada, que, ressaltou, permite mais tempo para o estudo, para as atividades culturais e para o lazer.

A desoneração da folha também foi debatida. Uma das propostas aventadas para tanto foi o fim da alíquota de 20% que as empresas pagam à Previdência Social. Em contrapartida, seriam aumentados os tributos sobre o faturamento.

O Fórum Sindical dos Trabalhadores reiterou um dos argumentos das centrais sindicais de que a Previdência Social não pode se descapitalizar como consequência da desoneração.

Um dos membros da Nova Central Sindical de Trabalhadores manifestou-se contra a desoneração da folha de pagamentos, "pois ela é importante para a sobrevivência dos trabalhadores".

Um dos pontos que agitou a reunião foi o de que a redução da jornada de trabalho é associada, por algumas pessoas, a um comportamento de indolência ou de aversão ao trabalho.

Os sindicalistas rejeitaram essa ideia e ponderaram que isso é parte de uma visão ideológica contra a abolição da escravatura, pois, naquela época, também se usava o argumento de que o País iria quebrar, se os escravos fossem libertados. Hoje, os opositores da jornada de 40 horas apelam para semelhante argumento ao dizer que as empresas do País não vão suportar os impactos da redução da carga de trabalho.

Será que não está na hora de abrirmos mão de conceitos arraigados que nos cegam para o fato de que a redução da jornada pode gerar mais empregos e pode também imprimir maior plenitude ao viver diário?

04075.indd 87 06/11/2012 19:31:59

Todos juntos, perseguindo resultados

A CDH recebeu, no **dia 3 de agosto de 2011**, uma visita muito especial. A reunião daquele dia ficou restrita ao convidado e aos senadores.

Recebemos o alto comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para a questão dos refugiados, António Guterres.

Na reunião conversamos sobre uma questão muito séria e delicada, o tráfico humano.

Na opinião de Guterres, que já foi primeiro-ministro de Portugal, "a resposta para os problemas do tráfico de seres humanos passa pela existência de mecanismos organizados de migração legal".

Ele argumenta que não é possível combater esse tipo de atividade criminosa se não houver, simultaneamente, oportunidades legais de migração.

A Senadora Marinor Brito, relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas disse que já foram catalogadas cerca de 520 rotas de tráfico de seres humanos no Brasil – seja para o trabalho escravo, o comércio de órgãos ou a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ao ressaltar que é "um socialista que aprendeu a respeitar os mercados", Guterres disse que os "liberais" defendem a liberdade de circulação nos mercados financeiros, de bens e serviços, mas não no mercado de trabalho, "como se este não existisse". Ele frisou que a procura e a oferta tendem a se encontrar, legalmente ou não, e que as restrições criam enormes oportunidades para os traficantes.

04075.indd 88 06/11/2012 19:31:59

O alto comissário da ONU observou que os governos, especialmente os dos países mais ricos, "têm se recusado a fazer uma aproximação multilateral para discutir a questão das migrações, insistindo em tratá-la como um assunto de soberania nacional".

Guterres também reiterou os elogios que têm feito ao Brasil quanto aos refugiados. Ele disse que nosso País tem uma das legislações "mais avançadas do mundo" sobre o assunto e que, apesar dos problemas que ainda precisa superar, o Brasil é um exemplo de tolerância e diversidade "em um *mundo onde essas qualidades estão postas* em questão".

Guterres se referia aos recentes atentados na Noruega, que, segundo ele, "somente são possíveis em um caldo de cultura europeu de intolerância e *recusa da diversidade, produzido em nome de falsas i*dentidades do passado".

04075.indd 89 06/11/2012 19:31:59

A linguagem primeira

Please, learn how to speak our language. Quantas pessoas sabem o que essa frase significa? É bastante provável que um bom número de pessoas saiba. Também é possível que alguns entendam o significado de: S'il vous plaît, apprenez à parler notre langue.

E se tivéssemos que fazer o pedido contido na frase, na língua indígena?

Ah, imagino a dificuldade que seria! A linguagem indígena é um mistério para a maior parte da nossa população. No entanto, o Brasil, um dia, pertenceu aos índios. Eles foram os donos desta terra.

Em 2008 o Senador Cristovam Buarque apresentou o PLS nº 9, instituindo um programa nacional de preservação, recuperação e transmissão de línguas indígenas. Essa questão foi levada ao debate **em 4 de agosto de 2011**, na CDH, e a audiência pública foi presidida pela Senadora Ana Rita, vice-presidente da Comissão.

Na audiência a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) fez uma ressalva de que o projeto ainda não havia gerado consenso entre as comunidades indígenas brasileiras porque muitos povos resistem em ensinar sua língua pensando que, ao ensiná-la, irão dar uma arma para um posseiro, um fazendeiro desestruturar seu povo.

No entanto, a importância do projeto para preservação da identidade cultural desses povos, acabou fazendo com que a Apib se comprometesse em levar a proposta ao conhecimento de lideranças indígenas e pediu tempo para elas se manifestarem sobre o assunto.

04075.indd 90 06/11/2012 19:31:59

O Senador Cristovam deixou claro que sua proposta está voltada mais para os brancos que para os indígenas. E assinalou como uma das principais metas o aprendizado dessas línguas – especialmente as ameaçadas de extinção – por estudantes do ensino fundamental e médio, ofertadas como disciplina optativa.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) apontou o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) como um instrumento impºrtante para a identificação e valorização das línguas faladas no Brasil. Das 210 línguas já mapeadas, os indígenas falam cerca de 180 e as comunidades que descendem de imigrantes, cerca de 30.

Ficou acordado naquele encontro que a CDH deverá promover outro debate para instruir a votação do PLS no 9/2008, reunindo, para tanto, não só lideranças indígenas, mas também professores bilíngues, órgãos do governo ligados à questão, acadêmicos e, até, índios idosos responsáveis por transmitir a língua e demais tradições para gerações recentes.

04075.indd 91 06/11/2012 19:31:59

Um homem fiel aos seus princípios

Que figura espetacular foi Florestan Fernandes! Ele era uma daquelas pessoas raras, que vivem em conformidade com aquilo que pregam.

Seu compromisso com a defesa da população desfavorecida foi marcante não só nos foros acadêmicos e políticos, mas também em seu comportamento diário. Ele não gostava de ter privilégios. Fazia questão de se aproximar das mesmas condições enfrentadas pelo povo que estudou e que representou no Congresso Nacional, inclusive como deputado constituinte.

Na audiência pública realizada pela CDH, **dia 8 de agosto de 2011**, coordenada por mim, ele foi apontado como exemplo para o País. Aquela reunião procurou discutir os direitos humanos e a sociologia sob a ótica de Florestan, que morreu aos 75 anos, no dia 10 de agosto de 1995.

Florestan contraiu hepatite C em uma transfusão de sangue e, uma passagem muito interessante de sua vida foi contada por um de seus assessores, Laurez Cerqueira, que trabalhou com Florestan durante seu mandato de deputado (1987–1994).

Laurez contou que numa ocasião em que Florestan se encontrava em estado bastante grave, o sociólogo recebeu do médico orientação para fazer um transplante de fígado. Quando tomou conhecimento do fato, o então Presidente, e sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, ligou para o colega de academia, colocando à sua disposição tudo o que fosse necessário, inclusive a possibilidade de realizar a operação em Cleveland (EUA). Florestan recusou a ajuda,

04075.indd 92 06/11/2012 19:31:59

argumentando que havia muitas outras pessoas antes dele esperando pela operação. "Só aceito se a oferta for feita a todos", teria dito o ex-deputado, que acabou fazendo a cirurgia no Brasil.

O jornalista Haroldo Ceravolo Sereza, autor do livro Florestan – A inteligência militante, ressaltou a empatia de Florestan com a população negra. Haroldo lembrou que o sociólogo paulista, filho de mãe solteira que não conheceu o pai e teve de trabalhar desde criança (inclusive como engraxate e posteriormente como garçom), viveu no bairro paulistano do Bexiga, "onde brancos e negros conviviam intensamente."

*Florestan foi mesmo essa pessoa bonita, sincera, fiel e dedi*cada às causas sociais. Ele era um ser de luz e de amor que dizia: *"Afirmo que iniciei a minha aprendizagem sociológica aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade".*

A sugestão que lancei ao final da audiência foi de que, anualmente, no mês de agosto, data de sua morte, o Senado realize homenagem a Florestan Fernandes.

04075.indd 93 06/11/2012 19:31:59

Mulheres em busca de seus direitos

No dia 17 de agosto de 2011, Brasília foi enfeitada, mais uma vez, por um jardim de aroma suave, um jardim de flores cujo miolo reflete a cor do sol. As pétalas brancas que o envolvem parecem dançar para ele, embalando-o, protegendo-o. É um lindo jardim de margaridas em um movimento de grande beleza. Na verdade é mais do que isso! Estamos diante de um desfile de muita verdade e de muita inteireza. São mulheres de todo o Brasil, trabalhadoras do campo e da floresta, trabalhadoras das cidades, em marcha, lutando por um Brasil sem pobreza, sem fome, sem preconceito e sem violência contra as mulheres. Eis a grandiosa marcha, a Marcha das Margaridas!

Um dia depois, **18 de agosto de 2011**, a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, que integra a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, trouxe ao Senado as participantes do Movimento de Mulheres para debater seus direitos sexuais e reprodutivos. A audiência foi requerida pela Senadora Lídice da Mata, vice-presidente da Comissão e presidida pela Senadora Angela Portela.

Naquele debate, o movimento criticou os projetos de lei contrários aos interesses femininos. Inicialmente, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) criticou tentativas de mudanças na Lei Maria da Penha, que poderiam levar a um retrocesso em sua aplicação. A Articulação defendeu o reforço nas verbas públicas destinadas ao combate a atos de violência contra a mulher.

Logo a seguir, ao serem abordados projetos que tangenciam os direitos reprodutivos, foi debatida a questão do aborto. O movimento da Marcha das Margaridas gostaria de ver a discussão sobre o aborto conduzida de outra forma pelo Congresso. O Movimento reclamou da tentativa de se usurpar das mulheres o direito de decidir sobre sua vida,

04075.indd 94 06/11/2012 19:31:59

a maternidade e o próprio corpo e essa consideração contou com o respaldo da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A Senadora Lídice da Mata pontuou que o debate sobre o "pertencimento do corpo" está na raiz de toda a discriminação contra as mulheres.

A presidente da subcomissão, Senadora Ângela Portela, assinalou as conquistas da quarta edição da Marcha das Margaridas e citou como exemplo, um acordo com o Ministério da Saúde nas áreas de gênero, saúde sexual e direitos reprodutivos.

De um tempo em que não tinham direito de manifestar suas opiniões, em que os maridos eram determinados pelos seus pais e em que a escolha de seus representantes lhes era proibida, as mulheres partiram para as mudanças que hoje assistimos admirados e orgulhosos. E eu sempre digo a elas: “caso sintam-se desanimadas, olhem para trás e vejam quantos obstáculos já derrubaram. Certamente coragem não há de lhes faltar”!

04075.indd 95 06/11/2012 19:31:59

A César o que é de César

"Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?"

Esses versos compõem um texto escrito pelo dramaturgo Bertold Brecht, chamado "Perguntas De Um Operário Que Lê"

Ele é tão simples e, ao mesmo tempo, tão profundo... De fato, quem são os construtores de uma Nação? Não são eles, por acaso, os mesmos que nos escolhem como baluartes de seus direitos?

Esse tema faz parte da minha vida, da minha história pessoal e profissional. O trabalho, os trabalhadores, os aposentados, seus direitos, tem sido meus companheiros de jornada e neles reside grande parte da minha razão de existir.

Foram eles, também, que me motivaram a requerer uma audiência pública para falar das conquistas trabalhistas sob a ótica dos direitos humanos.

No **dia 22 de agosto de 2011** essa audiência foi realizada e na abertura do evento homenageamos o jurista e político Arnaldo Süssekind, de 94 anos, que participou da elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho.

O debate, naquele dia, trouxe a cobrança da votação de inúmeros projetos importantes para os trabalhadores: o PL no 6.706/2009, de minha autoria, que proíbe a demissão do empregado que concorrer à vaga em conselho

04075.indd 96 06/11/2012 19:31:59

fiscal de sindicato ou associação profissional; o PL no 3.299/2008, também de minha autoria, que acaba com o fator previdenciário; a ProposTA DE Emenda à Constituição no 438/2001, mais conhecida como PEC do Trabalho Escravo.

Um dos fatores apontados, na audiência, para isso, seria o grande número de deputados empresários que estaria barrando projetos pró-trabalhadores.

Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), do total de 513 deputados federais, 273 são empresários, enquanto 91 estão vinculados à "bancada sindical".

A recente rejeição, pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, de projeto para a ratificação da Convenção 150, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e as novas ameaças à cobrança da contribuição sindical também foram foco de debate.

Durante a sessão, várias lideranças sindicais presentes na audiência defenderam a CLT e criticaram as propostas que visam alterá-la para "flexibilizar" os direitos trabalhistas. A CLT foi citada por elas como “nossa verdadeira Constituição”. Centrais sindicais e confederações se comprometeram a percorrer o país em defesa das leis trabalhistas.

Ao final da audiência deixei registrado meu apelo para que todos somem forças na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos aposentados.

04075.indd 97 06/11/2012 19:31:59

Novos tempos

"Estamos vivendo tempos de corrupção e de impunidade". Essa frase tem sido dita por muitas pessoas quando desejam definir o contexto em que estamos vivendo.

A sociedade está desacreditando nos poderes constituídos. As palavras repetidas nos diálogos tem sido: "desvio de verbas"; "molhou a mão"; "tem mutretagem"; "lavagem de dinheiro"; "propina" e por aí vai...

São tempos complicados, de fato.

Para debater sobre o tema "Ações contra a corrupção e a impunidade" a CDH realizou uma audiência pública no **dia 23 de setembro de 2011**.

Essa audiência foi realizada a partir de requerimento proposto pelo Senador Pedro Simon, principal incentivador do movimento iniciado no Senado, por mim e pelos Senadores Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques, Marcelo Crivella e Casildo Maldaner.

Vários senadores estavam presentes e foi levantada a hipótese da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – denominada de "CPI Mista da Corrupção" – no Congresso Nacional .

Também foi pontuada, pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), a questão da agilização na tramitação das mais de cem propostas legislativas de combate à corrupção.

04075.indd 98 06/11/2012 19:31:59

No debate sobre o financiamento público de campanha foi assinalado que o embrião de desvios na política está no financiamento privado das campanhas.

As entidades da sociedade civil, convidadas a debater o tema, pediram que o poder público assuma sua responsabilidade no combate à corrupção e à impunidade no País.

Boas propostas foram sugeridas naquela reunião. Propostas que incluem a sociedade como um todo; entre elas: o fortalecimento das instituições (ouvidorias, corregedorias etc); a transparência (com utilização das redes sociais); ações por parte do legislativo (reunir um conjunto de matérias que combatam a corrupção e dar prioridade na tramitação delas); pacto contra a corrupção, mediante mudanças constitucionais da legislação eleitoral, administrativa e penal; moção para a Presidenta Dilma em apoio à "faxina" contra a corrupção e a impunidade; reforma política; mobilização da sociedade civil (agenda de audiências públicas em espaços universitários).

Tomara que consigamos construir um novo contexto e que as palavras que o definam sejam: "tempos de transparência e de integridade".

04075.indd 99 06/11/2012 19:31:59

Que doença é essa?

– Professora, meu maninho nasceu e minha mãe disse que ele tá doente.
– É mesmo, Beto? Que pena, mas o que é que ele tem, você sabe?
– É um nome complicado, mas minha mãe explicou que é um problema no sangue. Ela disse que a gente tem células redondas no corpo e que na pessoa que tem essa doença as células vão ficando parecidas com uma foice e deixam de ser redondinhas.
– Como uma foice? Será que o nome da doença não seria anemia falciforme?
– É isso mesmo, professora. Meu maninho tem isso aí.
– É, Beto, essa é uma doença que muita gente ainda desconhece. E, é verdade, ela muda o formato das células no corpo. Outro dia o Ministério da Saúde até divulgou uns números sobre isso. Parece que a cada ano nascem quase três mil crianças com essa doença no Brasil. Olha, Beto, sinto muito pelo seu maninho, mas eu tenho certeza de que ele vai fazer o tratamento e vai conseguir ser muito feliz.

Assim como Beto, muitas pessoas têm em sua família alguém com anemia falciforme. Trata-se de uma doença que afeta as hemoglobinas, proteínas que estão presentes nos glóbulos vermelhos do sangue. Ao serem afetadas, essas células perdem sua forma arredondada assumindo um formato que lembra uma foice. É uma doença hereditária, que normalmente causa muitas dores no corpo e anemia. Ela atinge principalmente a população de origem negra.

04075.indd 100 06/11/2012 19:31:59

Algumas pessoas acreditam que esse seja um dos fatores da demora do governo em priorizar a questão nas últimas décadas; um reflexo do "racismo institucional". Na verdade, essa foi uma das ponderações levantadas por alguns participantes da audiência pública do **dia 24 de agosto de 2011**, realizada pela CDH em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais.

Segundo a Coordenadoria da Política de Atenção Integral às pessoas com doença falciforme do Ministério da Saúde, a enfermidade atinge uma parte da população que já é mais vulnerável, "mais pobre, que não tem acesso a uma série de serviços e com menor grau de escolaridade".

De acordo com o Ministério da Saúde, a letalidade entre crianças com a doença, até os cinco anos de idade, é de 80% quando não é feito tratamento algum e de 1,8% quando o tratamento é realizado.

O teste do pezinho pode ajudar muito fazendo o diagnóstico precoce, assim como uma grande campanha de conscientização.

A Senadora Lídice da Mata defendeu, na audiência, a criação de um cadastro nacional que permita ações governamentais e acompanhamento médico mais adequado.

04075.indd 101 06/11/2012 19:31:59

Ouvindo os empregadores

Há alguns dias, a CDH havia feito uma audiência pública falando sobre a redução da jornada de trabalho. Os representantes dos trabalhadores haviam sido ouvidos e era justo que ouvíssemos, também, a opinião do setor empresarial sobre o assunto. Assim sendo, no **dia 29 de agosto de 2011** lá fomos nós, outra vez, abrir espaço para as ponderações.

Os representantes dos empregadores reiteraram que são contra uma redução que seja fixada em lei. Eles acreditam nas negociações e nos acordos coletivos. Quanto à relação direta entre redução de jornada e aumento da oferta de emprego, eles não acreditam que isso traria resultados positivos, pois, conforme a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), essa percepção está errada e revela um "raciocínio matemático simplista". Segundo eles, haverá aumento dos custos, fator que também foi apontado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A automação também foi trazida à baila pelos representantes dos empregadores, uma vez que ela é muito utilizada pelo setor bancário. Segundo eles os cálculos "simplistas" que preveem o aumento da demanda por trabalhadores, mediante a redução da jornada, desconsideram possibilidades como a automação e até a realocação dos investimentos para países onde o custo da hora trabalhada seja menor. Por esta razão, acreditam que a negociação coletiva seria a forma mais adequada de empregados e empregadores discutirem tais questões, conforme as características de cada indústria ou setor.

Os representantes dos empregadores também ressaltaram que a redução legal da jornada pode prejudicar as micro e pequenas empresas, que muitas vezes trabalham com poucos funcionários (às vezes com apenas um funcionário).

04075.indd 102 06/11/2012 19:31:59

Todos sabem que sou um defensor da redução da jornada e que acredito nela como instrumento gerador de empregos e de melhor qualidade de vida para os trabalhadores. Da mesma forma, acredito que o amplo debate da questão só tende a ajudar e, por isso, sugeri, ao final da reunião, a realização de uma nova audiência, com a presença simultânea de representantes dos empregados e dos empregadores.

04075.indd 103 06/11/2012 19:31:59

Uma grande perversidade

Um homem, ou uma mulher, quando chega na faixa dos 50/60 anos, começam a pensar em deixar seu trabalho e, quem sabe, ir morar numa cidade pequena. Quem sabe, ao invés disso, morar numa capital e poder usufruir da companhia dos filhos. Talvez eles queiram morar perto do mar, ou viajar por aqui e por ali sempre que as finanças ajudarem.

Huummmm... o problema é que as finanças sofrem um grande golpe quando esse momento chega. Esse golpe drástico e cruel é sentido por todos aqueles que trabalharam uma vida inteira pelo Regime Geral da Previdência e, chegada a hora da aposentadoria, chega também a hora do susto! E vem a pergunta: É só isso que vou receber? Eu contribuí sobre muito mais!!!

O golpe impiedoso foi deferido: o fator previdenciário.

No dia da audiência pública, realizada pela CDH **em 1º de setembro de 2011**, a Secretaria de Políticas do Ministério da Previdência Social concordou que, apesar de ter sido criado para compensar a ausência de uma idade mínima para as aposentadorias no setor privado, o fator previdenciário "não cumpre o seu papel, funciona de forma perversa e reduz em 30%, na média, o valor desses benefícios". No entanto, segundo a secretaria, a economia total para o governo, resultante da aplicação do fator, teria sido de R$31 bilhões, entre 1999 e 2010. Acabar com esse mecanismo sem qualquer contrapartida teria um impacto muito grande nas contas da Previdência.

04075.indd 104 06/11/2012 19:31:59

O adiamento das aposentadorias, aguardado com a aplicação do fator, também não aconteceu. A verdade é que muitas pessoas se aposentam e não param de trabalhar. Assim, a aposentadoria passa a ser apenas um complemento da renda. Quando não conseguem mais trabalhar é que elas percebem que a perda é brutal.

A Secretaria da Previdência lembrou que o governo estava estudando alternativas para acabar com o fator. A instituição de uma idade mínima, defendida por mim, seria uma das opções em análise.

Sempre considerei o fator previdenciário um acinte ao trabalhador e desistir de lutar contra ele não faz parte dos meus planos.

04075.indd 105 06/11/2012 19:31:59

Há 50 anos

O tempo passa e certos acontecimentos ficam adormecidos na memória de um país. Talvez porque o movimento da vida seja muito dinâmico, ou talvez por falta do devido reconhecimento do fato, ou por alguma outra razão qualquer. Fato é que a história tem um valor inestimável na formação social de um povo. Por exemplo, viajemos para o nosso Brasil de 50 anos atrás:

> *Estamos em plena Campanha da Legalidade. O movimento, liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, quer assegurar que o Vice-presidente João Goulart assuma a Presidência após a renúncia de Jânio Quadros (25 de agosto de 1961). Leonel Brizola defende ferrenhamente a ordem constitucional vigente. A Campanha conclama a todos que lutem pelo cumprimento da Constituição. A mobilização popular é grande, a democracia está no centro do debate.*

Será que o Brasil se lembra daquele momento? A CDH julgou importante relembrá-lo e decidiu realizar debate sobre os 50 anos da Campanha da Legalidade. Assim, no **dia 5 de setembro de 2011** houve uma audiência pública e, nela, João Vicente Goulart, filho do Presidente João Goulart, pediu mais transparência sobre o período da ditadura brasileira de 64. João Vicente fez um apelo à sociedade brasileira para que aproveite o ano de 2014, um ano festivo por conta da Copa do Mundo, para refletir sobre tantas tragédias, tantas mortes e tanto obscurantismo. Quando eu o indaguei sobre a causa da morte de Jango, João Vicente disse haver evidências de que o pai tenha sido envenenado com cianureto de potássio e questionou a demora para autorização da exumação do corpo. Jango mor-

04075.indd 106 06/11/2012 19:31:59

reu após parada cardíaca, quando estava exilado na Argentina, em 1976, e a morte é atualmente investigada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, mas a família quer que a Procuradoria-Geral da República assuma o caso.

Como não poderia deixar de ser, os convidados lembraram também o legado político de Leonel Brizola e a importância do trabalhismo para o Brasil.

Para relembrar esse momento histórico, propus a exibição do filme Jango em Três Atos.

04075.indd 107 06/11/2012 19:31:59

As TVs Comunitárias

Dia 12 de setembro de 2011 foi momento de a CDH abrir suas portas aos representantes de TVs comunitárias. Naquela audiência pública o tópico principal foi o projeto de lei da Câmara (PLC no 116/2010), aprovado em agosto pelo Congresso Nacional. O PLC dispõe sobre a abertura do sistema de televisão por assinatura para as empresas de telecomunicações.

Os representantes das TVs comunitárias de todo o país fizeram um apelo à Presidenta Dilma para que vetasse dispositivos do projeto, como por exemplo: o que abre a possibilidade de as operadoras de TV a cabo alegarem dificuldades técnicas ou econômicas para excluírem ou impedirem de levar ao ar canais públicos (educativos, universitários, culturais, comunitários e até legislativos). Pela legislação em vigor, as operadoras são obrigadas a transmitir tais canais.

A atuação desses veículos na defesa dos direitos humanos como canais para "dar voz aos excluídos", foi ressaltada, assim como a situação de "penúria" enfrentada hoje pela maioria dos canais comunitários.

Outra observação feita foi a de que o capital externo teria pressionado pela ampliação de seu espaço nesse mercado, mas que, em contrapartida, teria a obrigação legal de carregar o sinal de canais públicos.

A presidenta da Frente Parlamentar em Defesa da Democratização da Comunicação, Deputada Federal Luiza Erundina, cobrou, na audiência, a votação de um novo marco regulatório para as comunicações e a reativação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

04075.indd 108 06/11/2012 19:31:59

Amor à terra

O amor à terra, ao chão onde nascemos, é um sentimento profundo que brota das nossas entranhas, aloja-se em nossos corações e ganha vida por meio de nossos gestos.

Acredito que cada um de nós, do Oiapoque ao Chuí, sinta esse amor pela terra que o acolheu quando deixou o ventre da mãe.

Cada um de nós tem a sua história, assim como cada lugar desta nossa adorável pátria chamada Brasil.

No Rio Grande do Sul, terra onde nasci, aconteceu um fato que movimentou o País nos idos de 1835–1845; a Revolução Farroupilha.

O 20 de setembro é o momento histórico mais importante do Rio Grande do Sul. Meu respeito pelo movimento farroupilha levou-me a propor a realização de uma audiência pública na CDH para comemorarmos esse feito histórico. Assim, no **dia 20 de setembro de 2011**, reafirmei minha convicção de que ela representou o desejo de um ideal republicano contra o poder centralizador do Império. A luta foi contra o sistema imperialista e não contra o Brasil.

Muitos dos participantes da audiência ponderaram sobre a ideia de "movimento separatista" e argumentaram que ela não foi, de modo algum, separatista em relação à nação brasileira.

O Deputado Raul Carrion, que é historiador e estudioso do assunto, ponderou que: "Foi um movimento separatista circunstancialmente apenas, mas os líderes farroupilhas chamaram as outras províncias para se libertarem do Império. A intenção era criar novas federações para que se unissem num grande estado confederado".

04075.indd 109 06/11/2012 19:32:00

Ele também ressaltou algo muito importante: A importância da participação dos negros no movimento articulado contra o Império. Para ele, sem a participação dos negros, não só na resistência armada, mas em outras atividades, a República Riograndense não teria resistido tanto tempo.

Tenho um profundo respeito pelos lanceiros negros e sempre me entristece a lembrança do fim trágico que eles tiveram; do Massacre dos Porongos. No entanto, é verdade, também, que essa lembrança fortalece meu desejo de igualdade e minha luta para que entendamos, finalmente, que somos todos irmãos.

04075.indd 110 06/11/2012 19:32:00

Inclusão responsável

Saio andando pelas ruas e sinto o aroma marcante de um jasmim que deve ter florescido nesta manhã. Logo adiante, vejo uma pequena roseira que se impõe diante de uma árvore gigantesca. Trata-se de um abacateiro. Essas diversas formas e cores da natureza me conectam com Deus, com Sua infinita sabedoria.

Ele soube criar-nos únicos e, ao mesmo tempo, semelhantes a Ele. Penso também em Sua infinita capacidade de amar e no amor que depositou em cada um de seus filhos. Amor que nos chama ao respeito e à irmandade. Amor que não se fecha para as diferenças; pelo contrário, acolhe-as sabedor de que elas estão em todos e em toda parte.

Na manhã do dia 21 de setembro de 2011, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, foi promovida, pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Direitos Humanos (CDH), uma audiência pública para celebrar a data. O debate proposto para aquela ocasião foi a educação especial. A audiência conjunta foi presidida pelo Senador Paulo Bauer, vice-presidente da Comissão de Educação.

Os debatedores, incluindo diversos especialistas, criticaram o fim das escolas especiais para PESSOAs com deficiência, pois estaria trazendo prejuízo aos alunos que necessitam de atendimento específico e individualizado para terem garantido o direito ao aprendizado adequado.

O Deputado Luiz Barros Barbosa, presidente da Federação Nacional da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), defendeu o direito de igual acesso e aprendizado das pessoas com deficiência, por meio de um sistema educacional que deve ser inclusivo.

04075.indd 111 06/11/2012 19:32:00

A Defensoria Pública da Vara de Infância e da Juventude do Distrito Federal explicou que, atualmente, os alunos especiais que completam 18 anos, são obrigados a frequentar a educação adulta, no horário noturno e ponderou que a idade nãO PODE SER cronológica, precisa ser cognitiva. A Proposta de Emenda à Constituição no 347/2009, em tramitação na Câmara, trata dessa questão.

A inclusão responsável, mediante a defesa do direito de aprendizado, foi amplamente defendida.

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), disse não ter um posicionamento com relação ao papel da educação especial na política educacional brasileira. No entanto, ressaltou que a educação tem que ser vista como uma "educação para a vida em todos os níveis", garantindo ao aluno aprendizado desde os primeiros estímulos cognitivos à terceira idade.

A Coordenadoria Geral de Política Pedagógica da Educação Especial do Ministério da Educação (MEC) afirmou que atualmente não só o Brasil, mas vários países, têm entendido que inclusão e eliminação de barreiras é garantir acesso à aprendizagem na educação regular e que o MEC estaria dando o apoio necessário ao sistema para que essa educação possa se efetivar.

04075.indd 112 06/11/2012 19:32:00

Buscando mais qualidade de vida

No período **da tarde do dia 21 de setembro de 2011**, outra audiência, presidida por mim, abordando o tema pessoa com deficiência, foi realizada em conjunto pela CDH e pela Subcomissão das Pessoas com Deficiência.

As pessoas com deficiência comemoraram os avanços que já foram alcançados, mas pediram mais políticas públicas que gerem mais qualidade de vida e espaço na sociedade para elas. O Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho, relatou que além de fazer cumprir a cota legal nas empresas, os fiscais do trabalho buscam convencer os empregadores de que os portadores de deficiência, devidamente treinados, se tornarão os melhores trabalhadores.

A Defensoria Pública afirmou que já obteve várias conquistas em favor das pessoas com deficiência, como o fornecimento pelo Ministério da Saúde de tratamento preventivo da hemofilia e a condenação do INSS a ampliar a pensão por morte a filho inválido quando a invalidez se manifesta após a maioridade.

Durante a audiência, a Deputada Rosinha da Adefal, manifestou sua confiança na aprovação de um Estatuto da Pessoa com Deficiência satisfatório. Por sua vez, o Deputado Eduardo Barbosa, presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), disse que há uma lacuna quanto ao cuidado da pessoa com deficiência intelectual. A Deputada Mara Gabrilli defendeu a valorização e capacitação dos cuidadores e o fornecimento de equipamentos de qualidade para as pessoas com deficiência.

Na audiência, as entidades representativas de pessoas com deficiência pontuaram a questão do aumento das horas de programação audiodescrita na televisão e a aplicação de provas em concursos públicos que tenham a linguagem

04075.indd 113 06/11/2012 19:32:00

brasileira de sinais (Libras) como primeira língua. Também criticaram a posição de algumas universidades do Distrito Federal, que não estariam aceitando estudantes surdos para evitar a contratação de intérprETES.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República parabenizou a luta das pessoas com deficiência e observou que há ainda grandes desafios para dar conta das "múltiplas especificidades" das pessoas com deficiência.

O Conselho Nacional do Direito da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) ressaltou que o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência mostra o quanto é importante a sociedade civil "gritar em busca dos seus direitos".

04075.indd 114 06/11/2012 19:32:00

Por onde andará você?

O relógio marca 12 horas e dona Rute já está colocando os pratos para o almoço.
– Oi filha, foi boa a escola? Cadê sua irmã?
– Ah, mãe, ela ficou enrolando e eu disse que tava indo. Ela deve tá chegando por aí.
– Puxa, minha filha, eu não havia pedido prá você e a Clara virem sempre juntas?
– Pois é, mãe, eu falei prá ela, mas todo dia é a mesma coisa, ela fica de papo com as colegas e eu com cara de boboca esperando por ela.
O relógio marca 12h15 e nada da Clara. São 12h30 e Clara não chega. Quando os ponteiros acusam 12h35 a mãe sai porta afora e faz o caminho da escola. Nada da Clara. Dona Rute chega na escola e o guarda escolar diz que viu Clara saindo de lá sozinha, logo após a irmã. Seu coração dá um salto e ela começa a ser tomada pelo desespero. Sai gritando o nome de Clara pela rua...
No dia seguinte alguém presta depoimento dizendo que viu Clara entrando num carro branco... Dona Rute nunca mais viu sua filha...

É horrível, mas essa é uma dor que milhares de pessoas no mundo enfrentam!

O tráfico internacional de seres humanos movimenta US$34 bilhões anualmente e só perde para o de drogas e o de armas.

04075.indd 115 06/11/2012 19:32:00

Na audiência pública que a CDH fez **dia 22 de setembro de 2011**, para marcar o Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, a Procuradoria do Trabalho disse que esse crime está cada vez mais organizado e difícil de ser combatido.

Os fatores motivadores do crime são a prostituição, a adoção ilegal de crianças, a escravidão, o trabalho forçado e até a remoção de órgãos para transplantes.

A Procuradoria do Trabalho apontou a necessidade urgente de ampliar o artigo 231 do Código Penal Brasileiro.

O Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Justiça da Secretaria Nacional de Justiça abordaram questões como o aumento da exploração sexual de adolescentes. Além disso trataram das condições em que as brasileiras vivem em outros países e a exploração, por parte de algumas indústrias, pela pirataria de eletrônicos e até pelo tráfico de drogas, dos estrangeiros que entram irregularmente no Brasil.

No fim da audiência uma mulher moradora da Ilha de Marajó deu seu depoimento. Sua filha foi sequestrada e levada para a França, onde viveu em condições degradantes até conseguir fugir de volta ao Brasil. Hoje, sua filha tem problemas mentais... Ambas enfrentaram essa dor...

04075.indd 116 06/11/2012 19:32:00

Fundo de Participação dos Estados

Existe no Brasil um modelo de partilha de verbas entre as unidades da federação denominado Fundo de Participação dos Estados – FPE. A divisão atual é feita na proporção de 85% para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro–Oeste e de 15% para os estados do Sul e Sudeste.

No **dia 26 de setembro de 2011**, foi debatido, em audiência pública da CDH, o projeto (PLS no Complementar – 289/2011), do Senador Randolfe Rodrigues, que muda os critérios para distribuição dessas verbas, determinando que sejam considerados, para tanto, fatores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada estado, preservação ambiental e saneamento básico.

O Supremo Tribunal Federal deu um prazo de 36 meses para que Câmara e Senado definam um novo modelo de partilha, depois de ter considerado o atual, de 1989, inconstitucional. O Senador Randolfe pediu que o Congresso não se omita no dever de legislar sobre a questão, sob pena de o Judiciário fazê-lo.

A questão dos royalties do petróleo entrou em debate e a Secretaria de Fazenda de Minas Gerais defendeu a mudança somente após o término das negociações sobre a repartição dos royalties. A Subsecretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul questionou os valores a serem negociados, lembrando a emenda Ibsen, que é baseada em critérios do FPE. Assim sendo, não se poderia saber de quanto, na realidade, o estado teria que abrir mão.

Outro fato apontado na audiência é que até mesmo nos estados considerados ricos existem bolsões de pobreza e desigualdades sociais. A *Secretaria* de Fazenda de São Paulo lembrou que o estado possui regiões muito carentes.

04075.indd 117 06/11/2012 19:32:00

Presidi aquela audiência e a minha opinião, como também a dos Senadores Pedro Simon e Ana Amélia Lemos, foi de que qualquer mudança no FPE deve ser discutida em conjunto com a reforma tributária e a divisão dos royalties do petróleo.

Todos os participantes da audiência concordaram em realizar um novo encontro para esmiuçar ainda mais o debate.

04075.indd 118 06/11/2012 19:32:00

Um Congresso mais paritário

A caminhada das mulheres ao longo dos tempos é invejável!

A sociedade patriarcal brasileira sempre delegou poderes extremos ao homem, exigindo das mulheres a dedicação ao lar e aos afazeres domésticos. Mesmo após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, quando as mulheres puderam então circular pelas ruas, comparecer a saraus, teatros e ópera, os padrões da época não foram abalados.

As mudanças foram sendo construídas com muita luta. O espaço foi conquistado lentamente.

As mulheres tornaram-se guerreiras quilombolas, chefes de família, administradoras de empresas, ministras, presidentas. Passaram a criar programas para computador, a pesquisar e encontrar a cura de doenças. Engajaram-se na Marinha, na Aeronáutica, no Exército e na segurança pública. Firmaram-se como grandes chefes de cozinha, motoristas de ônibus, caminhoneiras, exímias trabalhadoras do campo, empregadas domésticas disputadíssimas.

Na audiência pública realizada pela CDH **em 28 de setembro de 2011**, as mulheres defenderam um sistema de cotas no Congresso para que seja aumentada a representação feminina.

A Ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, defendeu a obrigatoriedade de uma cota mínima de cadeiras (vagas) para as mulheres, em vez de apenas cotas nas chapas que concorrem ao Parlamento. Ela também pontuou o fato de que as mulheres são a maioria da população e do eleitorado no Brasil, mas que não há democracia real quando a maioria está sub-representada. A Senadora Ana Rita também manifestou-se lembrando que

04075.indd 119 06/11/2012 19:32:00

de um total de 81 senadores, há apenas 10 mulheres no Senado e que na Câmara há somente 45 mulheres entre os 513 deputados federais.

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) disse que eles têm discutido e sugerido a lista fechada alternada (com a paridade entre homens e mulheres) e o financiamento exclusivamente público para a proposta de reforma política.

Creio ser importante relembrar aqui, um fato histórico: em 1934 aconteceu a 1ª eleição em que as mulheres puderam efetivamente votar e ser votadas. Naquela ocasião foi eleita a Deputada Antonieta de Barros, uma mulher que acreditava na busca da independência feminina conquistada por meio da educação. Ela foi a 1ª mulher negra a exercer um cargo político no Brasil.

Eu não tenho a menor dúvida de que as mulheres irão alcançar seus objetivos e isso me deixa profundamente feliz!

04075.indd 120 06/11/2012 19:32:00

Seminário Famílias pela Igualdade

No **dia 29 de setembro de 2011** a questão da igualdade e do respeito às escolhas entrou em debate novamente e, assim, em parceria, as Comissões de Direitos Humanos (CDH) da Câmara e do Senado criaram espaço para realizar a abertura do Seminário Famílias pela Igualdade.

A coordenadora da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT no Senado, Senadora Marta Suplicy, comunicou a todos sua reivindicação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (uma norma determinando a uniformização de procedimentos no reconhecimento da união homossexual em todos os estados).

Ela fez tal solicitação porque o reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar, não tem acontecido de modo uniforme no País, apesar de o Supremo Tribunal Federal já tê-la reconhecido desde maio de 2011.

O Coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT na Câmara, Deputado Jean Willys, contou que o encontro com integrantes do grupo de mulheres, cujos filhos morreram vítimas da violência contra homossexuais, chamado de Mães pela Igualdade, motivou a realização do seminário. "A criminalização da homofobia e o casamento civil igualitário são as principais bandeiras do movimento" disse para o Departamento de Promoção de Direitos Humanos, disse que houve um aumento considerável dos registros contra esse segmento da população em 2011.

Os debatedores lembraram que a lei do casamento de homossexuais tornou a Argentina, tradicionalmente conservadora, mais tolerante.

04075.indd 121 06/11/2012 19:32:00

Eu reafirmei na audiência minha preocupação diante dos sucessivos casos de violência, contra homens e mulheres, motivados por homofobia. Informei a todos que o PLC 122/2006, que criminaliza essa prática, seria colocado em votação tão logo a Senadora Marta concluísse seu relatório sobre a matéria.

A Comissão de Direitos Humanos estará sempre atenta ao seu compromisso com o combate a todas as formas de preconceito e suas portas estarão sempre abertas para defender os direitos humanos.

04075.indd 122 06/11/2012 19:32:00

Um retrocesso

Que coisa horrível eram aqueles tempos em que os movimentos sociais viviam em constante estado de alerta porque eram severamente perseguidos! Seus integrantes eram discriminados e sofriam toda sorte de agressões, sendo, inclusive, assassinados.

Pois bem, parece que aqueles tempos estão de volta! Várias denúncias de atentados contra integrantes de movimentos sociais foram feitas durante a audiência pública que a CDH realizou **em 4 de outubro de 2011**.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) relatou o caso de uma tentativa de assassinato contra um de seus coordenadores no dia 6 de setembro. Foram apresentadas fotografias que mostravam os tiros disparados contra a casa e a cicratiz causada pelo atentado.

Segundo os participantes da audiência, está havendo uma criminalização dos movimentos sociais no País e esse atentado seria um reflexo bastante claro disso. Também foi registrado um pedido para que a investigação da morte do soldado Júlio César de Lima, da Polícia Militar de São Paulo, seja federalizada. O soldado denunciou a existência de um grupo de extermínio na PM de seu estado, seja "federalizada".

A CDH comprometeu-se de encaminhar ao Ministério da Justiça as denúncias apresentadas.

Os movimentos sociais cumprem um importante papel. Eles têm o direito de manifestarem sua opinião e de lutarem por aquilo em que acreditam. Essa garantia lhes é conferida pela nossa Carta Magna.

04075.indd 123 06/11/2012 19:32:00

Um novo modelo

Lá no interior, logo de manhãzinha, praticamente de madrugada, o agricultor vai despertando. O cheiro da relva fresca; o cantar do galo; os primeiros sinais da claridade anunciando o novo dia, sacodem o seu corpo que lhe diz baixinho: "ande lá, já amanheceu, é hora da lida".

Ele, então, prepara-se para ordenhar as vacas, para recolher os ovos no galinheiro, para pegar o arado e revolver a terra para o cultivo.

Aqui, na cidade, normalmente um despertador ocupa o espaço da natureza. É mais prático, talvez. Ou, talvez, mais garantido que não haverá atraso no ponto eletrônico.

Ah..., o ponto eletrônico... que polêmica! Basta ver que a exigência de uso do Registrador de Ponto Eletrônico (REP) em empresas foi adiada por quatro vezes. Mesmo com previsão para 1º de janeiro de 2012, ainda é grande a controvérsia.

O novo modelo de ponto eletrônico foi defendido por representantes do governo e duramente criticado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em audiência pública realizada pela CDH **dia 10 de outubro de 2011**.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, com o novo equipamento os trabalhadores terão comprovantes de seus horários de entrada e saída e isso permitirá maior controle sobre as horas trabalhadas e eventuais horas extras. O equipamento também seria mais seguro contra fraudes.

04075.indd 124 06/11/2012 19:32:00

A CNI, por outro lado, critica a exigência do novo ponto eletrônico, pois acredita que relógios de ponto, catracas, computadores e até celulares também são capazes de fornecer aos funcionários as informações sobre as horas trabalhadas.

Recentemente foi divulgada notícia de que a rede de lanchonetes McDonald's explora seus funcionários sob o pretexto de utilizar uma jornada de trabalho "móvel e variável". Na audiência, essa acusação, feita por um Sindicato de São Paulo, foi repetida. A diretoria de Relações Governamentais do McDonald's pontuou que a rede tem cerca de 40 mil funcionários em todo o País e "talvez tenha cometido um ou outro deslize, mas sem má-fé" e que eles estão abertos ao diálogo.

Deixei claro que defendo o novo sistema, pois minha preocupação está sempre voltada para a preservação dos direitos do trabalhador. Tudo que pode contribuir para isso é muito bem vindo!

04075.indd 125 06/11/2012 19:32:00

Respeito aos mestres

O retrato de uma sociedade é reflexo do valor que ela confere à educação e é por isso que é a maneira mais eficaz para mudar a cara de um País. A educação faz isso, ela tem a capacidade de transformar tudo e, é por meio das mãos do mestre que ela o faz.

O professor cumpre papel fundamental na sociedade. Ele é um agente transformador e isso exige sacrifícios! É uma escolha na qual, muitas vezes, abre-se mão de um salário digno, compatível com a relevância do trabalho. É uma escolha que também demanda dedicação integral, pois trabalha-se na sala de aula e trabalha-se em casa, corrigindo provas, preparando a matéria para o dia seguinte.

E o que dizer das condições de trabalho? Normalmente são precárias: salas de aula lotadas, escassez ou falta de material, e por aí vai.

No entanto, isso ainda não é tudo. O problema mais grave que os professores enfrentam hoje é a violência que os expõe diariamente ao medo e à doenças como depressão e estresse.

Esse foi o mote, no **dia 17 de outubro de 2011**, quando a CDH convidou os mestres para uma audiência pública.

Um dos principais pontos da audiência foi o debate sobre a importância da aprovação do Projeto de Lei do Senado 191/2009, de minha autoria. O texto nasceu de uma sugestão de professores gaúchos e estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional. Prevê ainda medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação.

04075.indd 126 06/11/2012 19:32:00

Na audiência lembramos, com muita tristeza, o ocorrido com o professor Carlos Mota. Ele foi assassinado em junho de 2008, no Distrito Federal, em represália à sua atuação contra as drogas na escola pública que dirigia. Três, entre os quatro denunciados pelo crime, eram alunos da escola.

Todos os presentes, inclusive familiares do professor, sugeriram que o PLS 191/2009 seja chamado de Projeto Carlos Ramos Mota. Outra proposição foi a de que os assassinatos de professores em função do trabalho que exercem, sejam considerados crime hediondo. Eu e o Senador Cristovam Buarque nos comprometemos a dar o devido encaminhamento às sugestões.

Penso que a violência nas escolas é reflexo do contexto social e que, infelizmente, seus tentáculos alcançaram as escolas; justamente o melhor espaço para mudanças. Penso também, que se quisermos encontrar abrigo para nossos corações ansiosos por paz, deveremos começar pelo reconhecimento do papel dos nossos mestres em nossas vidas e na vida de nossos filhos!

04075.indd 127 06/11/2012 19:32:00

Em respeito à verdade III

Cá estamos novamente:

> *Acende-se a luz do porão e em um canto úmido, fétido, alguém se encolhe instintivamente. Seu rosto e seu corpo têm marcas profundas. Marcas deixadas pela agressão física sofrida em longos dias e noites de agonia. Seus olhos permanecem arregalados e presos ao olhar do agressor que, lentamente, dirige-se até ele.*
>
> *– Por favor, me deixe sair. Eu não fiz nada. Eu não sei de nada, por favor, não me machuque mais...*

Essa cena nos remete a um tempo não muito distante. Um tempo em que muitos saíam de suas casas e nunca mais eram vistos, porque estavam jogados em porões, ou em qualquer outro lugar e sendo forçados a "confessar seus crimes".

Pois bem, no **dia 18 de outubro de 2011**, a CDH realizou novo debate sobre essa questão. A pauta foi o PLC 88/2011, que cria a Comissão da Verdade.

Várias foram as ponderações e as solicitações. Os participantes pediram transparência e punição aos torturadores.

O Senador Pedro Taques pontuou a necessidade de possibilitar ao Ministério Público investigar as pessoas envolvidas nos crimes cometidos durante a ditadura militar.

04075.indd 128 06/11/2012 19:32:00

Na opinião da Senadora Lídice da Mata a Comissão da Verdade não deve apenas registrar a história, mas promover a justiça.

Já Senador Randolfe Rodrigues disse que a Comissão da Verdade não tem como função promover a "reconciliação nacional", mas "buscar justiça".

Os parentes de pessoas desaparecidas durante o regime militar pediram aos senadores que modifiquem o projeto para permitir a divulgação de documentos sigilosos que vierem a ser analisados pela comissão. Eles querem, também, reduzir o período que estará sob investigação, começando em 1964, e não em 1946, como determina o texto atual.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sugeriu que a comissão tenha uma composição plural. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão defendeu que sejam excluídos dessa composição tanto militares quanto militantes políticos presos na época da ditadura.

Para a CNBB, a Comissão da Verdade é fundamental para as novas gerações, pois as informações que resultarão do trabalho desta comissão serão essenciais para sua formação.

04075.indd 129 06/11/2012 19:32:00

Desde logo, logo

Acredito que este mágico e divino processo que é viver começa pela escolha dos pais, a quem Deus confia uma missão muito especial. Ambos serão responsáveis pela guarda de um anjo. Durante nove meses esse anjo será carregado pelo ventre materno e ali alimentado, mas caberá aos dois eleitos acolhê-lo, amá-lo e demonstrar o quanto ele é aguardado. Mais tarde esse pequeno anjo será recebido, ninado e, aos poucos, preparado para o processo, para a vida.

Sei bem que nem sempre as coisas acontecem assim, mas como seria bom se, desde logo, logo, nos sentíssemos extremamente valorizados. Que diferença isso poderia fazer nas nossas vidas e, também, na nossa sociedade!

Nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2011 aconteceu, no Senado, a 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e da Cultura da Paz. Esse evento foi dedicado aos cuidados com a saúde mental da mulher grávida e de crianças de zero a seis anos.

Considerei importante a Comissão de Direitos Humanos abrir suas portas para um debate sobre o tema e apresentei requerimento neste sentido. Realizamos uma audiência pública conjunta, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) **em 19 de outubro de 2011**.

Naquela audiência foi salientado o fato de que a relação de afeto e cuidados estabelecida entre mãe e filho, desde a gravidez, é fundamental para o equilíbrio psicossocial do indivíduo. Essa relação poderá, inclusive, livrá-lo de desenvolver um comportamento violento no futuro. Uma criança que recebe carinho, atenção e estímulos positivos na primeira infância estará menos propensa a ingressar no mundo da violência.

04075.indd 130 06/11/2012 19:32:00

Os parlamentares que estiveram na audiência ressaltaram a importância de o Congresso elaborar leis e incentivar políticas públicas voltadas para a assistência à primeira infância.

Se todos nós tivermos em mente a importância dos cuidados com o bebê desde cedo, estaremos dando a ele chances de ter uma vida mais feliz e estaremos dando à sociedade chances de vivermos de forma mais fraterna!

04075.indd 131 06/11/2012 19:32:00

Duzentos anos de história

Junto ao cerro das bandas do Sul,
Tu te estendes alegre, garrida,
Minha terra, de céu tão azul,
Sentinela da Pátria querida!...

És rainha, sustentas a palma
De que tanto me orgulho e me ufano!
Retempero meu corpo e minh'alma
Ante o sopro feroz do minuano!...

Esses são alguns versos do hino da cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul.

Bagé é uma cidade fronteiriça ao Uruguai e participou de fatos históricos muito importantes do Rio Grande. Por exemplo: em 1836 ela foi palco de marchas de exércitos legais e rebeldes durante a Revolução Farroupilha.

A cidade está completando 200 anos e, por este feito, foi homenageada em audiência pública da CDH, **dia 24 de outubro de 2011**. Ela foi representada por seu Prefeito, Dudu Colombo.

04075.indd 132 06/11/2012 19:32:00

Ele disse que o desenvolvimento da cidade nos últimos anos é visível, mas que ela enfrenta sérias dificuldades, compartilhadas por outras áreas fronteiriças do Rio Grande do Sul.

Dudu Colombo também é vice-presidente para assuntos das cidades das regiões fronteiriças da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Ele ponderou que o desenvolvimento do País caminhou em direção às grandes metrópoles, localizadas mais ao centro e no litoral, e que a faixa de fronteira apresenta indicadores econômicos e sociais bastante preocupantes.

Ele ponderou que o governo vem tentando mudar o cenário dessas áreas, mas que é preciso aumentar os investimentos.

O prefeito de Bagé disse ainda que dentro do Parlamento brasileiro já é cogitada a possibilidade de ser formatado um PAC para a faixa de fronteira. Ele considera que essa seria a melhor maneira de homenagear Bagé em seu bicentenário.

O Ministério das Comunicações e os Correios lançaram um selo personalizado e um carimbo comemorativo à data.

Parabéns Bagé! São 200 anos de uma história muito bonita e honrosa!

04075.indd 133 06/11/2012 19:32:00

Vencendo a anemia falciforme

Como é bonito ver as pessoas lutando por seus direitos, reivindicando aquilo que lhes cabe e que pode fazer toda diferença em suas vidas!

Dessa luta pode, muitas vezes, depender, inclusive, a vida das pessoas. Por exemplo, quando falamos em anemia falciforme já sabemos que a disponibilização do teste do pezinho para detecção da doença nos postos de saúde pode fazer toda a diferença.

No **dia 27 de outubro de 2011**, realizamos audiência pública na CDH para comemorar o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Doenças Falciformes.

Naquele dia encerramos os debates sobre o tema e o foco foi o recurso ao transplante de medula óssea como alternativa de cura dessa disfunção crônica, de fundo genético e prevalente entre os negros.

A Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme (Abradfal) foi enfática ao afirmar que esse método já curou diversas pessoas, uma esperança real para muita gente.

Uma verdadeira batalha vem sendo travada para que haja cobertura regular desse procedimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O Centro de Tradições Afro-Brasileiras (Cetrab) destacou que a aprovação de uma lei federal específica poderia ampliar e tornar efetivas ações de assistência aos portadores de doenças falciformes.

04075.indd 134 06/11/2012 19:32:00

Outra questão muito importante, apontada pela Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes (Fenafal) foi a proteção à empregabilidade. São comuns as crises desencadeadas pela disfunção e, assim, essas pessoas tornam-se alvo fácil de demissões.

A Ministra da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, afirmou que o desconhecimento sobre o problema é geral, até mesmo por parte dos profissionais de saúde. Ela destacou também a necessidade de avançarmos na implementação de ações previstas na Política Nacional de Saúde da População Negra.

O Senador Paulo Davim ratificou a importância do teste do pezinho e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy e Wellington Dias também mostraram-se preocupados e defenderam maior assistência do poder público aos portadores das doenças falciformes.

04075.indd 135 06/11/2012 19:32:00

Uma faca de dois gumes

– Ô Antonio, não dá prá arrumar outro trabalho, não?
– O que é que você quer que eu faça? A gente precisa do dinheiro e o trabalho que tem é esse. Além do mais, você já imaginou se ninguém quisesse esse tipo de emprego? Alguém precisa tá disposto.
– Mas não precisa ser você. Sua saúde já não é das boas, ainda vai ficar mexendo com pesticida...
– Mulher, se fosse tão perigoso, ninguém se oferecia prá fazer o serviço.
– João, a mulher do Raimundo falou que esse veneno pode trazer um monte de doença!
– O povo exagera, Maria...

Assim como dona Maria, muitos familiares já temeram pela saúde dos seus, **e**m virtude da possibilidade de intoxicação por pesticida.

Durante muitos anos o pesticida DDT foi usado para combater endemias no País, como a malária.

A extinta Superintendência de Combate à Malária (Sucam) era responsável por esse serviço. Seus ex-servidores estiveram, **em 25 de outubro de 2011**, na CDH. Denunciaram que muitos deles estão morrendo ou ficando doentes devido à intoxicação causada pelo pesticida DDT.

04075.indd 136 06/11/2012 19:32:00

Representantes de servidores de vários estados contaram casos de câncer, neuropatias e problemas hepáticos causados pelo trabalho de anos com esse e outros produtos tóxicos sem a devida proteção e treinamento.

A Associação DDT – Luta Pela Vida relatou que dormiam, até, em cima de sacos de DDT, em barcos e em depósitos improvisados. A aprovação de dois projetos, em tramitação na Câmara, foi pedida pelos servidores: o Projeto 4.485/2007, que cria uma pensão especial para os servidores e o Projeto 4.873/2009, que estabelece indenização aos doentes e às famílias.

O Departamento Administrativo da Funasa salientou que, atualmente, o DDT não é mais utilizado. A fundação afirmou que não vai fugir de suas responsabilidades e que está cumprindo todas as determinações judiciais relativas ao problema.

A coordenadoria-geral do Programa de Controle da Dengue do Ministério da Saúde reconheceu a importância do trabalho dos agentes, mas disse precisar de comprovação técnico-científica para que as providências possam ser tomadas.

O Senador Sérgio Petecão, autor do requerimento da audiência, e este presidente, apoiamos as reivindicações dos servidores da Sucam. Decidimos, assim, formar uma comissão mista com a participação de senadores, deputados, representantes de sindicatos e do Ministério da Saúde para olhar com bastante atenção para as propostas dos trabalhadores.

04075.indd 137 06/11/2012 19:32:00

Vamos com calma no andor

Volto no tempo e fico imaginando como deve ter sido glorioso o dia 1o de maio de 1943. Com profunda admiração e respeito, imagino a cena: nosso Presidente à época, Getúlio Vargas, assinando o decreto que aprovava a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Como aquele momento deve ter sido esperado, e como deve ter sido intensa a energia que pairava no ar... Imaginem, uma lei para regular as relações de trabalho entre empregados e empregadores!!!

Nos dias de hoje a CLT tem sido considerada, por alguns, antiga e desatualizada. Eles acreditam que ela necessita atualizar-se à nova realidade do País. A palavra de ordem é flexibilização.

Devemos ir com calma, pois encontramos no texto celetista muitas modernidades e, quanto à flexibilização dos direitos dos trabalhadores, devo dizer que ela me assusta um pouco.

Pois bem, dirigentes de centrais sindicais debateram, em audiência pública realizada pela CDH, **em 26 de outubro de 2011**, proposta de emenda à Constituição que acaba com a unicidade sindical e flexibiliza direitos dos trabalhadores.

A PEC 369/2005, que aguarda votação na Câmara dos Deputados, dividiu as opiniões. Alguns fizeram a defesa da aprovação de pontos específicos e outros optaram pela rejeição completa da PEC.

A Nova Central Sindical dos Trabalhadores ponderou que o movimento sindical representa um desafio para qualquer governo e que foi um equívoco não incluir as confederações no Fórum Nacional do Trabalho – FNT. Com

04075.indd 138 06/11/2012 19:32:00

isso, segundo a Nova Central, a proposta dos sindicatos foi derrotada e, em contraposição a FNT, foi criado o Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST. Eles também defenderam a unicidade sindical, por ser ela universal, assim como as convenções coletivas são universais, abrangendo todos os trabalhadores.

A Secretaria Nacional de Organização Política da CUT mostrou-se contrária à unicidade sindical imposta por lei. Eles acreditam que a mudança deve vir da vontade dos trabalhadores, e não ser imposta pelo Estado.

A Central dos Trabalhadores do Brasil focou na PEC 369/2005. Segundo eles a PEC será muito prejudicial aos trabalhadores, pois permitirá que o patrão faça acordo com o trabalhador, à parte da lei.

A Central Sindical e Popular (Conlutas) acredita que a flexibilização não aumenta a competitividade da empresa e os níveis de emprego, como tem dito os empresários.

A experiência mostra uma realidade diferente. Estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) demonstraram que, em países que optaram pela flexibilização houve aumento do desemprego, degradação das condições de trabalho e da renda.

Inúmeros são os projetos que tratam do assunto e o Deputado Federal Assis Melo advertiu que a regressão dos direitos dos trabalhadores não está no Plenário, e sim, nas comissões.

A União Geral dos Trabalhadores é favorável à retirada da PEC 369/2005 e o Fórum Sindical do Trabalhador acredita que a liberdade sindical, na prática, aumenta a quantidade de entidades sindicais. Isso precisa ser discutido com os trabalhadores, os maiores interessados.

A Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Cidadania da Força Sindical sugeriu que as entidades definam as propostas prioritárias que tramitam no Congresso e unam esforços para aprová-las. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) questionou a atual estrutura sindical no sentido de ela ser capaz de dar respostas ao "rompante voluntarista" dos movimentos sociais e sugeriu que seja repensada a estrutura "getuliana",

04075.indd 139 06/11/2012 19:32:01

que já teria cumprido a sua parte. A Anamatra assinalou, ainda, que a PEC deveria estabelecer os limites da estrutura sindical.

Minha opinião, reiterada na audiência, é de que é melhor ouvir o que vem de fora do que ficar apenas no embate interno. Série de audiências públicas da CDH, o que mais foi arfimado é que precisamos criar o escopo legal, um conforto jurídico que garanta tranquilidade para ambos os lados.

04075.indd 140 06/11/2012 19:32:01

Buscando o consenso

Envelhecer é um processo muito delicado, mas pode ser muito prazeroso se conduzido de forma harmônica. E como seria isso? Comida saudável, prática de exercícios físicos, acesso ao lazer, além e principalmente, do sentimento de pertencimento familiar e social.

Ah... e é lógico, acesso à saúde de qualidade. Eis o que, normalmente, é o X da questão.

"Quem vai financiar a manutenção de trabalhadores demitidos sem justa causa e aposentados em planos de saúde corporativos"? Essa pergunta foi feita pela Federação Nacional de Saúde Suplementar na audiência pública que a CDH realizou **em 1º de novembro de 2011**. A audiência tratou da regulamentação dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/1998, que regula os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Esses dois dispositivos legais já permitem a permanência de demitidos sem justa causa e aposentados em planos de saúde empresariais, com a mesma cobertura assistencial, desde que assumam seu pagamento integral. Caso seja estabelecido, para esses segmentos, um compartilhamento no financiamento, será preciso definir quem ficará responsável pela outra parte, a empresa, o governo (em forma de subsídios) ou as operadoras de serviços de saúde.

Essa questão foi o foco da audiência e a preocupação em torno dela foi externada pela Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde) e pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

04075.indd 141 06/11/2012 19:32:01

Muitas empresas resistem em implementar um plano de assistência integrado para não ter de subsidiar a mensalidade de empregados, já desligados via demissão ou aposentadoria, pois a manutenção de ex-empregados e aposentados gera um passivo para a empresa.

Na audiência falou-se sobre o "Pool de risco", que nortearia os reajustes sobre os contratos dos aposentados, que pagam mais em função do aumento da idade e da maior vulnerabilidade a problemas de saúde. Assim, todos os beneficiários de uma determinada empresa de seguro saúde nestas condições seriam atendidos.

O movimento sindical fez diversas ponderações sobre: falta de clareza na proposta; necessidade de mais diálogo entre as operadoras, as centrais e o governo; condições financeiras dos trabalhadores demitidos para continuar a contribuir com o plano; necessidade de encontrar uma proposta que permita a sustentabilidade dos planos, mas sem que sejam desrespeitados os direitos do cidadão; composição tripartite no Conselho de Saúde Suplementar (Consu), incluindo representantes dos segmentos sociais interessados.

O consenso não foi alcançado e, assim, propus a realização de uma reunião de trabalho com representantes do governo, dos planos de saúde, dos trabalhadores e aposentados para sairmos do impasse.

Ao final do debate, mais dois requerimentos foram votados: um deles solicitando discussão sobre recentes mudanças no Sistema Integrado de Saúde (SIS), que atende aos servidores do Senado Federal e outro, aprovado em conjunto com a Senadora Lídice da Mata, para discutir medidas de apoio à mulher, às pessoas com deficiência, aos aposentados e a outros segmentos sociais discriminados no Orçamento para 2012 e no Plano Plurianual (PPA) 2012–2015.

04075.indd 142 06/11/2012 19:32:01

Nosso quilombo... nossa terra!

Outra marcha na Praça dos Três Poderes... desta vez é o povo quilombola que veio pedir a regularização de suas terras.

No período da escravidão no Brasil os quilombos f**oram um porto seguro, um re**fúgio para escravos que conseguiam escapar das garras de seus senhores. Eram locais de difícil acesso; matas, selvas ou morros onde os escravos ficavam resguardados do sofrimento diário. O quilombo permitia ao escravo o direito de saborear o gosto da liberdade!

No mesmo **dia (7 de novembro de 2011)** em que foi lançada a Campanha em Defesa dos Direitos do Povo Quilombola, o Senado promoveu uma audiência pública, na CDH, sobre o tema. O foco do debate foi a regularização das terras quilombolas que, segundo os representantes dessas comunidades, enfrenta uma série de resistências em que, algumas vezes, acontecem até, assassinatos.

A Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), pontuou que a questão fundiária "é a mais difícil de todas para os quilombolas". Isso não é resultado apenas do fato de ser uma reivindicação do povo negro, mas sim por ser uma declaração de propriedade coletiva de um pedaço do território brasileiro. Segundo ela, o trabalho é contra paradigmas e contra a legislação.

A Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura e responsável pela certificação das terras, disse haver cerca de 3,5 mil comunidades quilombolas identificadas no País, mas apenas um pouco mais de 1,7 mil certificadas.

04075.indd 143 06/11/2012 19:32:01

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável pela titulação, disse que existem cerca de 1.080 processos de titulação de terras quilombolas. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), que promove a Campanha em Defesa dos Direitos do Povo Quilombola, cobrou resolução para isso.

Vários quilombolas denunciaram perseguição por estarem reivindicando suas terras e também protestaram contra a ação do Partido dos Democratas – DEM que questiona, no Supremo Tribunal Federal, a constitucionalidade do decreto que regulamenta "o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos". Os quilombolas acreditam que essa ação é fruto de pressões da chamada bancada ruralista.

A audiência contou com grande número de participantes e tivemos, inclusive, que disponibilizar mais duas salas com telões para eles se manifestarem.

04075.indd 144 06/11/2012 19:32:01

Sim ao Orçamento Participativo

Vem de longa data minha crença de que a população deve participar do processo decisório que diz respeito ao concerto das finanças públicas, representado pelas Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e a Orçamentária Anual. Esse é o chamado Orçamento Participativo!

Acredito nisso porque, assim, o processo orçamentário fica dotado de maior legitimidade e eficácia em virtude do encurtamento das distâncias existentes entre, de um lado, preferências e necessidades públicas e, de outro, a oferta de bens e serviços pelo Estado.

Essa certeza me fez apresentar, em 2005, a PEC 23 que assegura a participação popular em processos decisórios.

Essa certeza também nos fez abrir as portas da CDH, **na manhã de 8 de novembro de 2011**, para ouvir sugestões dos movimentos sociais a serem incorporadas ao Orçamento 2012 e ao Plano Plurianual (PPA) 2012–2015. Naquela manhã a audiência foi presidida pela Senadora Angela Portela, que solicitou a reunião.

O encontro trouxe uma série de ponderações importantes. Por exemplo, os movimentos sociais afirmaram que o Brasil não cumpre a meta de reduzir a desigualdade entre homens e mulheres.

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) pontuou, neste sentido, que a meta de reduzir em 15% a morte de grávidas, parturientes e mulheres em situação de aborto, não foi atingida. O número de homicídios e a violência também não foram reduzidos.

04075.indd 145 06/11/2012 19:32:01

Os participantes da reunião criticaram a baixa execução orçamentária naquilo que se refere à políticas públicas voltadas para as minorias. A Deputada Federal Janete Pietá, coordenadora da bancada feminina na Câmara, lamentou o fato de que as Secretarias de Direitos Humanos (SDH) e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) receberiam menos recursos em 2012.

A deputada Janete e este presidente, também pedimos que políticas destinadas aos quilombolas fossem incluídas nas peças orçamentárias, pois essa parcela da população normalmente é deixada à margem da execução orçamentária.

A Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SEPM) afirmou, por outro lado, que a execução orçamentária das áreas sociais não está baixa e que já havia executado quase 99% do orçamento autorizado para 2011.

O relator do PPA 2012–2015, senador Walter Pinheiro, orientou as entidades para que trabalhem a inclusão das sugestões nas diferentes Comissões Temáticas do Congresso, pois as peças orçamentárias têm programas em muitas outras áreas.

04075.indd 146 06/11/2012 19:32:01

Um marco histórico

Muitas vezes uma questão suscita bastante debate. Esse é o caso da Lei da Ficha Limpa. Quando a CDH realizou audiência pública, **na tarde do dia 8 de novembro de 2011**, solicitada pelo Senador Pedro Simon, a Ficha Limpa ainda não era lei, mas nós, senadores, e os representantes da sociedade civil, acreditávamos que o Supremo Tribunal Federal (STF) seria favorável a ela.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB pedia que o Supremo declarasse a lei constitucional.

A presidência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB disse que a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 30 foi proposta para evitar que os candidatos questionassem a validade da lei em 2012. Isso havia ocorrido em 2010, sendo assim, regras pré-definidas se faziam importantes para a segurança jurídica do candidato e do eleitor.

Naquela audiência, aqueles que defendiam a inconstitucionalidade da lei alegavam que a medida fere o princípio da presunção de inocência, uma vez que a Constituição garante que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da condenação. No entanto a presidência da OAB discordou, pois o texto constitucional, em seu artigo 14, já havia previsto que lei complementar estabeleceria casos de inelegibilidade, considerando a vida pregressa do candidato. Foi citado o caso dos servidores públicos que, para assumir o cargo, precisam passar por um concurso e ter uma ficha limpa. Nas seleções para a polícia os candidatos têm sua vida examinada e, caso estejam respondendo a inquérito policial ou a processo, ainda que não tenham sido condenados pela justiça em última instância, podem ser reprovados.

04075.indd 147 06/11/2012 19:32:01

Existe entendimento que a lei fere outro princípio constitucional: a irretroatividade da lei. A Constituição prevê que a lei penal não poderá retroagir, a não ser para beneficiar o réu. No entanto, aqueles que defenderam a lei afirmaram que essa não é uma lei penal. Ela trata somente das condições necessárias para elegibilidade.

Concordei plenamente com o Senador Pedro Simon quando ele disse que essa seria a decisão mais importante a ser tomada pelo STF. Para mim a Lei da Ficha Limpa é um verdadeiro marco histórico!

04075.indd 148 06/11/2012 19:32:01

Sua Majestade, a Amazônia

A nossa Amazônia, generoso coração do Brasil, desperta todas as manhãs embalando águas, refletindo imagens e sons de numerosos pássaros, deixando-se ser um verdadeiro berçário de peixes, abrigando belas árvores pequeninas que se agitam ao vento, enquanto outras, gigantescas, parecem não querer submeter-se**.**

Amazônia das cores, dos aromas, das flores e dos animais! Amazônia que nos faz viajar por uma vastidão de terra e que nos remete aos seus habitantes primeiros; àqueles que aprenderam a compreender seus sinais e a conversar com ela: os índios.

Pois foram eles, os índios, que estiveram na CDH, **dia 9 de novembro de 2011**, reclamando da invasão de terras demarcadas e apresentando um manifesto público no qual pontuavam uma série de medidas do Executivo. Organizações indígenas e indigenista protestaram sobre a restrição de seus direitos, à exemplo da Portaria 419 editada para regulamentar a atuação da Funai e da Fundação Cultural Palmares (FCP) quanto à elaboração de pareceres sobre processos de licenciamento ambiental em áreas ocupadas pelos nativos.

No documento apresentado pelos indígenas consta que a Portaria facilita a execução de grandes empreendimentos econômicos e restringe pareceres de órgãos ambientais competentes.

A Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (Coiab) e a Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas (Apib), disseram que aguardavam, ansiosos serem recebidos pela Presidenta Dilma, como fez o Presidente Lula.

04075.indd 149 06/11/2012 19:32:01

A Senadora Marinor Brito fez uma denúncia quanto às constantes ameaças de morte que os caciques enfrentam.

Outra questão, muito séria, abordada na audiência, foi a violação de direitos humanos na área indígena Maró, na região de Santarém, no oeste do Pará. Madeireiros, grileiros e garimpeiros foram acusados de ameaçar e de invadir terras.

A assessoria da presidência da Funai disse que eles estão intensificando o trabalho de monitoramento territorial e a gestão ambiental dessa e de outras áreas do Pará.

A Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará pediu que fosse considerado o fato de que existe diferença entre os madeireiros clandestinos e os que atuam na legalidade.

Como o impasse estava formado, aprovamos requerimento para uma nova audiência pública, em Santarém, e também agendamos uma reunião de trabalho com lideranças indígenas.

04075.indd 150 06/11/2012 19:32:01

Os quilombos do Sul

A liberdade é um bem dos mais preciosos! Em vários momentos e, em diferentes lugares, os seres humanos lutaram por liberdade. Os escravos, no Brasil, tiveram uma luta muito longa e difícil para alcançar esse sonho. Houve muito choro, muitos lamentos e muita dor até o dia em que as senzalas, os troncos, as correntes foram abolidos.

Talvez, por mais que nos esforcemos, jamais venhamos a ter uma pequena ideia de como deve ter sido ser um escravo. Cada vez que ouço registros de parentes de escravos meu coração se aperta e lamenta…

No **dia 14 de novembro de 2011**, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a CDH realizou uma audiência pública sobre as comunidades quilombolas gaúchas. Eu disse a todos que o Brasil deve muito aos quilombolas. Nós temos uma dívida com as populações que descendem de pessoas que lutaram contra a escravidão.

Houve um grande consenso entre os debatedores quanto à necessidade de levar dignidade aos moradores dos quilombos. Eles precisam ter acesso às políticas públicas e sociais, da titulação de suas terras e que seja contestada a Ação de Declaração de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o Decreto 4887/2003, que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

04075.indd 151 06/11/2012 19:32:01

Os participantes do debate disseram que existem, no Rio Grande do Sul, 174 grupos de descendentes de escravos, mas somente três possuem reconhecimento pleno. As comunidades quilombolas gaúchas também querem ver suas terras regularizadas e também sofrem pela falta de acesso a direitos sociais básicos.

Na audiência nós combinamos que no dia 16 de novembro, os membros da CDH acompanhados de autoridades e líderes de movimentos sociais iriam ao distrito de Morro Alto, no município gaúcho de Maquiné, para debater as condições das comunidades quilombolas daquela região. E assim foi feito!

04075.indd 152 06/11/2012 19:32:01

Noite e dia nas estradas

A noite vai chegando e o caminhoneiro avista ao longe o posto de gasolina onde os companheiros de jornada costumam pernoitar.

– Boa noite, colega. Destino final?

– Boa noite. Quem dera! Durmo aqui e parto logo cedo prá Fortaleza. Ainda tenho um bocado de chão pela frente.

– Se tem! Eu to indo prá casa; chego na madrugada. Acabei de desembarcar a mercadoria e decidi parar prá fazer uma boquinha. O pessoal lá dentro tá animado. Tá todo mundo alvoroçado com essa história de regulamentar a profissão.

– Ah, é só o que se ouve... é regulamentação e aposentadoria especial. Tomara que a gente consiga. Justo é!!!

– Pois é, companheiro, só quem dirige nessas estradas sabe como essa vida é dura, mas a gente tem que lutar. Sem luta fica difícil.

– É isso aí. Vou entrar e ver o barulho que a companheirada tá fazendo. Boa viagem e vai em paz!

De fato, é só o que se ouve entre motoristas. Eles estão lutando bravamente para ter direito à aposentadoria especial aos 25 anos de atividade, à regulamentação da profissão e ao controle rigoroso da duração máxima da jornada de trabalho.

04075.indd 153 06/11/2012 19:32:01

No **dia 22 de novembro de 2011** os representantes de trabalhadores e de empresários do setor de transporte passaram toda a manhã em uma audiência, na CDH, discutindo possíveis mudanças nos projetos 271/2008 (Estatuto do Motorista Profissional) e PLC 319/2009 (regulamentação da profissão de motorista).

As condições insalubres e perigosas pelas quais passam a maioria dos profissionais do volante, foram apontadas pelos convidados da audiência como motivo relevante para o tratamento diferenciado na legislação.

O uso de drogas, segundo a União Nacional dos Caminhoneiros, tem sido um dos caminhos que alguns profissionais buscam para dar conta da pressão e da pesada carga horária.

A NTC Logística apontou um detalhe muito importante também, a dificuldade de renovação de mão de obra, que estaria ligada ao desinteresse dos jovens pela profissão. Uma profissão que, antigamente, passava de pai para filho, hoje é mal vista e descartada pelos jovens.

O Movimento União Brasil Caminhoneiro lembrou que 620 mil caminhões novos foram vendidos no Brasil nos últimos cinco anos e que é necessário um curso profissionalizante para preparar os futuros motoristas.

Ao final houve consenso em relação à regulamentação da profissão tratada pelo PLC 319/2009 e ratifiquei meu empenho para que o Senado vote a matéria o quanto antes. Salientei, ainda, que o Estatuto do Motorista (PL 271/2008) é mais amplo e vai recepcionar o que dispuser a lei resultante do Projeto 319/2009 e que, quando isso acontecer, talvez sejam necessários novos ajustes.

04075.indd 154 06/11/2012 19:32:01

Dizendo não ao bullying

Todos nós queremos ser aceitos. É terrível quando sentimos que não somos bem-indos em algum lugar. O sentimento de rejeição é muito doído e, se é assim para um adulto, imaginem a dor de uma criança que, todos os dias, é rechaçada na escola, é motivo de deboches e risos, é humilhada e constrangida publicamente. Apelidos que desqualificam são muito comuns nesses casos e a vontade de nunca mais sair de casa, também!

O *bullying* é mais frequente do que imaginamos. Ele tem sido uma prática comum no meio escolar e os especialistas defendem a união de esforços contra ele.

A CDH abriu suas portas, novamente, para debater o tema, no **dia 28 de novembro de 2011**.

O *bullying* foi definido, na audiência, como uma epidemia psicossocial que se *propaga* rapidamente e que, ao contrário de outras ações violentas, caracteriza, por ações deliberadas e repetitivas sem motivo evidente, pelo desequilíbrio de poder entre agressores e vítimas e por causar constrangimento ao agredido.

Foi pontuado na audiência o fato de que as crianças vítimas do *bullying* são afetadas em seu processo de socialização, ensino e aprendizagem, desenvolvimento cognitivo e emocional, acarretando sequelas para toda a vida.

Entre as principais causas apontadas para esse tipo de comportamento foram citadas a carência afetiva, a ausência de limites e os maus-tratos por parte dos pais.

04075.indd 155 06/11/2012 19:32:01

A Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) defendeu maior participação dos pais no ambiente escolar para a *superaçã*o do problema. Segundo a Federação, faltam dados concretos sobre *bullying*, o que também dificulta o combate à violência no ambiente escolar.

Outra sugestão apresentada na audiência foi a adoção de medidas disciplinares e educacionais mais rígidas para estudantes que cometerem práticas de *bullyinng*, pois *isso impe*diria a judicialização do problema e evitaria que o estudante agressor viesse a transformar-se num menor infrator.

Essa é, de fato, uma prática terrível e os debatedores foram unânimes em defender a união de esforços de todos os segmentos da sociedade na busca de soluções para enfrentar o *bullying* no ambiente escolar.

04075.indd 156 06/11/2012 19:32:01

Em defesa da legalidade

Lá estamos nós novamente o ano é 1961. Jânio Quadros renuncia à Presidência da República e o movimento popular em defesa da posse do Vice-Presidente, João Goulart, começa. Líder do movimento é o ex-Governador do Rio Grande do Sul e **do** *Rio de Janeiro, Leonel Brizola. O líder convoca o povo para lutar em defesa do cumprimento da Constituição. Está instaurada a Campanha da Legalidade!*

Quando a Campanha iniciou, Brizola ainda não tinha 40 anos, mas já era um guerreiro e, como tal, foi homenageado na CDH, **dia 5 de dezembro de 2011**, quando realizamos novo debate sobre a Campanha da Legalidade.

Todos que participaram da reunião fizeram elogios à atuação de Brizola no episódio e ao seu empenho para melhorar a educação em nosso País.

Nos detalhes narrados sobre a Campanha da Legalidade, foi lembrado um discurso que Brizola havia feito em 28 de agosto de 1961, no Palácio Piratini, em Porto Alegre. Havia cinco mil pessoas ouvindo-o discursar e, ao final, eram 50 mil. Nem mesmo a ameaça que pairava no ar, de um bombardeio iminente na sede do governo gaúcho por forças militares, impediu a presença de toda aquela gente!

Nós pudemos assistir, durante a audiência, o documentário "Este foi Brizola", que narra a história desde seu nascimento, no interior do Rio Grande do Sul, em 1922, até sua morte no Rio de Janeiro, em 2004. Esse filme é a maior homenagem que podemos fazer aquele período da história e a seus heróis.

04075.indd 157 06/11/2012 19:32:01

Na audiência ratifiquei minha admiração pelo político que muito honrou o Rio Grande do Sul e o Brasil. Leonel Brizola foi um homem rebelde, corajoso, competente e preparado. Um homem que desafiava o poder com coerência e com a segurança de quem acreditava em seus ideais.

Todos nós ficamos muito emocionados quando, ao final da audiência, ouvimos o Hino da Legalidade. Lá se vão 50 anos...

04075.indd 158 06/11/2012 19:32:01

Dia Internacional dos Direitos Humanos

O mês de dezembro é especialmente inspirador, convidativo. É o último mês do ano e, assim sendo, convida à reflexão sobre o ano que se foi e sobre nossas expectativas em relação àquele que logo terá início. Mas, para além e bem mais do que isso, dezembro é o mês em que celebramos o nascimento do nosso Criador. E, com Ele, nasce toda a esperança de renovação. Renovação da vida, renovação de valores, renovação do amor fraternal, renovação da paz universal. Dezembro é também o mês em que comemoramos o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Diferente não poderia ser, afinal, que sustentáculo seria mais oportuno para os direitos humanos do que o amor fraternal?

Ao pousarmos nosso olhar nos direitos humanos com a lente desse amor, somos capazes de ir além das nossas próprias alegrias ou mazelas. Somos capazes de estender nossa visão sobre um mundo que envolve todo tipo de privações e sofrimentos. Somos capazes de entender que rimar dor com amor é fácil, mas viver essa dualidade não é tão simples assim. Somos capazes de compreender o significado da igualdade e saber que direito é algo que deveria estar ao alcance de todos.

Infelizmente nosso mundo tem funcionado de outro modo e nem sempre lançamos mão da lente do amor fraternal. Os resultados dessa escolha nós conhecemos: exclusão, preconceito, violência, fome, miséria, abandono.

Isso ficou muito bem pontuado na fala da nossa Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, **dia 14 de dezembro de 2011**, quando realizamos uma audiência pública na CDH para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos. A Ministra destacou as palavras que integram a minuta do Relatório Nacional para o Mecanismo de Revisão Periódica Universal, do Conselho de Direitos Humanos

04075.indd 159 06/11/2012 19:32:01

das Nações Unidas: "A melhor política de direitos humanos é aquela que tem como base a diminuição da pobreza, das desigualdades e da discriminação entre as pessoas, as regiões e os gêneros".

Ela lembrou a todos que o Brasil avançou muito nos últimos anos, tendo conseguido tirar uma parcela considerável da população da situação de pobreza, mas frisou que precisamos estar sempre alertas se quisermos garantir, de fato, os direitos humanos.

O Relatório Nacional para o Mecanismo de Revisão Periódica Universal é um documento criado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, para que se possa ter um acompanhamento da implementação dos direitos humanos nos diversos países.

O Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty ressaltou a importância desse documento, uma vez que ele serve de suporte para as reflexões e diálogo com o Governo e a sociedade civil na defesa dos direitos humanos no Brasil.

O documento fica disponível para consulta pública e considero a transparência do processo algo valioso. Isso é um símbolo da democracia!

04075.indd 160 06/11/2012 19:32:01

Precisamos proteger nossas crianças!

Crianças são crianças e é exatamente o que elas devem ser! Elas não estão, enquanto crianças, aptas a fazer certas escolhas e, por isso, precisam ser protegidas e corretamente orientadas.

Como uma criança vai ter discernimento, por exemplo, para saber se determinada programação televisiva é apropriada para ela? Essa não é uma função que cabe a ela.

A exposição de crianças a programas impróprios foi severamente criticada em debate na CDH **dia 15 de dezembro de 2011**.

Naquela audiência pública discutimos a vinculação horária da classificação indicativa de programas de televisão visando a proteção de crianças e adolescentes.

Esse debate foi requerido pela Senadora Lídice da Mata. Ela frisou o fato de que é muito importante que os pais, ao deixarem seus filhos assistirem TV durante o período em que trabalham, possam ficar tranquilos, certos de que os programas transmitidos não explorarão cenas de violência ou de sexo.

A Senadora pontuou que a classificação é necessária pois, assim, esse tipo de programação não será transmitida em determinado horário e isso não interferirá no poder da família. Se os pais decidirem permitir que seus filhos assistam a cenas de sexo e de violência, eles poderão fazer isso após o horário determinado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/1990) prevê, no artigo 254, a sanção para as emissoras que transmitirem programação diversa do delimitado na classificação indicativa, definida pelo Ministério da Justiça.

04075.indd 161 06/11/2012 19:32:01

Esse trecho da lei, no entanto, foi alvo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2404) no Supremo Tribunal Federal, sob a alegação de que ao Estado cabe apenas indicar a classificação, e não punir quem veicula programas que estariam inadequados à faixa etária indicada.

Os quatro ministros do STF que já votaram entenderam que a proibição de veicular os programas é, de fato, inconstitucional. Uma das ponderações nesse sentido foi de que a Constituição confere aos pais o papel de supervisão efetiva sobre o conteúdo acessível aos filhos e cabe a eles, no exercício da autoridade do poder familiar, decidir se a criança e o adolescente podem ou não assistir a determinada programação.

Na audiência pública, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão disse que a legislação precisa ser alterada e que não concorda com a punição de emissoras que não cumprem as regras.

A Senadora Lídice da Mata disse que é importante que o debate aconteça, pois ele resultará na proteção da infância. Ela fez uma ponderação muito séria e válida: estudos internacionais demonstram que a criança submetida por muito tempo a cenas de violência adquire um nível de agressividade maior e que aquelas submetidas a cenas de sexo desenvolvem sexualidade precoce.

A sociedade não pode omitir-se nesse debate. Crianças são apenas crianças e elas precisam de proteção!

04075.indd 162 06/11/2012 19:32:01

Muito obrigado!

O final de mais um ano chegou. O coração experimenta um misto de saudade e de esperança. Saudade daquilo que viveu e que fez parte do seu crescimento e esperança naquilo que virá e que poderá somar-se ao seu crescer.

Quando entrei na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa **dia 13 de dezembro de 2011**, olhei para aquele espaço e meu coração se alegrou. Quanta coisa boa vivemos ali... quanta integração... quanta partilha... quanta doação!!!

Fiquei lembrando das tantas e tantas pessoas que passaram por lá!

Naquele dia, outras tantas lá estavam agu*ardando* para fazermos um balanço das atividades de 2011. Juntos, revivemos um ano de importantes trocas. Lembramos dos diversos temas que lá foram debatidos: violência contra as mulheres, saúde feminina, violência nas escolas, terras indígenas, quilombolas, corrupção, criminalização da homofobia, bullying nas escolas, medicamentos inibidores de apetite, direitos dos ciganos, dos afrodescendentes, dos autistas, dos motoristas, contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro, reforma política e mais... muito mais...

Foi um ano de muito trabalho, mas foi extremamente gratificante!

A Senadora Lídice da Mata lembrou muito bem quando disse que a CDH tratou neste ano de diversos assuntos que interessam à parcela da população que precisa do Estado. Ela pontuou o fato de que os debates na CDH não tratam de problemas de investimentos e do Produto Interno Bruto (PIB), mas, sim, das pessoas que estão alheias a esses investimentos.

04075.indd 163 06/11/2012 19:32:01

O Senador Mozarildo Cavalcanti ratificou isso ao lembrar que investimentos em prevenção e cuidados com a saúde da criança e da mulher resolveriam 80% dos problemas de saúde.

É verdade, a CDH é um espaço muito especial. É um lugar onde os corações se abrem e se dispõem ao diálogo. É um lugar onde o falar encontra ouvintes e, mesmo em meio as mais calorosas discussões, encontra também a possibilidade de se colocar, de dizer a que veio.

Meu coração lembra com muito carinho das pessoas que passaram por lá. Como sou grato a todas elas e como sou grato a Deus por conceder, a todos nós, espaço, tempo e luz para refletirmos sobre os direitos humanos. Que Ele continue a iluminar-nos e a inspirar-nos a caminhar por este mundo munidos da lente do amor fraternal!

Senador Paulo Paim

04075.indd 164 06/11/2012 19:32:01

3-3-2011 – A liberdade de pedalar – Pág.12

IMAGENS.indd 165 05/11/2012 22:43:05

7-4-2011 – Um dia de profunda dor – Pág.29

IMAGENS.indd 166 05/11/2012 22:43:06

19-4-2011 – Quando o céu e a terra se encontram - Pág.33

IMAGENS.indd 167 05/11/2012 22:43:06

27-4-2011 – Como se sente alguém "quase da família"? – pág.37

IMAGENS.indd 168 05/11/2012 22:43:07

25-5-2011– Esmeralda – Pág.59

IMAGENS.indd 169 05/11/2012 22:43:08

Esmeralda 2

IMAGENS.indd 170 05/11/2012 22:43:08

Esmeralda 3

IMAGENS.indd 171 05/11/2012 22:43:08

30-5-2011 – A cor da pele definindo salários – Pág.64

IMAGENS.indd 172 05/11/2012 22:43:09

20-6-2011 – O setor de combustíveis – Pág.76

IMAGENS.indd 173 05/11/2012 22:43:10

11-7-2011– Vai completar? – Pág.82

IMAGENS.indd 174 05/11/2012 22:43:10

Vai completar? 2

IMAGENS.indd 175 05/11/2012 22:43:10

18-8-2011 – Mulheres em busca de seus direitos – Pág.94

IMAGENS.indd 176 05/11/2012 22:43:11

22-8-2011 – A César o que é de César – Pág.96

IMAGENS.indd 177 05/11/2012 22:43:12

A César o que é de César 2

IMAGENS.indd 178 05/11/2012 22:43:13

20-9-2011 – Amor à terra – Pág.109

IMAGENS.indd 179 05/11/2012 22:43:14

Amor à terra 2

IMAGENS.indd 180 05/11/2012 22:43:15

Amor à terra 3

IMAGENS.indd 181 05/11/2012 22:43:15

Amor à terra 4

IMAGENS.indd 182 05/11/2012 22:43:16

Amor à terra 5

IMAGENS.indd 183 05/11/2012 22:43:17

21-9-2011 – Dia Nacional do Sistema Braile

IMAGENS.indd 184 05/11/2012 22:43:18

21-9-2011– Inclusão responsável – Pág.111

IMAGENS.indd 185 05/11/2012 22:43:19

21-9-2011 – Buscando mais qualidade de vida – Pág.113

IMAGENS.indd 186 05/11/2012 22:43:19

29-9-2011 – Seminário Famílias pela Igualdade – Pág.121

IMAGENS.indd 187 05/11/2012 22:43:20

4-10-2011 – Um Retrocesso – Pág.122

IMAGENS.indd 188 05/11/2012 22:43:21

17-10-2011 – Respeito aos mestres – Pág. 126

IMAGENS.indd 189 05/11/2012 22:43:22

19-10-2011 – Desde logo, logo – Pág.130

IMAGENS.indd 190 05/11/2012 22:43:23

24-10-2011 – 200 anos de história – Pág.132

IMAGENS.indd 191 05/11/2012 22:43:24

25-10-2011 – Uma faca de dois gumes – Pág.136

IMAGENS.indd 192 05/11/2012 22:43:24

26-10-2011 – Vamos com calma no andor (defesa da CLT) Pág.139

IMAGENS.indd 193 05/11/2012 22:43:25

27-10-2011 – Vencendo a anemia falciforme – Pág.134

IMAGENS.indd 194 05/11/2012 22:43:26

1-11-2011 – Buscando o consenso – Pág.141

IMAGENS.indd 195 05/11/2012 22:43:27

7-11-2011 – Nosso quilombo... nossa terra! – Pág.143

IMAGENS.indd 196 05/11/2012 22:43:28

5-12-2011 – Em defesa da Legalidade – Pág.157

IMAGENS.indd 197 05/11/2012 22:43:29

14-12-2011 – Dia Internacional dos Direitos Humanos – Pág.159

IMAGENS.indd 198 05/11/2012 22:43:29

Convidados e Palestrantes das Audiências Públicas da CDH em 2011

A

Adélio Justino Lucas – Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região / MPT;

Adison Amaral – Presidente da Academia dos Trovadores;

Adriane Oliveira Moscardin – Representante Nacional do Coletivo de Gênero da União Geral dos Trabalhadores – UGT;

Ailma Maria de Oliveira – Dirigente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;

Alberto Liebling Kopittke – Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos – DEPRO –, da Secretaria Nacional do Fórum das Mulheres Negras;

Alcinéia Cavalcante – Poeta, filha do poeta amapaense Alcy Araújo;

Aldo Moura – Presidente da Associação DDT– A Luta pela Vida;

Alexandre Agra Belmonte – Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;

Alexandre Augusto Aragon – Diretor da Força Nacional;

Alexandre Camanho de Assis – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR;

04075-1.indd 199 06/11/2012 19:33:21

Alexey Van Der Broocke – Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores – SINDITAMARATY;

Alísio Vaz – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM;

Almir Aguiar – Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Rio de Janeiro;

Álvaro Sólon de França – Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP;

Alvaro Tukano – Representante dos Povos Indígenas do Brasil;

Amábile Pácios – Professora, Especialista em Violência na Educação;

Amauri Teixeira – Deputado Federal – PT/BA;

Ana Carolina Quirino – Coordenadora de Direitos Econômico da ONU e Brasil CONESUL;

Ana Maria Martins – Professora – Universidade Federal de São Paulo;

Ana Palmira – Representante da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes;

Ana Paula Portella – Coordenadora da Pesquisa/GAJOP

Ana Paula Vieira de Carvalho – Juíza Federal no Estado do Rio de Janeiro;

Ana Valéria Mendonça – 2ª Vice–Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA;

Analba Brazão Teixeira – Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (CFEMEA);

André Cyrino – Consultor da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio de Televisão – ABERT;

André Luis dos Santos – Assessor Parlamentar;

André Luiz Marques – Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários – IAPE – Conselho Federal;

Andrés Ramirez – Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil – ACNUR;

04075-1.indd 200 06/11/2012 19:33:21

Ângela Alano – Assessora da Diretoria da Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul (LEME);

Angélica Ivo – Representante da Campanha "Famílias pela Igualdade";

Ângelo Martins – Diretor do SINDIPOSTOS – RS;

Anhamona Silva de Brito – Secretária de Políticas de Ações Afirmativas – SPAA –, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;

Antônia Melo Silva – Líder do Movimento Xingu Vivo para Sempre;

Antônio Apinajé, líder indígena da Aldeia Areia Branca no Estado do Tocantins, região do Bico do Papagaio;

Antonio Carlos Lopes – Presidente da Sociedade Brasileira de Clinica Médica – SBCM;

Antonio de Lisboa Amâncio Vale – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;

Antônio Geraldo – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP;

Antônio Guterres – Alto Comissário da Organização das Nações Unidas para Refugiados;

Antônio José do Nascimento Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Antônio Latas – Desembargador – Representante da Associação Sindical dos Juízes Portugueses;

Antônio Lisboa Amâncio do Vale – Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

Antônio Montanini – Pai de Aluno Especial;

Antônio Porcino Sobrinho – Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FENEPOSPETRO;

Antônio Sérgio Escrivão Filho – Advogado – Assessor Jurídico da Terra de Direitos – Organização dos Direitos Humanos;

Arnaldo Gonçalves – Secretário–Geral do Sindicato Nacional dos Aposentados – Força Sindical;

04075-1.indd 201 06/11/2012 19:33:21

Arthur Bueno de Camargo – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA;

Arthur Trindade Maranhão Costa – Sociólogo, Coordenador do Núcleo de Estudos sobre a Violência da UNB;

Assis Melo – Deputado Federal PC do B/RS;

Aton Fon Filho – Representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos;

Augusto Cesar Lago Machado – Vítima do Chumbo na cidade de Santo Amaro – BA;

Augusto Pedra – Psicólogo –, especialista em *bullyinng* escolar;

B

Benito Augusto Galiani Tiezzi – Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal;

Benito Raboso Del Amo – Juiz – Representante da Associação Judicial – Foro Judicial Independente da Espanha;

Bernard Martino – Cineasta e autor do documentário "Loczi, uma casa onde crescer", La Rochelle (França);

Beto Almeida – Membro da Junta Diretiva TELESUR;

Bolívar Steinmetz – Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF;

Bonfim Xerente, cacique da Aldeia São José, povo Xerente, Estado do Tocantins;

Bruno Bimbi – Conselheiro da Federação LGBT Argentina e Autor do Livro: *Matrimônio Igualitário;*

Bruno Renato Nascimento Teixeira – Coordenador Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;

Bruno Soares Valente – Procurador da República do Estado do Pará.

04075-1.indd 202 06/11/2012 19:33:21

C

Candy Gifford – Psicóloga Especialista em Diagnóstico Infantil

Carlos Eduardo Dudu Colombo – Prefeito de Bagé – RS;

Carlos Eduardo Silva – Assessor da Secretaria de Assalariados (as) Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;

Carlos Henrique Esquivel Bastos – Jornalista

Carlos Pankararu – Liderança Indígena da Tribo Pankararu;

Carmen Silveira de Oliveira – Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos;

Carmen Solange Maciel Franco – Técnica Administrativa da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde;

Cassius Marcellus Zomignani – Diretor do Departamento Sindical (DESIN) da Federação das Indústrias do São Paulo – FIESP;

Castro Barreira de Carvalho – Professor de Educação Física e técnico na área de Direitos Humanos da Subsecretaria para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos da Secretaria de Educação;

Celinho do SINTTROCEL – Deputado Estadual do Estado de Minas Gerais;

Célio Bermann – Professor da Universidade de São Paulo;

Célio Moreira da Silva – Presidente do Sindicado dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Uberlândia;

Celso Amaral de Miranda Pimenta – Diretor de Seguridade Social da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST;

Celso Schroder – Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas;

04075-1.indd 203 06/11/2012 19:33:22

Charles Chelala – Assessor Técnico do Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues,

Charles Guerreiro – Coordenador do Movimento de Combate à Cartelização dos Combustíveis no DF;

Charles Roberto de Lima Júnior – Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

Chico Bezerra – Coordenador do Fórum Sindical;

Cláudio Gomes – Coordenador Geral de Polícia Fazendária do Departamento de Polícia Federal;

Claudio Lamachia – Presidente da OAB–RS;

Claudio Libermar – Coordenador Geral de Gestão da Qualidade Ambiental da Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama;

Claudio Weber Abramo – Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil;

Cleber Cezar Buzato – Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário;

Cleonice Caetano Souza – Presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – INSPIR;

Corban Costa – Jornalista da Empresa Brasileira de Comunicação – DF;

Creuza Maria Oliveira – Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD;

Cristiano Zaranza – Chefe de Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

D

Daniele Correa Santa Catarina – Procuradora do Trabalho – MPT;

Daniella Hiche – Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa;

Darcísio Perondi – Deputado Federal PMDB/RS e Presidente da Frente Parlamentar de Saúde da Câmara dos Deputados;

04075-1.indd 204 06/11/2012 19:33:22

Davi Ulisses – Diretor Adjunto do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça;

Denise Rodrigues Eloi de Brito – Presidenta da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS;

Deraldo Goulart – Jornalista; Diretor do Filme "Jango em 3 atos";

Desiré Carlos Callegari – Secretário do Conselho Federal de Medicina;

Deysiane Farias Pontes – Coordenadora Geral Substituta do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;

Didier Dominique – Coordenador Nacional do Movimento – Batalha Operária do Haiti;

Dirceu Brás Aparecido Barbano – Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

Dojival Vieira – Advogado – Editor da Agência de Informação Multiétnica – AFROPRESS;

Dom Gílio Felício – Bispo da Arquidiocese de Bagé – RS;

Dom Guilherme Antônio Werlang – Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;

Dom Leonardo Ulrich Steiner – Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil;

Domicio Arruda Câmara Sobrinho – Secretário de Estado de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte;

Domingos Dutra – Deputado Federal – PT/MA – Coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo;

Durval Ribas Filho – Professor–Presidente da Associação Brasileira de Nutrologia – ABRAN.

E

Edilson Nabarro – Secretário de Assistência Estudantil da Universidade do Rio Grande do Sul;

04075-1.indd 205 06/11/2012 19:33:22

Edivaldo Farias – Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM;

Edmilton Cerqueira – Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Edson Guilherme Haubert – Presidente do MOSAP;

Eduardo Dias – Coordenador Geral de Democratização do Acesso à Justiça Ministério da Justiça – MJ.

Eduardo Luiz Barros Barbosa – Deputado Federal PSDB/MG e – Presidente da Federação Nacional das APAES;

Elizangela Patrícia Moreira da Costa – Assessora Didático–pedagógica da Pró–reitoria de Ensino de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso;

Eloi Ferreira de Araujo – Presidente da Fundação Cultural Palmares;

Elvis Silva Magalhães – Coordenador da Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme – ABRADFAL;

Emerson Casali Almeida – Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da CNI;

Érika Kokay – Deputada Federal –PT/DF– Idealizadora da Frente Parlamentar Cigana – PT/DF;

Erivã Garcia Velasco – Conselho Federal de Serviço Social – CFESS;

Erivaldo Fernandes Neto – Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE;

Erlan José Peixoto do Prado – Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional da 10ª Região –MPT/DF;

Ernandes Macário – Representante da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial – COPIR;

Eunice Tapuia – Professora, liderança indígena da Aldeia Carretão do Povo Tapuia do Estado de Goiás;

Eurico Antônio Gonzáles Cursino dos Santos – Professor de Sociologia e Consultor do Senado Federal;

Evane Lopes – Militante das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ.

04075-1.indd 206 06/11/2012 19:33:22

F

Fábio Marçal – Presidente do Comitê de Imprensa do Senado Federal;

Fabrício Fernandes – Juiz Federal, Vice–Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE;

Fabrício Gonçalves Costa – Diretor de Mídia da Secretaria de Comunicação Integrada da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM;

Fausto Santana – Coordenador do Escritório da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais em Brasília;

Fernanda dos Anjos – Diretora do Departamento de Justiça – Secretaria Nacional de Justiça;

Fernando Benicio dos Santos – Coordenador da EDUCAFRO de Brasília;

Fernando Gomide – Representante da Associação Brasiliense de Amparo ao Fibrocístico;

Fernando Mauro Trezza – Ex–Presidente da ABCCOM;

Fernando Vasconcelos – Diretor Substituto do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho;

Flávio Benatti – Presidente da NTC & Logística;

Florian Madruga – Diretor Executivo da Gráfica do Senado Federal;

Floriano Martins de Sá Neto – Vice– Presidente da Fundação ANFIP;

Francisca Picanço – Assessora da Presidência para Assuntos Parlamentares da Funai;

Francisco Antonio Feijó – Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL;

Francisco Avelino Batista – Representante da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas – APIB;

Francisco Calasans Lacerda – Presidente do SINTHORESP;

04075-1.indd 207 06/11/2012 19:33:22

Francisco Carlos Gonçalves Cardoso – Vice–Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI;

Francisco Chagas Costa – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Imobiliária;

Francisco Luiz Saraiva – Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS/CUT;

Francisco Orlando Costa Muniz – Advocacia Geral da União – AGU

Francisco Pereira da Silva – Diretor Adjunto da ABCCOM;

Frei David Raimundo Santos – Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes – Educafro;

Frei Xavier Plassat – Representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT);

G

Gabriel de Jesus Tedesco Wedy – Presidente da Associação dos Juízes Federais –AJUFE.

Gabriel Priolli – Presidente de honra da Associação Brasileira de Televisão Universitária;

Gabriela Seijas – Juíza – Argentina;

Garcia – Coronel – Chefe do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMDF;

Geniberto Paiva Campos – Membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia;

Geovane Alziro Fróis Lima – Aluno da Escola Centro de Ensino Médio Setor Leste de Brasília;

Geraldo Gonçalves de O. Filho – Diretor Executivo da CONTRATUH;

Gercino José da Silva Filho – Desembargador, Ouvidor Agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;

Germano Silveira de Siqueira – Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra;

04075-1.indd 208 06/11/2012 19:33:22

Gícia de Cássia Martinichem Falcão – Subsecretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Distrito Federal;

Gilberto Guerzone – Consultor Legislativo – Senado Federal;

Gilda Carvalho – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão;

Giovanini Evelim Coelho – Coordenador Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde;

Giovanni Padilha da Silva – Subsecretário Adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul – Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

Gláucia Silveira Gauch – Embaixadora – Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty;

Guacira Cesar de Oliveira – Diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA;

Guilherme Boulos – Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST;

Guilherme Canela – Coordenador do Setor de Comunicação e informação da Unesco;

Guilherme Franco Netto – Médico – Assessor Especial, responsável pela Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde – MS;

Guillherme Carvalho – Engenheiro Florestal;

Gustavo Dourado – Presidente da Academia de Letras de Taguatinga;

Gustavo Leal Sales Filho – Diretor de Operações do SENAI;

Guy M. Brandão de Castro – Presidente da Associação dos Diplomatas Brasileiros.

04075-1.indd 209 06/11/2012 19:33:22

H

Hamilton Dias de Moura – Diretor Nacional de Organização da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST;
Haroldo Ceravolo Sereza – Autor do livro: Florestan a Inteligência Militante;
Helba Soares da Silva – Esposa de Nelson José da Silva, Fiscal do Trabalho morto em Unaí – MG;
Helder Mutéia – Representante da FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação;
Hélio Gustavo Alves – Presidente de Honra do Instituto dos Advogados Previdenciários – IAPE – Conselho Federal;
Helvécio Miranda Magalhães Júnior – Secretário de Atenção à Saúde – MS
Henrique Pires – Assessor Institucional da Unidade Brasília Grupo RBS
Higes Manara – Representante do Grupo Abril;
Humberto Adami Santos Junior – Diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil – ASABB.

I

Iara Xavier Pereira – Representante do Comitê pela Verdade Memória e Justiça do DF;
Idalbert Pierre–Jean – Embaixador do Haiti;
Idelmar Da Mota Lima – Segundo Secretário da CNTC;
Igor Cotrim – Ator;
Inácio Arruda – Senador – Relator da Área Setorial VIII;
Inez Gadelha – Coordenadora do Departamento de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde;

04075-1.indd 210 06/11/2012 19:33:22

Iriny Lopes – Deputada Federal PT/ES;

Isaías Leão N. Felix – Representante da Comunidade Surda do DF;

Isaú Joaquim Chalon– Presidente da UGT–DF;

Isaura Cristina Soares de Miranda – Médica da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo;

Itanor Junior – Advogado ambientalista;

Ivo Benfato – Diretor Cultural da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha

Ivo Czamanski – Repórter Fotográfico;

Ivo Fonseca – Coordenador Executivo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ.

J

Jacira Silva – Coordenadora do Movimento Negro Unificado do DF;

Jacy Afonso de Melo – Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT;

Jair Meneguelli – Presidente do Conselho Nacional do SESI;

Janete Rocha Pietá – Deputada Federal PT/SP– Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados;

Jaqueline Wendland – Psicóloga clínica do Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, do Grupo Hospitalar Pitié–Slapêtroére, Paris (França);

Jayme Jemil Asfora Filho – Conselheiro Federal do Conselho Seccional da OAB–DF;

Jean Wyllys – Deputado Federal – PSOL/RJ;

Jeter Luiz Gomes – Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social – Presidência da República;

04075-1.indd 211 06/11/2012 19:33:22

João Baptista Neto – Secretário Nacional de Combate ao Racismo;

João Rodrigues Filho – Vice–Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS;

João Salles – Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia;

João Vicente Goulart – Empresário, filho do ex–Presidente João Goulart

Joilson Cardoso – Secretário de Política Sindical da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;

Joiran Medeiros da Silva – Coordenador Geral da Política Pedagógica da Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC;

Jonatas Alexandre Lima de Oliveira – Representante da Associação Cigana Etnias Calons/DF – ACEC/DF

Jonir Bechara Cerqueira – Professor – Especialista em Educação de Deficientes Visuais;

Jorge Luiz Dias Filho – Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores;

Jorge Luiz Frizzo – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Carga Seca, Líquida, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Rio Grande do Sul – SINDIMERCOSUL;

Jorge Viana – Senador PT/AC;

José Alberto Paiva Gouveia – Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo – SINCOPETRO;

José Alcides Marton Silva – Presidente da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional;

José Alves Couto Filho – Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Terrestres;

José Araújo "China" da Silva – Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros – UNICAM;

José Augusto da Silva Filho – Diretor, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho;

José Augusto de Oliveira Camargo – Presidente do Sindicato dos Jornalistas de SP;

José Batista de Oliveira – Coordenação Nacional do MST;

04075-1.indd 212 06/11/2012 19:33:22

José Calixto Ramos – Presidente da CNTI e NCST;

José Carlos de Assis – Economista e Professor;

José Carlos Ulhôa Fonseca – Vice-Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes – FECOMBUSTÍVEIS;

José Cechin – Diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar, representante da FENASAÚDE;

José Claudio Ribeiro Oliveira – Assessor Jurídico – representante da Unimed no Brasil;

José da Fonseca Lopes – Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros;

José Elaeres Marques Teixeira – Procurador Regional da República na 1ª Região;

José Geraldo de Sousa Júnior – Reitor da Universidade de Brasília – UnB;

José Guerra – Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;

José Leão de Almeida – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde no Brasil;

José Maria de Almeida – Membro da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular – CSP – Conlutas;

José Nery – Ex-Senador da República;

José Peixoto Júnior – Presidente da Associação Nacional dos Escritores;

José Ramos Filho – Secretário de Imprensa da Presidência da República;

José Ricardo da Costa Aguiar Alves – Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF;

José Roberto Barbosa Garcez – Diretor de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação – EBC;

José Rogaciário dos Santos – Presidente do Instituto COOPERFORTE (Cooperativa de Crédito Urbano);

José Ruben de Alcântara Bonfim – Coordenador Executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (SOBRAVIME) – Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC);

04075-1.indd 213 06/11/2012 19:33:22

José Sarney Filho – Deputado Federal PV/MA e Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista;
Josefina Serra dos Santos – Secretária da Igualdade Racial do Distrito Federal;
Josinei Arara – Representante da Aldeia Terrãwangã;
Jovita José Rosa – Representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE;
Júlio Cesar Silva – Assessor Jurídico da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST.

K

Karina Figueiredo – Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;
Kleber Karipuwa – Representante da Coordenação Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB.

L

Laércio José de Oliveira – Vice–Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
Laís Abramo – Diretora no Brasil do Escritório da Organização Internacional do Trabalho – OIT;
Lara Pozzobon – Audiodescritora e Formadora de Audiodescritores;
Larry Manoel Medeiros de Almeida – Vice–Presidente de Gestão de Pessoas dos Correios;
Lauren Caleffi – Assessora de Planejamento e Eventos da Femama;
Laurez Cerqueira – Escritor – Autor do livro Florestan Fernandes: Vida e Obra;
Leandro de Almeida Vargas – Procurador do Município de Santo Amaro – BA;

04075-1.indd 214 06/11/2012 19:33:22

Lêda Gomes – Diretora Substituta da Secretaria Executiva do Ministério da Educação – ME;

Ledja Austrilino Silva – Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST;

Leonardo José Rolim Guimarães – Secretário de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social;

Lina Távora – Assessora da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura;

Lincoln Macário – Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF;

Lisa Taubemblatt – Juíza Federal no Estado do Mato Grosso do Sul;

Lobato – Major Policial Militar – Representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal;

Loiva Lopes Calderan – Diretora de Projetos da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha;

Loni Eliséte Manica – Especialista de Desenvolvimento Industrial, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI;

Lourenço Ferreira do Prado Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST;

Lucas Brito de Lima – Representante da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres – ANEL;

Lucas Oliveira de Almeida Sobrinho – Instituto de Terra do Pará;

Lúcia Camine – Coordenadora Geral de Educação Em Direitos Humanos –, Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH;

Luciano Brunet – Diretor Substituto de Obtenção de Terras do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Luciano Wagner Guimarães Lírio – Presidente da Sociedade de Psicanálise de Brasília;

Lucinaldo Blandtt – Sociólogo – Doutor em Ciências Sócioambientais;

Luís Gustavo Magnata – Advogado do Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares – GAJOP;

Luis Roberto Antonik – Diretor–Geral da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão – ABERT;

04075-1.indd 215 06/11/2012 19:33:22

Luiz Alberto – Deputado Federal – PT/BA;

Luiz Alberto de Vargas – Desembargador do Rio Grande do Sul; representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA;

Luiz Alberto Mincarone – Consultor do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado do Rio Grande do Sul – SETCERGS

Luiz Amorim – Responsável pela ONG Açougue Cultural T–Bone;

Luiz Antônio Festino – Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST;

Luiz Carlos Cerqueira – Presidente da Casa do Poeta;

Luiz Cláudio Costa – Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação;

Luiz da Rocha Neto – Juiz – Diretor da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB;

Luiz de Souza Arraes – Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FEPOSPETRO;

Luiz Gonzaga De Negreiro – Membro da Executiva Nacional e do Sindireta – DF–, representante da Central dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;

Luiz Machado – Coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT;

Luiz Márcio de Souza – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para o FPE no Confaz;

Luiz Moreira Gomes Júnior – Representante do Ministério Público;

Luiza Bairros – Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

Luiza Erundina – Deputada Federal – PSB/SP – Presidente da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação – FRENTECOM;

04075-1.indd 216 06/11/2012 19:33:22

Luiza Lopes – Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, Ministério das Relações Exteriores.

M

Maira Caleffi – Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA, e do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul –IMAMA;

Manoel Messias Melo – Secretário de Relações de Trabalho do MTE;

Manoel Moraes – Coordenador Executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP;

Marcelino Tabajara Ruas – Diretor do Filme "Este foi Brizola";

Marcelo Correia Mota – Pai do Professor Carlos Ramos Mota

Marcelo dos Santos Monteiro – Presidente do Centro de Tradições Afro– Brasileiras – CETRAB;

Marcelo Laffite – Diretor de Cinema – Diretor do Filme "Elvis & Madona"

Marcelo Lavenere – Advogado, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Marco Aurélio Pereira de Moura – Coordenador Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal;

Marco Clemente – Representante do Sindicato dos Radialistas do DF.

Marcos Aurélio Ribeiro – Assessor Jurídico da Confederação Nacional do Transporte de Carga e Logística – CNT;

Marcos Bicalho – Membro do Conselho Ambiental da Confederação Nacional do Transporte;

Marcos Cordeiro de Souza Bandeira – Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE;

04075-1.indd 217 06/11/2012 19:33:22

Marcos José Burle de Aguiar – Vice–Diretor do NUPAD – Núcleo de Ações e Pesquisa de Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da UFMG;

Marcos Lopes Coelho – Diretor Jurídico do IDC/PROCON – DF;

Marcos Roberto Muffarreg – Diretor do Departamento de Administração da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA;

Marcus Vinicius Furtado Coelho – Secretário–Geral da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

Marga Janete Stroher – Coordenação da LGBT – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

Margarete Daldegan – Gerente de Hematologia da Secretaria de Saúde do Distrito Federal;

Margarida Tojal – Assistente Social da Secretaria de Estado de Saúde de Alagoas;

Maria Antônia M. Rodrigues – Presidente da Subsecretaria do Sindicato dos Aposentados de Brasília, Força Sindical;

Maria Auxiliadora – Secretária da Força Sindical;

Maria Cleusa – Patroa da Estância Gaúcha do Planalto;

Maria da Graça Azevedo da Silva – Procuradora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente do Ministério Público do Pará;

Maria do Rosário Nunes – Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;

Maria do Socorro Ferreira Maia – Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Estado de Pernambuco – UNDIME/PE;

Maria do Socorro Nery da Silva Cruz – Tia e mãe de aluno especial;

Maria Tereza Simões Falcão – Presidente Nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer;

Mario Avelino – Presidente do Instituto Doméstica Legal;

Mário Mantovani – Diretor da SOS Mata Atlântica;

04075-1.indd 218 06/11/2012 19:33:22

Mário Theodoro – Secretário Executivo da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;

Marlete Queiroz – Representante da Associação dos Ciganos Calons;

Marlon Reis – Representante do movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE;

Marsal Branco – Coordenador do Curso de Jogos Digitais – Universidade FEEVALE/Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul;

Marta Klumb Oliveira Rabelo – Coordenadora do Programa Saúde na Escola do MEC;

Matilde Ribeiro – Assistente Social – Ex–Ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;

Mauri Vianna – Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas da CGTB;

Maurício Azedo – Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI;

Mauricio Ceschin – Diretor–Presidente da Agencia Nacional de Saúde – ANS;

Maurício Ferreira – Diretor de Juventude da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;

Maylle Alves Benício – Estudante de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Miguel Corrêa – Deputado Federal PT/MG;

Milton Rondó Filho – Ministro – Coordenador–Geral de Ações Internacionais de Combate a Fome do Ministério das Relações Exteriores;

Moacyr Flores – Membro da Academia Rio–Grandense de Letras;

Moacyr Roberto – Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST;

Moacyr Roberto Tesch Aruersvald – Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST;

Moisés Bauer Luiz – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE;

Mônica de Macedo Guedes Lemos Ferreira – Procuradora do Trabalho da 10ª Região do MPT;

04075-1.indd 219 06/11/2012 19:33:22

Monique Bydlowski – Médica Psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin–Port Royal, hospital Tarnier, Paris (França).

N

Nadine Borges – Diretora do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;

Najla Veloso –Coordenadora do Projeto de Fortalecimento de Políticas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe junto a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO;

Narciso Figueirôa Junior – Assessor Jurídico da CNT;

Nelson de Miranda Osório – Diretor Financeiro da Confederação Brasileira dos Aposentados – COBAP.

Neori Tigrão – Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de carga – SINDITAC e do Movimento Brasil Caminhoneiro – MUBC;

Nida Chalegre – Poeta e Escritora;

Nilton Rodrigues da Paixão Júnior – Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – Sindilegis.

O

Octávio Pieranti – Coordenador Geral de Radiodifusão comunitária do Ministério das Comunicações;

Omar José Gomes – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre – CNTTT;

04075-1.indd 220 06/11/2012 19:33:22

Ophir Cavalcante – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Oraldo Paiva – CSP – Representante da Conlutas;

Osmar Terra – Deputado Federal PMDB/RS–e Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados;

Otavio Brito Lopes – Procurador-Geral do Trabalho;

Ottmar Teske – Professor – Coordenador do Curso de Ciências Políticas da Ulbra;

Ottmar Teske – Representante do Programa Cantando as Diferenças

Ozimar Juruna – Aldeia Paquiçamba – Volta Grande do Xingu;

P

Pablo Rolin – Analista da Área de Relações Trabalhistas –,da Confederação Nacional da Indústria – CNI;

Padre Dirceu Fumagalli – Coordenador da Comissão Pastoral da Terra – CPT;

Padre Geraldo Martins Dias – Assessor Político da CNBB;

Paolo Fontane – Coordenador da Área de Educação da Unesco no Brasil;

Patrícia Lino Costa – Assessora da Direção Técnica – DIEESE;

Paula Fernanda Melo Rocha – Orientadora Educacional, mestre em educação;

Paula Regla Vargas – Médica Pediatra – Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal SBTN;

Paulinho Javaé – Liderança indígena da Ilha do Bananal, Estado do Tocantins;

Paulo Giorelli – Diretor-Geral da Associação Brasileira de Nutrologia – ABRAN;

04075-1.indd 221 06/11/2012 19:33:22

Paulo José Zaneti – Diretor Institucional do Sindicato dos Aposentados do Estado de São Paulo;

Paulo Maldos – Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria da Presidência da República;

Paulo Miranda – Primeiro Vice–Presidente da ABCCOM;

Paulo Roberto Pereira Brandão – Consultor em Sistema Braille – Senado Federal;

Pedro Armengol – Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

Pedro José de Oliveira Lopes – Vice–Presidente da Seção II – Transporte de cargas da CNT

Pedro Luciano de Oliveira Dornelles – Advogado;

Pedro Parizi – Diretor de Relações Governamentais do Mc Donaldx;

R

Raimundo Luís de Oliveira – Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Embaixadas, Consulados, Organismos Internacionais e Empregados que Laboram para Estado Estrangeiro ou para Membros do Corpo Diplomático Estrangeiro no Brasil – SINDNAÇÕES;

Raimundo Moacir Feitosa – Conselheiro da Câmara de Educação Básica e Membro da Comissão Bicameral de Educação em Direitos Humanos do Conselho Nacional de Educação – CNE;

Raimundo Nonato dos Santos – Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC;

Raquel Domingues do Amaral Corniglion – Juíza Federal no Estado do Mato Grosso do Sul;

Raul Carrion – Deputado Estadual do PC-do-B do Rio Grande do Sul;

04075-1.indd 222 06/11/2012 19:33:22

Raul Silva Telles do Valle – Advogado – Coordenador Adjunto do Programa de Política e Direito do Instituto Socio-ambiental;

Regiane Presot – Professora e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB–DF;

Regina Fátima Caldeira de Oliveira – Coordenadora de Revisão da Fundação Dorina Nowill para Cegos;

Rejane Pieratti – Consultora da Associação Amigos do Futuro;

Renato Ferreira – Assessor Parlamentar da SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

Renato Henry Sant'Anna – Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho;

Ricardo Abreu – Secretário de Relações Internacionais do PCdoB;

Ricardo Emílio Pereira Salviano – Defensor Público Federal do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva;

Ricardo Patah – Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT;

Richard Martins Torsiano – Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra;

Rita de Cássia Pereira – Viúva do Professor Carlos Ramos Mota;

Rivane Melo – Presidente do Ceneobes;

Rodrigo Pereira de Paula – Presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal – SINPROEP;

Rodrigo Sabbatini – Professor, Coordenador do Curso de Economia da Facamp;

Ronaldo Correia Ferreira da Silva – Coordenador de Prevenção e Vigilância da Divisão de Atenção Oncológica do Instituto Nacional do Câncer – INCA;

Ronaldo Teixeira da Silva – Ex-Secretário de Estado da Representação do Governo do Rio Grande do Sul em Brasília;

04075-1.indd 223 06/11/2012 19:33:22

Rosa Maria Gross de Almeida – Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

Rosana Bento Radominsk – Endocrinologista da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia;

Rosana Ramos – Secretária Adjunta da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM);

Rosane de Mattos – Membro da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas – APIB;

Rosane Kaingang – Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil;

Rosane Silva – Secretária da Central Única dos Trabalhadores – CUT;

Rosângela Gonzaga – Representante do Ministério Público – MS;

Rosângela Maria Rigo – Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres;

Rosângela Silva Rassy – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT);

Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora da Secretaria de Imprensa do Sinpro/DF;

Rosinha da Adefal – Deputada Federal PT do B/AL e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

Rumiko Tanaka – Secretária para Assuntos da Criança e do Adolescente da União Geral dos Trabalhadores – UGT;

Rutelly Marques da Silva – Secretário–Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda;

Ruth Coelho Monteiro – Secretária Nacional de Direitos Humanos e Cidadania da Força Sindical.

S

Samuel Antunes – Advogado da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST;

04075-1.indd 224 06/11/2012 19:33:22

Sandra Baccara – Psicóloga;

Santos Fagundes – Assessor Parlamentar;

Sebastião de Oliveira – Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (ASMRE);

Sebastião Soares – Diretor Nacional de Comunicação Social da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST;

Selvino Heck – Assessor Especial da Presidenta da República;

Sérgio Domingos – Defensor Público da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal;

Sérgio Harfouche – Promotor de Justiça – Mato Grosso do Sul;

Sérgio Luiz da Costa – Presidente do Sindicato dos Bancários de Goiás;

Sérgio Ronaldo da Silva – Secretário de Imprensa da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF

Sérgio Sauer – Relator Nacional de Direito a Terra, Território e Alimentação da Plataforma Dhesca;

Sidnéia da Costa Veloso – Coordenadora do"Coral Acorde" – Centro de Ensino Especial nº 1 de Taguatinga;

Silas da Silva – Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST;

Silas Malafaia – Pastor Evangélico;Sílvia Augsburger – Ex–Deputada Federal – Argentina;

Sílvio Cezar Maués Batista – Diretor de Polícia do Interior – DPI, Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará;

Simone Maraninchi Leite Lima – Representante da Secretaria de Educação de Pelotas – RS;

Sionei Leão – Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial– COJIRA/DF

Sônia Magalhães – Antropóloga e Professora da Universidade Federal do Pará – UFPA;

Soraya Castilho – Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro;

Stella Rodopoulas – Escritora;

04075-1.indd 225 06/11/2012 19:33:22

Susana Blass – Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro;

Susana Keniger Lisboa – Representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

T

Tadeu Moraes de Sousa – 1° Vice–Presidente do Sindicato Metalúrgico de São Paulo;

Tatau Godinho – Secretária de Planejamento da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres;

Taumaturgo Lima – Deputado Federal PT/AC;

Telma Nantes de Matos – Vice–Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil;

Thamires Sonaglio – Miss de Bagé 2012;

Thiago de Mello – Poeta.

U

Ubiraci Dantas de Oliveira – Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;

Ulisses Riedel – Presidente da ONG União Planetária;

Uriel de Almeida Papa – Diretor do Tribunal de Contas da União.

V

04075-1.indd 226 06/11/2012 19:33:22

Valéria Oliveira – Chefe de Gabinete do Deputado Federal Edson Santos de Souza PT/RJ;

Vandrei Barreto de Cerqueira – Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT;

Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque – Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

Victor Antonio Soares Filho – Repórter fotográfico;

Victor José Ferreira – Professor – Representante da FNTF – Federação Nacional dos trabalhadores Ferroviários;

Vinício Motta Balbino – Conselheiro Tutelar, representante do Conselho Tutelar do Gama – DF.

W

Wagner Gomes – Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB;

Wagner Krahô Kanela, Presidente da Associação Krahô Kanela Apoinkk, Estado do Tocantins;

Waldimar Carvalho da Silva – Representante do Movimento dos Surdos do Distrito Federal ;

Walter Pinheiro – Senador – PT/BA;

Warley Martins Gonçalles – Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP;

Willian Clementino da Silva Matias – Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;

Wilson José Witzel – Juiz Federal– Titular da 2ª Vara de execução fiscal de São João do Meriti; Diretor da Ajufe;

Wilson Porto – Diretor Geral da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha;

Wilton Acosta – Presidente da Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política – FENASP.

04075-1.indd 227 06/11/2012 19:33:23

Y

Yann Evanovick – Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES.

Z

Zélia Luiza Pierdoná – Membro do Ministério Público Federal e Especialista em Previdência Social;

Zilda Maria Faria Veloso – Gerente de Resíduos Perigosos do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Ministério do Meio Ambiente – MMA.

04075-1.indd 228 06/11/2012 19:33:23

Membros Da Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa – CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (16)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) (12)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) (2,13,28,29,31)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ivonete Dantas (PMDB) (30,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)

04075-1.indd 229 06/11/2012 19:33:23

Casildo Maldaner (PMDB) (18,32)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (7,9,17)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (6,23)
VAGO (5)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) (19)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (1)	
Gim Argello (11)	
PR (22)	
Magno Malta 1	1. Vicentinho Alves
PSOL	
Marinor Brito 1	Randolfe Rodrigues (4)

04075-1.indd 230 06/11/2012 19:33:23

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH. Dezembro de 2011 ORDEM DO DIA terça-feira 20 185 Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf. Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***** Em 22-2-2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Gover, designado as senadoras Ansa Rita e Marta Suplicy, e os Senadore sPaulo Paim, Wwellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Angela Portela e Gleise Hoffmam, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes para comporem a CH.

****** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício n° 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

******* Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

04075-1.indd 231 06/11/2012 19:33:23

01. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

02. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

03. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

04. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)

05. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

06. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

07. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

08. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

09. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB). 12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

04075-1.indd 232 06/11/2012 19:33:23

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

04075-1.indd 233 06/11/2012 19:52:54

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

04075-1.indd 234 06/11/2012 19:33:23

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

04075-1.indd 235 06/11/2012 19:33:23

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

04075-1.indd 236 06/11/2012 19:33:23